



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

EMATUIR TELES DE SOUSA

**TENSÕES SOBRE O SUJEITO DO FEMINISMO NO  
CONTEMPORÂNEO: MULHERES TRANS E O  
TRANSFEMINISMO NO DISCURSO DO FEMINISMO RADICAL**

FLORIANÓPOLIS, SC  
2017

EMATUIR TELES DE SOUSA

**TENSÕES SOBRE O SUJEITO DO FEMINISMO NO  
CONTEMPORÂNEO: MULHERES TRANS E O  
TRANSFEMINISMO NO DISCURSO DO FEMINISMO RADICAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de Concentração “Práticas Culturais e Processos de subjetivação”, Linha de Pesquisa “Processos de Subjetivação, gênero e diversidades”.

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Mara Coelho de Souza Lago

Co-orientador: Dr. Adriano Beiras

FLORIANÓPOLIS, SC  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sousa, Ematuir Teles de  
TENSÕES SOBRE O SUJEITO DO FEMINISMO NO  
CONTEMPORÂNEO : MULHERES TRANS E O TRANSFEMINISMO  
NO DISCURSO DO FEMINISMO RADICAL / Ematuir Teles de  
Sousa ; orientadora, Mara Coelho de Souza Lago,  
coorientador, Adriano Beiras, 2017.  
143 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia,  
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Cartografia. 3. Feminismo  
Radical. 4. Transfeminismo. 5. Psicologia. I. Lago,  
Mara Coelho de Souza. II. Beiras, Adriano. III.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

Ematuir Teles de Sousa

**TENSÕES SOBRE O SUJEITO DO FEMINISMO NO  
CONTEMPORÂNEO: MULHERES TRANS E O  
TRANSFEMINISMO NO DISCURSO DO FEMINISMO RADICAL**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Florianópolis, 10 de Agosto de 2017.

Dr. Carlos Henrique Nunes  
(Coordenador – PPGP UFSC)

Dr<sup>a</sup> Mara Coelho de Souza Lago  
(Orientadora – PPGP/UFSC)

Dr<sup>o</sup> Adriano Beiras  
(Co-orientador – PPGP/UFSC)

Dr<sup>a</sup> Mériti de Souza  
(Examinadora – PPGP/UFSC)

Dr. Rodrigo Otávio Moretti-Pires  
(Examinador – PPGSC/UFSC)

Dr<sup>a</sup> Anna Paula Uziel  
(Examinadora – PPGPS/UERJ)

Dr<sup>a</sup>. Kátia Maheirie  
(Suplente – PPGP/UFSC)

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Fátima e Pedro, pessoas que admiro pelas suas trajetórias de luta, pessoas com quem aprendi e continuo a aprender sobre a vida, que sempre respeitam e apoiam minhas decisões. Pai e Mãe, vocês possuem a minha admiração, amo vocês!

Ao Fabio, companheiro que sempre tem apoiado as minhas escolhas, que tem acompanhado de pertinho os meus sonhos e contribuído de uma maneira linda para que eles se concretizem. Seu carinho, amor, cuidado e companheirismo foram alentos para terminar a dissertação.

À minha sobrinha Letícia, que decidiu seguir os rumos do tio pelos caminhos da psicologia. Tenho muito orgulho de você e da história que você está construindo.

À professora orientadora Mara Lago, pessoa em quem aprendi a confiar, que aprendi a respeitar e a admirar. Obrigado por ter me acolhido como orientando e por ter embarcado e se aventurado comigo na escrita.

Ao professor co-orientador Adriano Beiras por ter me aceito como seu co-orientando e pelos importantes apontamentos que fez para a construção desta dissertação. Agradeço também por ter tido a oportunidade de fazer o estágio em docência na disciplina que você ministrou.

Às professoras e professor que tive oportunidade de conhecer no mestrado e com quem aprendi muito: Kátia Maheirie, Maria Chalfin, Mériti de Souza, Pedro de Souza e Maria Juracy Filgueiras Toneli. Um agradecimento especial a Jura por ter acolhido como “aluno especial” e ter me apresentado a complexidade do campo feminista.

À Daniel Kerry e Marília Amaral, amiga/o de militância e de grandes trocas e parcerias, vocês foram um presente bonito em minha vida.

À Yara Hornke, companheira de grande luta e militância dos Direitos Humanos. Tê-la por perto me faz acreditar em novos possíveis

e me possibilita um aprendizado que nenhum mestrado proporcionaria. Tenho profunda admiração por você.

À Simone Vieira de Souza, pelo presente que é poder ser seu amigo e contar com seu carinho e afeto. Agradeço pela confiança e por acreditar em mim desde a graduação em Psicologia, onde a relação de professora e aluno transformou-se em uma bela amizade.

Às/aos amigas/os Juliana Lima Medeiros, Anderson Luiz Schuck, Marcos Henrique Antunes, Rudinei Luiz Beltrame e Iramaia Ranai Gallerani. Trupe do “Gozo”, com quem busquei a diversão e trocas necessárias durante a dissertação.

Às/aos queridas/os Mônica Angonese e Marcelo Prado pelos encontros carinhosos que tivemos durante o mestrado.

Às/aos queridas/os colegas de orientação que puderam acompanhar o processo de escrita no mestrado, leram os meus textos e trouxeram contribuições significativas: Daniel Kerry, Jacqueline Virmond Vieira, Marie Anne Leal, Mônica Angonese, Adélia Procópio, Frederico Bustamante, Melissa Barbieri e Geni Núñez Longhini. Muito obrigado pelas ricas discussões.

À todas as mulheres travestis e transexuais que conheci na militância e com quem aprendo muito.

*Na geometria desse mundo  
Me disseram que eu sou quadrado  
Mas, eu sou triangular  
E quem sabe circular*

(Trecho da Música Cubo - Dazaranha)

SOUSA. Ematuir Teles de. **Tensões sobre o sujeito do feminismo no contemporâneo:** mulheres trans e o transfeminismo no discurso do feminismo radical. Florianópolis, 2017. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Dr<sup>a</sup> Mara Coelho de Souza Lago. Co-orientador Dr. Adriano Beiras. Data da defesa: 10/08/2017

## RESUMO

Nesta dissertação pretendi problematizar as tensões entre grupos específicos dentro dos movimentos feministas atuais, especificamente a constituição do transfeminismo e as oposições que são feitas a esse movimento pelas novas feministas radicais – as *Radfems*. Os posicionamentos foram acompanhados em coletivos feministas virtuais voltados para discussões do feminismo radical. Dessa forma adotei como postura ético-política a cartografia e busquei traçar um campo teórico e político crítico feminista de maneira a problematizar os posicionamentos *Radfem*. No processo de pesquisa foi sendo possível situar um complexo campo de problematizações que perpassa pelas discussões sobre identidade, sujeito político do feminismo, materialidade dos corpos, inteligibilidade cultural, diferença, lugar de fala, políticas queer, política pós-identitária, violação de direitos e processos de subjetivação. Assim, procurei demonstrar o quanto estas categorias têm sido mantidas no interior dos debates políticos/teóricos feministas preservando efeitos paradoxais: de desestabilização das chamadas universalizações e essencializações da categoria sujeito, ao mesmo tempo que, em alguns casos, são convocadas como unidades totalizantes e essencializantes. Por fim, diante da complexidade que envolve os processos de subjetivação e as condições de possibilidade dos sujeitos de se auto afirmarem, indiquei pistas que acredito ser parte de um campo enunciativo que traçam territorialidades, dão forma ao que é considerado mulher e feminino e produzem práticas na realidade vivida por pessoas trans, especificamente por mulheres travestis e transexuais.

**Palavras-Chave:** Feminismo Radical. Transfeminismo. Radfem. Travestilidades. Transexualidades. Sujeito do feminismo.



## ABSTRACT

This thesis intends to discuss the tensions between specific groups within the current feminist movements, especially in regards to the transfeminism movement and the oppositions established against this movement by the new radical feminists - *Radfems*. Different approaches were monitored in virtual feminist groups focused on discussions concerning radical feminism. Due to this, I adopted cartography as an ethical-political stance, and tried to present a critical feminist theoretical and political field of knowledge, as a basis for the discussions concerning different *Radfem approaches*. During the research process it became possible to encounter a complex field of discussions including a scope of topics such as identity, feminism as a political entity, materiality of bodies, cultural intelligibility, differences, place of speech, queer policies, post-identity policies, violations of rights and subjectivation processes. Thus, I have tried to demonstrate how these categories have been maintained within feminist political and theoretical debates, preserving paradoxical effects: destabilizing the so-called universalizations and essential aspects of the individual, while at the same time they are summoned as totalizing and essentializing constructs. Finally, given the complexity that surrounds the processes of subjectivation and the conditions and possibilities for self-assertion among individuals, I have suggested some initial premisses that I believe to be part of an enunciative field that traces territorialities, providing a basis for what is considered female and what it means to be a women, while producing practices about the reality experienced by trans people, specifically by transvestite and transsexual women.

**Key words:** Radical Feminism. Transfeminism. Radfem. Travestilities. Transsexuality. The subject of feminism.

## SUMÁRIO

<b>1. PARA INICIAR A CONVERSA.....</b>	<b>12</b>
1.1 CARTOGRAFAR – CAMINHOS A SE CONSTRUIR E UMA ÉTICA CARTOGRÁFICA NA PESQUISA.....	16
1.2 O MEU LUGAR DE FALA – HOMEM CIS GAY ESCREVENDO SOBRE FEMINISMO E TRANSFEMINISMO? .	24
<b>2. AGENCIAMENTOS, COLIGAÇÕES E DISPUTAS.....</b>	<b>37</b>
2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O FEMINISMO RADICAL E SOBRE A CATEGORIA <i>RADFEM</i> .....	40
2.1.1 Feminismo Radical dos anos 1970 – feminismo contra o patriarcado .....	41
2.1.2 A categoria <i>Radfem</i> .....	44
2.2. TRANSFEMINISMOS.....	47
<b>3. (RE) SITUANDO FLUXOS CONSTANTES.....</b>	<b>53</b>
3.1 SITUAÇÃO 01 .....	54
3.2 SITUAÇÃO 02 .....	55
3.3 SITUAÇÃO 03 .....	56
<b>4. ESBOÇANDO CAMPOS DE ESTUDOS A PARTIR DE PESQUISA EM BANCO DE DADOS.....</b>	<b>61</b>
<b>5. PARA CONTINUAR, DESCONTINUANDO.....</b>	<b>71</b>
5.1 ENTRE CORPOS E IDENTIDADES .....	72
5.1.1 A questão do posicionamento e a subversão de categorias fixas .....	72
5.1.2 A Questão da ficção e instabilidade da identidade .....	75
5.1.3 A questão da performatividade e materialidade dos corpos.....	78
5.1.4 A questão da divisão sexo/gênero/sexualidades.....	79
5.1.5 A questão da interseccionalidade .....	83
6.1 O DISCURSO DO BIOLÓGICO: MULHERIDADE E SOCIALIZAÇÃO.....	88

**7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: FINITO ILIMITADO DE  
PESQUISAR.....127**

**REFERÊNCIAS.....135**



## 1. PARA INICIAR A CONVERSA

Estes textos carregam rastros da teoria queer. Dela aproveitam conceitos, estratégias, figuras teóricas. Estão, contudo, longe de pretender explicá-la ou descrevê-la. Querem ter a liberdade dos ensaios, porque são ‘prosa livre que versa sobre um tema sem esgotá-lo’ e porque se constituem num exercício, numa espécie de experimentação. (Louro, 2015, p. 07).

Proponho-me nesta escrita questionar a ideia de que militância/política e produção acadêmica são independentes entre si, como se fosse possível uma neutralidade de uma em relação à outra. Buscando me distanciar da ciência positivista/tradicional, procuro seguir percursos metodológicos que me descentrem deste lugar, ainda muito proeminente em várias pesquisas acadêmicas. Também não possuo a presunção de afirmar que este modo de escrita/pesquisa seja o ideal, pois cairia no mesmo jogo de verdades que pretendo evitar.

Nesta dissertação pretendi problematizar as tensões entre grupos específicos dentro dos movimentos feministas atuais, especificamente a constituição do transfeminismo<sup>1</sup> e as oposições que são feitas a esse movimento, de mulheres trans<sup>2</sup>, pelas novas feministas radicais – as *radfems*.<sup>3</sup> Entretanto, antes de escrever sobre como se iniciou este desejo

---

<sup>1</sup> Irei discorrer mais adiante sobre o termo e o movimento feminista que o define.

<sup>2</sup> Tendo em vista a apresentação em torno do debate em que a diversidade LGBT está envolvida, utilizarei do termo **trans** como um conceito “guarda chuva” para indicar que estou falando de mulheres travestis, homens trans, mulheres transexuais e pessoas que não se enquadrem nas normativas de gênero. Quando for necessário realizar distinções específicas, destacarei esta diferença. Importante considerar o viés político dos próprios sujeitos que por elas buscam se autonominar. Desta forma permanecerei aberto para me deixar ser afetado por outras formas de identificações. Farei isso partindo do que Donna Haraway (1995) afirmou sobre a necessidade de permanentemente problematizar as distinções binárias como sexo e gênero, de forma que não se elimine sua utilidade estratégica.

<sup>3</sup> Alusivo ao feminismo radical, explicarei mais adiante.

de pesquisa, sobre quais são os operadores conceituais que irei utilizar, sobre o meu lugar de fala, antes de situar o campo de problematizações e quem estou considerando serem as/os sujeitas/os interlocutoras/es, penso ser necessário demarcar qual a postura ético-política adotada.

A postura que busquei adotar para a produção desta pesquisa está baseada na **cartografia**, isso por que encontrei nas concepções de *processualidade*, *devir*, *afecção* de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995, 1997) a possibilidade de localizar e compreender a produção do conhecimento como um processo em curso, que se inicia antes mesmo de tal intenção de produção. De acordo com estes autores, o momento presente é constituído por uma história anterior e com uma espessura processual. Portanto, a pesquisa em curso, como nos indicam Laura Pozzana Barros e Virgínia Kastrup (2009), pode ser modificada a qualquer momento pela sua processualidade e por serem as questões nela problematizadas parte de uma discussão inesgotável, com possibilidades de novos manejos, fluxos e configurações no seu devir.

Localizo esta pesquisa, desse modo, como uma estratégia baseada no que Donna Haraway (1995) explicou ser a ciência, uma questão de *retórica de poderes*, que privilegia determinados posicionamentos. E também naquilo que a filósofa Judith Butler (2006a) convoca a pensar sobre ser a produção do conhecimento dos diferentes feminismos, formas de transformação social. Destaco ainda as ressalvas que Butler (2006a) coloca sobre as transformações sociais e as teorias, afirmando que estas não devem estar isoladas das intervenções políticas e sociais, já que para haver mudanças são necessárias ações a nível institucional. Segundo esta filósofa, no âmbito das mudanças sociais, todos somos filósofas/os e leigas/os, na medida em que pressupomos uma visão de mundo, daquilo que é considerado correto, justo, detestável, sobre o que são e o que podem ser tidas como ações humanas. Pensamento necessário para se chegar àquilo que este trabalho considera violências normativas (Butler, 2006) e à emergência de práticas discursivas que resistem a essas violências. E para que estas práticas discursivas, realizadas por sujeitos que por vezes não encontram legitimidade no âmbito social, possam ser destacadas por meio de suas visões de mundo, suas visões de si e aquilo que lhes é mais peculiar, seus processos de subjetivação.

Butler (2006a) não ignora a necessidade de regras e normas para que seja possível viver em sociedade, mas ressalta que também em todos os momentos estamos constrangidos por normas, que muitas vezes nos violentam, às quais devemos nos opor pelas razões de justiça social.

A autora ainda nos alerta para a confusão que pode ser gerada nesta forma de pensar, visto que para muitos a oposição à violência deveria ocorrer em nome da norma, isto é, uma norma de não violência, de respeito, que nos obriga a respeitar a vida. Entretanto, a normatividade vem sempre carregada de duplo sentido, por um lado existem os propósitos/preceitos a partir dos quais estamos obrigados a atuar, pelos quais nos orientamos e que orientam nossas ações; por outro lado, a normatividade é um processo de normalização. Ou seja, a forma como certas normas e ideais se substancializam e dominam a vida de tal modo que proporcionam critérios de coerção e definem quais são os sujeitos normais, com uma vida inteligível, em que se pressupõe homens e mulheres reais. Assim, legitimam-se as vidas que são consideradas vidas que merecem ser vividas e outras que estariam fadadas à violência normativa da exclusão, por meio do exercício de diferentes posições de poder na sociedade (BUTLER, 2006).

Esta violência normativa pode ser relacionada com a problematização sugerida por Michel Foucault (2002b) em seu livro *A verdade e as formas jurídicas*: “como se puderam formar domínios de saber a partir de práticas sociais?” (FOUCAULT, 2002b, p. 07). Nesse modo de elaborar a questão, é possível tecer críticas acerca das práticas disciplinares que, ao serem institucionalizadas como “verdades” por meio das relações de poder/saber, produzem sujeitos, num processo constante de assujeitamento e resistência. Dito em forma de questionamento, como os saberes se engendram em verdades e *produzem* o próprio sujeito, por meio de práticas sociais históricas, através de relações de poder?

Esta forma de pensar a construção do conhecimento e dos sujeitos é evidentemente uma crítica à ciência moderna, que localizava no sujeito a verdade sobre as coisas e sobre a humanidade, isto é, o acesso à verdade e ao conhecimento era considerado possível a partir do sujeito/indivíduo. Influenciado pelas produções nietzschianas, Foucault (2002b) considera que não há uma essência humana do conhecimento, portanto da verdade, isso significa dizer que tanto a ideia de humano quanto o conhecimento são inventados, não possuem origens. Com isso, o autor muda a pensabilidade sobre um suposto sujeito universal e definitivo e a focaliza nas condições históricas que produzem sujeitos e saberes que se articulam em relações de poder. Portanto, ao considerar a construção do conhecimento e do sujeito a partir da história, pode-se compreender e problematizar as práticas jurídicas, as formas de regulação do humano e a emergência de novas subjetividades. Trata-se

de “fazer uma história externa, exterior, da verdade” (FOUCAULT, 2002b, p.11).

Minhas reflexões se ancoram em autoras/es como Michel Foucault e as teóricas Judith Butler, Joan Wallach Scott, entre outras e outra/os cujas leituras me possibilitaram desconfortos, tensionamentos e também muito prazer. Das várias temáticas postas por seus textos, destaco reflexões comuns (entre elas/es) sobre discursos e práticas hegemônicas por meio das quais nos subjetivamos e às quais resistimos. Se puder tecer alguma presunção sobre este trabalho, seria isso, provocar criticamente desconfortos e tensões (o prazer fica por conta de cada um/a!).

## 1.1 CARTOGRAFAR – CAMINHOS A SE CONSTRUIR E UMA ÉTICA CARTOGRÁFICA NA PESQUISA

Primeiramente é importante situar um pouco de meu processo de pesquisa. Inicialmente a ideia era poder realizar uma dissertação em que fosse possível problematizar os discursos políticos identitários, os efeitos destes posicionamentos em determinados territórios de militâncias feministas e transfeministas como em eventos acadêmicos/políticos de que tenho participado. No decorrer do processo de elaboração da dissertação, houve vários pontos de encontros e saídas que afetaram o andamento desta produção, como os textos de autoras/es que utilizo para construção da escrita, apresentações do projeto de pesquisa em eventos, as contribuições realizadas pelas/os colegas de orientação, as orientações de pesquisa, os encontros de ativismo com pessoas travestis e transexuais no território de Florianópolis. Todos estes pontos de encontros fazem parte de um fluxo contínuo de processualidade de produção de (des)conhecimento e de mim mesmo. Uma escrita a partir de agenciamentos e regimes de afetação que se dão coletivamente! Como escreveram Deleuze e Guattari na introdução do livro *Mil Platôs 1* (1995, p. 10):

Como cada um de nós era vários, já era muita gente. Utilizamos tudo o que nos aproximava, o mais próximo e o mais distante. Distribuímos hábeis pseudônimos para dissimular. Por que preservamos nossos nomes? Por hábito, exclusivamente por hábito. Para passarmos



despercebidos. Para tornar imperceptível, não a nós mesmos, mas o que nos faz agir, experimentar ou pensar.

Este movimento com outras pessoas passou a ser o meu maior desafio, pois ao mesmo tempo em que a produção e o compartilhamento destes escritos foi o que potencializou a criação desta forma, houve momentos de desconfortos e tensionamentos. Ora relacionados com a impossibilidade de continuar com aquilo que parecia o meu desejo principal de pesquisa, ora com a abertura dos olhos diante da imensidão de dissertações possíveis presente no meu projeto de pesquisa e ora diante da (de)limitação exigida para que a dissertação pudesse ser produzida num espaço temporal de produtividade acadêmica. Situar o modo como na processualidade de pesquisa fui me (re)inventando é parte que fundamenta um modo de fazer pesquisa cartográfico que não ignora o lugar de quem a está produzindo.

A partir deste esboço, busquei me orientar por um olhar da *cartografia*, princípio do *rizoma*, elaborado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995). Trago abaixo duas imagens a fim de ilustrar aquilo que os autores consideram por rizoma:

01 – Rizoma



02 – Árvore



Fonte: google imagens

Na imagem 02, observamos um tronco que funciona como um eixo e se estende verticalmente, vemos uma estrutura que se divide em pequenas unidades (caule, galhos e folhas) que quando somadas, nos oferecem a sensação de uma totalidade, a qual conceituamos como árvore. Além disso, é possível supor uma hierarquia entre as unidades que compõem a árvore, desde as mais inferiores que são invisíveis aos olhos, as raízes, até a sua copa, possibilitando pensarmos em pontos de origem e fim desta totalidade. O rizoma (imagem 01), por sua vez, se diferencia justamente por não conseguirmos atribuir seus pontos de início e fim: ele se expande como uma rede e espraia-se em linhas que se conectam a qualquer ponto. É sobre esta analogia oriunda de conceitos da botânica, que Deleuze e Guattari (1995) irão tecer uma complexa teoria que contribui para problematizarmos as conceptualizações que adotam a ideia de estrutura, de cadeias de significantes. Os autores fazem a crítica desta racionalidade contribuindo para pensarmos os processos de subjetivação e a produção do conhecimento como rizomáticos.

Para Deleuze e Guattari (1995), o rizoma não é feito de unidades, mas de dimensões, que possuem diferentes direções; Constitui-se de multiplicidades lineares, de linhas de segmentaridade, e, sobretudo, por linhas de fuga, desterritorialização, que possibilitam uma constante metamorfose. Dessa forma o princípio do rizoma se opõe à ideia de uma estrutura baseada em pontos e posições binárias. Nas palavras dos autores:

O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. (...) o rizoma é um sistema a-centrado não hierárquico e não significativo, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados. (...) relação totalmente diferente da relação arborescente: todo tipo de 'devires'. (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p. 32).

Nesse caráter de processualidade que é próprio do rizoma, poderemos compreender o *devenir*, outro conceito cunhado pelos autores. Este conceito é nitidamente uma crítica às lógicas dos pensamentos moderno e estrutural, que busca atribuir explicações e conceitos que categorizam o sujeito e as suas relações, separando-o daquilo que é considerado não-humano. A partir das reflexões de Deleuze e Guattari (1997) fica clara a ideia de que, quando buscamos categorizar e atribuir termos para compreender a processualidade subjetiva, a singularidade escapa e nos impossibilita de sermos “absorvidos” na experiência, já que esta não é passível de conceptualização. Portanto, o *devenir* seria um processo constante de “desnudamento” de nossos *a priori*s conceituais, é um abandono de nossas pretensões de explicar a realidade, pois “o *devenir* não produz outras coisas senão ele próprio. (...) o que é real é o próprio *devenir*, o bloco de *devenir*, e não os termos supostamente fixos pelos quais passaria aquele que se torna” (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 15).

O conceito de *devenir* abre possibilidades de distanciamento daquilo que geralmente é invocado tradicionalmente como “dados de pesquisa”, pois nada está dado, tudo se conecta rizomaticamente com aquilo que poderíamos chamar de “*devenir-pesquisa*”. Neste sentido, caso alguém me pergunte o que é *ser* um pesquisador que toma por base a cartografia, assim como Deleuze e Guattari (1997) o fizeram, eu diria que *ser* é o próprio *devenir* e, portanto, não há como estabelecer preconceções do que seria uma pesquisa cartográfica. Caso eu dissesse que “*pesquisa cartográfica é isso ou aquilo*”, estaria estabelecendo algo que pudesse ser correlato, de maneira a se assemelhar no sentido de traçar linhas idênticas com essa pesquisa, caso em que certamente me distanciaria do *devenir cartográfico*. Conforme explicam Deleuze e Guattari (1997, p. 16):

*Devenir* é um rizoma, não é uma árvore classificatória nem genealógica. *Devenir* não é certamente imitar, nem identificar-se; nem regressar-progredir; nem corresponder, instaurar relações correspondentes; nem produzir, produzir uma filiação, produzir por filiação. *Devenir* é um verbo tendo toda sua consistência; ele não se reduz, ele não nos conduz a ‘parecer’, nem ‘ser’, nem ‘equivaler’, nem ‘produzir’.

Esse pensamento dos autores remete para o constante processo que é a vida, ao movimento contínuo de seguir fluxos, de habitar a instabilidade e desnaturalizar as preconcepções de mundo, abrindo possibilidades para experiências-outras. Neste sentido Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros (2009) afirmam não ser possível estabelecer objetivos e metas *a priori* numa cartografia, pois é no percurso do caminhar que tais metas vão se estabelecendo. Esta “perspectiva” suscita um mergulho na experiência, pois para poder se conceber algo é necessário estar aberto ao devir. Para que tal possibilidade possa ser melhor compreendida, Kastrup (2009) sinaliza sobre pistas para a cartografia, e uma delas seria a abertura para o inesperado, o acolhimento ao estranho, num movimento que se concentra nisso, mas sem focalizar, isto é, uma atenção que não é seletiva, mas que se desdobra no encontro, na processualidade em curso. Este, de certa forma, tornou-se um desafio constante para minha pesquisa, pois assumir uma postura cartográfica significa tê-la como princípio ético.

Como nos indica Suely Rolnik (2009, p. 65) a prática da cartografia “diz respeito, fundamentalmente, às estratégias das formações do desejo no campo social”, ou seja, não há protocolos e nem deve possuir algum tipo de engessamento, a menos que este engessamento seja parte dos afetos e intensidades que percorrem o corpo do chamado cartógrafo. Olhar para o desejo significa, sobretudo, estar atento a um tipo de sensibilidade que é produzida pelo meio social e constitui realidades. Todas as entradas para viabilizar o desejo são possíveis, ou seja, as fontes, as teorias podem ser as mais diversas, os operadores conceituais podem surgir tanto de uma conversa, de um filme, quanto de tratados filosóficos, “todas as estradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas” (ROLNIK, 2009, p. 65).

A cartografia, portanto, não se define como método ou procedimento, mas como uma ética de sentir e compreender o mundo a partir dos afetos. Compreender não significa buscar uma essência ou uma razão, mas “embarcar” nos fluxos da existência, que é a vida! E por falar em vida, é em nome dela que o cartógrafo baseia as suas ações, ou seja, o limiar é o quanto a vida está encontrando formas de sua efetuação. Neste sentido, as formas de se viver se inventam nas distintas realidades sociais. Isso irá definir a prática da cartografia como imediatamente política, pois se opera na micropolítica, nas estratégias de produção de subjetividade, na ampliação das possibilidades do desejo como produtor de realidades existenciais/sociais. Dessa forma o desejo

não é visto como uma substância ou energia liberada, pelo contrário, ele é tido como artifício, produto das relações sociais. (ROLNIK, 2009).

Uma prática presente na cartografia a aproxima da etnografia, é a utilização dos diários de campo, ou cadernos de anotações. Para Barros e Kastrup (2009) as anotações possuem função de transformar observações e frases da experiência de campo em conhecimento e o conhecimento em experiência, numa reciprocidade aberta. Foram estes escritos que busquei produzir, visando explicitar pontos de afetação da experiência que no momento do contato estiveram despercebidos. (BARROS; KASTRUP, 2009).

Seria complicado estabelecer um campo único, pois, como já foi mencionado, a cartografia se pretende aberta, mas outro desafio se colocou na medida que era necessário o aprofundamento em determinados pontos. Como descreverei no capítulo 3, até o momento de participar do “*I Seminário de Saúde de Travestis e Transexuais da Grande Florianópolis*” não havia escutado, ou sequer visto, alguém falar sobre práticas de transfobia<sup>4</sup> por mulheres feministas. Ter participado deste evento e ouvir uma mulher trans denunciar os abusos que a população trans vinha vivenciando, me deixou atento às manifestações de amigas/os trans sobre o assunto nas redes sociais. Comecei a me dar conta que havia muitas denúncias de pessoas trans sobre o desrespeito que estavam vivenciando por uma parcela de mulheres ditas feministas radicais. Eu já sabia da pluralidade de posicionamentos políticos e teóricos no interior do feminismo, entretanto não conhecia práticas que deslegitimariam os direitos das pessoas trans de se auto-determinarem e/ou de se reconhecerem em categorias já há muito tempo discutidas nos diferentes feminismos, como “mulher, mulheres, feminino, etc”... O questionamento que me fiz foi: *como não havia percebido estes posicionamentos sobre as pessoas trans por parte de algumas mulheres feministas?* Parece óbvio agora que as localizações do meu corpo como homem cis<sup>5</sup> e gay se relacionavam com esta falta de percepção. Mas antes de falar destas localizações, importante frisar que foi por conta de uma denúncia pública realizada por uma pessoa trans no referido evento, que iniciou o meu interesse em conhecer mais sobre estes discursos aparentemente

---

<sup>4</sup> Refere-se a preconceito e/ou discriminação em relação às expressões de gênero de pessoas transexuais ou travestis (JESUS, 2012).

<sup>5</sup> A expressão cis refere-se à categoria cisgênero, “conceito ‘guarda-chuva’ que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (JESUS, 2012, p. 14).

transfóbicos que rondavam o movimento feminista. Dai em diante as postagens nas redes sociais realizadas por amigas/os trans e pesquisas em sites de buscas, foram me conduzindo a algumas páginas e blogs específicos que traziam novamente o debate em torno da questão de quem seria o “sujeito político do feminismo”.

Kastrup (2009) afirma que uma variedade da atenção do cartógrafo seria o rastreio. O rastreio funciona como um gesto de varredura no campo, isto é, localiza na processualidade seus signos, suas pistas. Para tanto, foi um processo definir o que considerei por “campo”. *Onde poderia ter relações de proximidades e experiências com pessoas trans? Em quais territórios? Como estas experiências potencializariam problematizar os discursos e posicionamentos de feministas sobre as pessoas trans? Onde iria ter acesso a estes posicionamentos?* Todas estas dúvidas foram uma constante no processo desta pesquisa e tentarei minimamente realizar algumas considerações sobre as possíveis repostas que encontrei no caminhar.

No processo de pesquisa, fui elaborando duas formas estratégicas para a produção da escrita, a primeira estratégia diz respeito à produção de diários de campo nos espaços acadêmicos e políticos que tratavam de diferentes reivindicações de direitos para a população trans. A segunda estratégia, seria o contato com blogs e comunidades no facebook que, por sua vez, se desdobravam, por um lado, no acesso a posicionamentos de algumas mulheres que se contrapunham à ideia de que as pautas de pessoas trans pudessem encontrar lugar no feminismo, e por outro lado, nos posicionamentos on-line realizados por pessoas trans aos ataques que vinham sofrendo por este modo de pensar de mulheres que se diziam feministas. Estas duas estratégias se configuraram como um campo analítico inesgotável. O “percurso” que segui foi possível, sobretudo, por manter abertas as possibilidades de modificações que pudessem surgir no decorrer da produção da pesquisa. Como afirma Rolnik (2009, p. 66) os procedimentos do cartógrafo “tampouco importam, pois ele sabe que deve ‘inventá-los’ em função daquilo que pede o contexto em que se encontra”. Portanto, de maneira nenhuma a cartografia deve ser considerada como um pressuposto de verdade, ou um modelo, pois não se esgotam as possibilidades, este foi apenas um em meio a tantos outros possíveis, que permitiu sentir expressões e intensidades vindas de todos os lados, conforme explicam Vitor Martins Regis e Tania Mara Galli Fosenca (2012):

As cartografias são sempre resultados parciais, lances de uma viagem em terras estrangeiras. É essa a potência que o cartógrafo quer alcançar, de sentir-se estrangeiro dentro da própria morada, ele que de porto em porto se vê em um tempo outro, que empurra, traveste, ora rasga e ora costura o mesmo e o faz diferir. (REGIS; FONSECA, p. 273)

Não posso deixar de considerar o alerta de Conceição Nogueira (2013) sobre a importância de os estudos de gênero, sexualidades e feminismos serem sempre pensados em interseccionalidade com raça, etnia, gênero, geração, orientação sexual, nacionalidade, religião, deficiência, etc... Assim, não tenho como ignorar os marcadores que são utilizados politicamente como práticas de resistência.

Nogueira (2013) ao considerar as reflexões teóricas de Leslie McCall, demonstra uma abordagem que carrega o título de *abordagem intra-categorial*. Esta, nas palavras da autora:

Reconhece os limites das categorias sociais existentes e questiona a maneira como estas definem as suas fronteiras. No entanto, não rejeita por completo a importância das categorias (...). A importância quer material quer discursiva das categorias não é completamente negada; a focalização no processo pelo qual elas são construídas, produzidas, experienciadas, reproduzidas e resistidas na vida quotidiana é ponto central. **Assim, as/os adeptos desta abordagem, não rejeitando em absoluto a existência das categorias identitárias e a realidade social que produzem, também não celebram uma política de identidade que tenha uma aceitação a-crítica das categorias identitárias.** (NOGUEIRA, 2013, p. 237). (Grifos meus)

Deste modo, o método cartográfico vai se inventando, por meio do cartógrafo, mas não por ele. Vai sendo guiado pelo inesperado, contrapondo-se nitidamente ao modelo positivista de construção do conhecimento, pois não há pretensão de um domínio do campo de investigação, é necessário se deixar guiar pela experiência, num ritmo

processual. Não há uma realidade previamente dada onde o sujeito se separa do objeto. Pelo contrário, ambos se produzem por efeitos de práticas, trata-se de mobilização e maquinismo de trajetos e devires, e não de pessoas e objetos (REGIS; FONSECA, 2012).

Foi a partir destes aportes teóricos que orientei a produção deste pesquisa e me conduzi por um modo de fazer onde pudesse acompanhar postagens nas redes virtuais sem perder de vista como se articulam em relações sociais mais amplas e nas micro relações estabelecidas por todos nós sobre gênero e sexualidades.

## 1.2 O MEU LUGAR DE FALA – HOMEM CIS GAY ESCRIVENDO SOBRE FEMINISMO E TRANSFEMINISMO?

*Quais as implicações de um homem cis gay eleger como foco de pesquisa questões do feminismo e transfeminismo?* Quando falei para algumas pessoas sobre o tema de minha pesquisa, passei a sentir que não estava numa seara tão confortável, pois ouvi coisas como: “*Você se meteu no olho do furacão*”, “*Você é louco, não sabe onde está se enfiando*”, “*Mas por que você resolveu pesquisar logo este tema? “Você não é trans e nem mulher!”*”. Estas falas anunciavam que de fato o terreno pelo qual escolhi trilhar não seria tão fácil. Passei a sentir no corpo uma trava que me impedia de sair do lugar. E uma pergunta não saía de minha cabeça, *o que legitimaria um homem cis gay a debruçar-se sobre um tema de pesquisa tão peculiar?* De todos os comentários que ouvi, e das reflexões que a partir daí comecei a realizar, saltou-me aos olhos que a pergunta que passei a me fazer carregava as posicionalidades de meu corpo e retórica. Minha preocupação maior passou a ser o fato de protagonizar uma temática que não diz respeito às marcações do meu corpo. Percebi-me caindo num discurso de “verdade” da experiência individualizante, desconsiderando os agenciamentos e a processualidade que me fez chegar até este tema de pesquisa. Sei que o modo como estou posicionado nestas categorias pode produzir tensionamentos, ainda que haja o cuidado de demonstrar e me implicar na maneira pela qual fui me conduzindo para estes pontos de debate. Este subcapítulo trata de localização e dos possíveis “nós” que possam surgir a partir do meu lugar de fala.

Adriene Rich (2002) brilhantemente nos oferece ferramentas para pensar no corpo como uma geografia, um território material no qual é possível localizar as singularidades, as experiências, e as relações de



poder oriundas destas localizações. Assim, necessariamente para que “corpo” não seja uma categoria vazia e abstrata é necessário que se particularize o mesmo de modo que seja possível olhar para as experiências vividas, conforme nos indica a autora:

Talvez precisemos ser mais específicos quando dizemos ‘o corpo’. Também ‘o corpo’ se pode tornar abstracto. Quando escrevo ‘o corpo’, não vejo nada em particular. Escrever ‘o meu corpo’ faz-me mergulhar numa experiência vivida, numa particularidade: vejo cicatrizes, desfigurações, descolarações, males, perdas, assim como coisas que me agradam (RICH, 2002, p. 19)

Não há outro modo a não ser tomar meu corpo como ponto de partida, pois é nele que os discursos/experiências fazem morada e refazem o próprio corpo. Meu corpo é matéria, é agenciado e agencia performativamente as repetições constantes de normas e ideais regulatórios, mas também não se conforma totalmente ao que é imposto (BUTLER, 2000, 2003). Conforme afirma Rich (2002) realizar uma política de localização é (re)conhecer por meio dos marcadores do meu corpo [pele, raça/etnia, gênero, classe], para quais lugares estes tem me levado e a quais lugares tem me impedido de ir. Trata-se de um desafio de olhar para os campos discursivos que me agenciam, para as identificações que fui costurando nesta malha de minha história, para os rasgos, para os cortes e para os remendos que fui/vou acrescentando.

Posicionar-se é uma forma de demarcar que corpos/subjetividades são constituídos em intersecção com raça, etnia, gênero, geração, orientação sexual, nacionalidade, etc., ciente de que estas posições podem possuir um estatuto de privilégio, mesmo que não sejam consideradas estanques, como nos explica Conceição Nogueira (2013, p. 234) “é necessário estar atenta a teorizar privilégios e opressões, não como estatuto fixos mas sim como estatutos fluídos e dinâmicos, permeáveis à mudança quer nas opressões, quer nos privilégios, quer nos contextos”.

Deste modo, compartilho memórias pontuais de minha vida, certamente localizada neste espaço enunciativo com um repertório discursivo moldado anos a fio:

“Sempre quisemos ter uma menina, quando estava a sua espera desejávamos isso constantemente, já tínhamos três homens, e já na segunda gravidez queríamos uma menina, mas amamos todos igualmente, independente do sexo”. (meus pais).

“Você nunca será ninguém na vida” (professora 4ª série)

“Para de falar desse jeito, parece uma menininha!” (tio).

“Seu viadinho, bichinha, mulherzinha” (amigo da escola).

“Você é muito carinhoso, beijoqueiro” (vizinha).

“E as namoradas como vão?” (avó).

“E as namoradas? Não frouxe!” (tia).

“Você está usando maquiagem, pare com isso piá!” (mãe).

“Não acredito que você está usando brinco!” (mãe).

“Seu pai veio falar comigo, ele está desconfiado que você é gay, mas eu já falei para ele que é o seu jeito” (mãe).

“Certamente ele vai ser um bom marido para a esposa”. (catequista).

“Deus odeia o pecado, mas ama o pecador” (padre).

“O que aconteceu com aquela fé toda? Você era catequista, rezava, coordenava grupos de reflexões e agora não reza mais e nem vai à igreja” (avó e mãe).

“Continuem assim, os meus filhos precisam de pedreiros, os meus filhos precisam de empregadas domésticas” (orientadora da escola, para a 6ª série, escola pública).

“Você é muito inteligente, vai longe!” (professora 7ª série)

“Quando souberam que eu era gay, meus pais me expulsaram de casa” (amigo virtual).

“Se você quiser você pode se escrever por cotas na universidade, você é pardo” (orientadora educacional, 3º ano, escola pública).

“Meu filho o pai te ama da maneira que você é, eu sempre soube” (pai).

“Sempre quis ter um filho como você” (amiga de minha mãe).

“Nós sempre soubemos que você era gay” (cunhadas, primos, amigos).

“Eu nunca imaginei que você pudesse ser gay” (amigo).

“Você não parece gay, você tem jeito de homem” (amigo).

“Você é gay? Pergunto por causa das roupas que você usa” (tio).  
(...)

Estas enunciações que agora rememoro, estão imbuídas de afetos, de paisagens que se misturam a imagens congeladas e a outras que se superpõem como um filme acelerado em que apenas se vê a passagem de um fio, ficando com um conjunto de ruídos estranhos. Estão materializadas em meu corpo, mas em constante movimento, espalhando-se em devires impensáveis. Quero dizer que isso é uma estratégia que utilizo para que, ao lerem, possam sentir um pouco comigo o estranhamento que tive ao ouvir estas frases em diferentes momentos da vida. Para que percebam o quanto cada uma delas está

imbuída de expectativas, ou melhor, de práticas discursivas institucionalizadas, normativas, lançadas por aqueles e aquelas que por um momento performatizaram em si mesmos alguns ideais regulatórios e não suportaram a diferença produzida no meu devir, do qual fizeram e fazem parte. Algumas ainda são próximas e outras estão apenas presentes no meu registro imagético e afetivo.

Meu interesse nisso tudo é demonstrar que o não enquadramento em determinadas normativas produziu em mim e no(s) outro(s) um efeito de estranhar. Estranhamento que, por meio das práticas discursivas, pretendeu regular a mim e ao outro, e regulou em mim, a prática de resistência que hoje me possibilita fazer certas afirmações e me posicionar no EU SOU..., mesmo contestando a possibilidade da fixidez, outra vez normativa, que a expressão pode provocar. E ao outro? Não tenho como dizer, mas suponho que a alteridade se fez presente no momento mesmo em que se confrontaram os ideais regulatórios. Paradoxalmente consolidou-se a própria normativa ao me demarcarem como “o diferente”, ao me afirmarem neste lugar que fui impelido repetidas vezes a ocupar, até me reconhecer nesta diferença e torná-la prática de resistência.

Nasci em Rio do Sul, uma cidade de cerca de 65 mil habitantes localizada na região do Alto Vale do Itajaí (marcado pela predominância da migração alemã e italiana) no Estado de Santa Catarina. Fui o único da família a nascer nesta cidade. Meus pais, nascidos e criados na região do planalto serrano, migraram para Rio do Sul na década de 80, com perspectiva de melhorar suas condições de vida. Neste período, meu pai como construtor civil (sua profissão) não encontrava trabalho e era a única fonte de renda da casa. Minha mãe dedicava-se aos serviços domésticos e aos cuidados de meus três irmãos. Já em Rio do Sul, meus pais e meus três irmãos foram morar num barraco<sup>6</sup> aos fundos da “obra” que estava sendo construída. Para contribuir financeiramente, minha mãe foi trabalhar como empregada doméstica. É necessário saber

---

<sup>6</sup> Popularmente chamada de “meia água”, um local construído para abrigar os trabalhadores durante o período em que a obra estiver sendo construída. Meus pais relatam ser um espaço de madeira com três divisões, um quarto que abrigava minha mãe, meu pai e meus irmãos, uma cozinha e outro quarto onde os demais “peões de obra” dormiam. O banheiro? Não era como aquele que estavam construindo, era um outro lugar fora da casa, também de madeira e sem saneamento básico, e que comportava um lugar para necessidades básicas como urinar e defecar e outro para higiene pessoal, como banho, que sem energia elétrica no local, ocorria com água gelada.

minimamente localizar que meu nascimento na cidade de Rio do Sul ocorreu devido às contingências de uma família pertencente às classes populares. Grávida de mim, minha mãe entrou em trabalho de parto aos sete meses de gestação, no hospital público da região. O meu nascimento ocorreu num dia de domingo, em uma sala e maca improvisada, foi conduzido por duas parteiras do hospital, pois o médico estava de folga. No leito de hospital, minha mãe ficou sem notícias minhas, somente dois dias depois soube que tinha nascido um filho homem. Antes mesmo de ter sido localizado como menino, meu corpo de pele parda [que carregava o histórico de outros corpos da família] passou a ter o registro de pertencer a uma determinada classe e raça.

Anos mais tarde, estudante de Escola de Educação Básica Pública, a cor de minha pele, a ausência de pelos, os traços do rosto, o cabelo castanho escuro associado à peculiaridade do meu nome, fazia com que a cada turma nova, eu ouvisse de professoras/es e colegas o questionamento se eu era uma pessoa indígena. Quando eu ouvia a pergunta, minha resposta era sempre que não sabia dizer, embora tenha grandes razões para crer que minha família possui descendência indígena. Quando questiono os familiares de mais idade, também não sabem dizer. Este questionamento ainda é presente em diversos espaços de relacionamentos interpessoais, e isso me leva a um ponto importante sobre o modo como sou localizado por outras pessoas, o meu corpo é convocado a ocupar este lugar exotizado, mesmo não sabendo se de fato eu possuo esta descendência direta.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito às relações de gênero. Lembranças de experiências das reproduções incessantes de práticas discriminatórias que vivi em minha trajetória escolar, na família, em outros espaços, simplesmente por não poder transitar nas brincadeiras, gestos, demonstrações de afetos colados no meu dever como sendo práticas femininas ou de mulheres. *Mulherzinha! Viadinho! Bixa! Olha ela!* – São exemplos do que eu ouvia e às vezes ainda ouço. Observo neste exemplo, que o meu corpo, embora carregando um estatuto de ter sido demarcado e produzido discursivamente como um corpo localizado como de “homem”, passa a ser identificado e xingado como “mulherzinha”. Uma prática misógina em que mulheres são reduzidas a xingamentos e colocadas hierarquicamente abaixo dos homens e consideradas com menor “potencial de humanidade”. Todas aquelas pessoas que assim como eu, performatizam em algum grau a “feminilidade”, possuem o risco de sofrer na própria pele os efeitos de agenciamentos dominantes misóginos. Teóricas/os como Foucault

(2002, 2012) Butler (2003, 2000, 2015), Guacira Lopes Louro (2000, 2015) dentre outras/os, ajudam-nos a compreender estas forças que reiteram práticas normativas, incidem sobre nossos corpos e produzem subjetividades. Isto é, a força de práticas normativas que produzem e instituem certas “verdades” sobre os corpos, gerando práticas de exclusão de um jeito velado em que estas não sejam consideradas excludentes. Formas de opressões, preconceitos naturalizados no nosso cotidiano.

Ser gay. Esta categoria é uma localização política e vivencial importante, pois por meio dela tive/tenho diferentes experiências. Algumas interdições de afetos quando os manifesto publicamente para outra pessoa da mesma posição de gênero e algumas experiências de aceitação de performances ditas femininas ou próprias de mulheres, quando verbalizo minha orientação sexual. Neste último aspecto, sinto por vezes, uma espécie de conformismo, como se as performances consideradas mais femininas se justificassem por conta da homossexualidade, por me posicionar como gay.

Penso ser importante desenvolver aqui o conceito de experiência de Joan Scott (1998), para a autora, não basta tornar visíveis as experiências com base em histórias individualizantes, como se esta visibilidade oferecesse uma verdade incontestável sobre o sujeito. Ao trazer estes elementos de minha história não quero de nenhuma maneira formular uma possível relação de “verdade” sobre as formas pelas quais me localizo, no sentido de que estas localizações possuam uma origem em mim mesmo, quando sei que são produtos das condições de possibilidade agenciadas ao meu devir. Dessa maneira, a forma como estou demonstrando as localizações e posicionamentos não devem ser utilizadas como evidências de um devir individualizante, pois práticas de individualização caem na redoma positivista de encontrar origem e causa, não historicizando as relações e não problematizando os modos como estas relações operam para produzir determinados jeitos de ver o mundo (SCOTT, 1998).

Scott (1998) reafirma a importância de nos referirmos aos processos históricos, que por meio do discurso posicionam sujeitos. Essa referência retira a “experiência” de um plano substancial, já que “não são indivíduos que possuem experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência” (p. 304). Assim, é possível pensar na experiência não enquanto origem, não em evidência que legitima determinadas práticas, mas ao contrário disso, o foco passa ser o que procura ser explicado por meio das práticas produzidas pela experiência,

como por exemplo, as identidades que ela produz. Esse modo de conceber a experiência permite contestar as formas de unificação do que consideramos por humanos, pois torna possível perceber as invisibilidades produzidas por práticas que deixam algumas vivências mais expressivas do que outras, que dissolvem as diferenças e tornam-se homogeneizadoras (SCOTT, 1998).

Antes mesmo de ter acesso às complexas produções teóricas e acadêmicas, hoje me posicionar como *homem cis, gay, pardo, psicólogo, procedente de camadas populares* diz respeito a um processo de localização das experiências que parecem montar um fundo de vividos, de afetos e sentidos que dão sustentação para a militância, para a política e para o desejo de transformação social. *Como estas localizações fundamentam e me orientam como psicólogo?* Um dos debates caros aos diferentes movimentos sociais é podermos reconhecer que o modo como nós vamos produzindo uma ideia de “humano” não está descolado dos processos históricos e culturais que irão nomear determinados corpos como tal e outros como “não-humanos”. Foi na defesa de uma categoria mais ampla que encontrei o refúgio necessário para a defesa da diversidade humana – os Direitos Humanos.

Hoje, faz parte do meu repertório discursivo e de minhas ações como psicólogo, a defesa intransigente dos Direitos Humanos. Entretanto, cabem algumas reflexões acerca deste grande guarda chuva da diversidade. Butler (2000) nos provoca a pensar na materialidade dos corpos, por meio da reiteração de normas e regras. A autora constrói uma linha de pensamento em que demonstra que só é possível pensar os corpos de determinada forma, quando consideramos que estes corpos materializam e repetem determinadas normativas institucionalizadas, e a partir destas normativas, materializadas por meio de nossas ações e reiteração destas ações, vamos constituindo inteligibilidade cultural que faz (re)conhecermos nossos corpos como humanos. Contudo, considera a existência de corpos deslegitimados, aqueles que não são considerados como humanos, os que não possuem o mesmo “peso” daqueles que “importam”. Estes corpos deslegitimados, não se configuram como parte de uma inteligibilidade cultural, isto é, de uma noção de reconhecimento e garantia de ocupar o estatuto de humanidade. Assim, acabam por ocupar um domínio de abjeção, um campo de deformação, no qual não são reconhecidos como sujeitos de direitos, justamente por não serem reconhecidos como humanos. (BUTLER, 2000).

A autora ressalta ainda a importância de pensar “sobre como e para que finalidade os corpos são construídos, assim como é importante

pensar sobre como e para que finalidade os corpos não são construídos” (BUTLER, 2000, p. 170) e de questionar: como a existência destes corpos que resistem às normas, e passam a ser qualificados como vidas que não vale a pena proteger e salvar, ocupam um lugar necessário para os corpos que materializam a norma se qualificarem como corpos que importam, como formas de viver que vale a pena serem preservadas?

Este é um debate complexo, mas que demonstra o porquê, quando pensamos em Direitos Humanos, não é possível apenas deixarmos esta temática para o campo de formulação e efetivação de políticas públicas, pois é necessário constantemente problematizarmos as condições de possibilidade históricas e culturais em que se produz uma noção de humanidade para determinados grupos que se aproximam de ideais regulatórios, de um conjunto de normas que agenciam coletivamente uma inteligibilidade cultural de humanidade. Não há como negar a produção de um campo cultural onde alguns corpos são dignos de ter seus direitos garantidos, e outros não. Ser homem, branco, rico, heterossexual e cisgênero parecem ser as localizações mais entendidas como humanas. Neste caso, as pessoas que não estão localizadas nestas categorias, poderiam ser consideradas menos humanas e algumas delas, até mesmo não humanas, como diria Butler (2000), ocupariam um domínio de abjeção.

Esta ideia me faz pensar em pontos em comum entre o modo como me localizo e algumas pautas específicas de mulheres e de pessoas trans, principalmente quando o foco passa a se dar nas formas de opressões e de relações de poder. Obviamente que há uma distância muito grande nas experiências, nos modos como fui me reconhecendo como sujeito, daquelas que pessoas trans e muitas mulheres vivenciam no seu dia a dia. Mas, os afetos que me conduziram para as temáticas desenvolvidas por feministas e por pessoas trans, dizem respeito a um contexto histórico e cultural de segregação, práticas excludentes e opressões.

Em setembro de 2015, eu participei do I Seminário Queer<sup>7</sup>, que ocorreu em São Paulo, onde se apresentaram pesquisadoras/es de renome no debate de gênero e sexualidades no Brasil. Jorge Leite Junior, um destes pesquisadores, ao problematizar sobre a questão de humanidade ampliou o termo abjeção da filósofa Judith Butler. Segundo a discussão empreendida pelo pesquisador, o significado do termo, de algo ser desprezível, baixo, pode ser encontrado em outra expressão

---

<sup>7</sup> Voltarei a focalizá-lo no capítulo 5.



cultural, o monstro. Leite Junior explicava que a palavra monstro advém da mitologia, e possui significado de disforme, ameaçador, aquilo que pode ter várias formas, deformidade, qualquer coisa que está contrária à natureza, e se formos cada vez mais aprofundando os sentidos atribuídos a esta palavra, vamos percebendo que o monstro geralmente está nas margens da cidade, onde todos sabem de sua presença, mas há sempre um medo de que a qualquer momento, apareça e destrua os humanos.

Foucault em sua aula de 22 de Janeiro de 1975, ministrada no Collège de France, usou a expressão “monstro humano”. Para o autor, o contexto de referência para definir alguém como monstro humano é a lei, e afirma que a noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica, pois:

A noção de monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas a violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza. (...) O campo de aparecimento do monstro é, portanto, um domínio que podemos dizer jurídico-biológico. Digamos que o monstro é o que combina o impossível com o proibido (FOUCAULT, 2010, p. 47).

Foucault continua fazendo sua análise, demonstrando o quanto o então considerado monstro humano vai ganhando um espectro de anormalidade. (séc. XVIII - XIX). Isto é, fora de uma normalidade produzida, que passa a ser a principal responsável por determinar quem são os considerados anormais, ou seja, os monstros. Embora os monstros estejam contra e fora da lei, não é a lei que se voltará contra os monstros, será a violência, a vontade da supressão, ou serão os cuidados médicos (anomalia) ou a piedade (religião). A continuidade da genealogia empregada por Foucault demonstra que, com as instituições religiosas, médicas, jurídicas apropriando-se da ideia de monstro cria-se a ideia da normalidade, um ser fora da norma, e se cria também a necessidade de práticas de correção, isto é, práticas de normalização.

Cabe pensarmos o quanto dos sentidos referidos ao monstro humano ainda agenciam uma ideia de pessoas destituídas de humanidade. E mais, que o estatuto de humanidade só é possível por que existem práticas discursivas que reiteram uma premissa natural que o institui (essência humana), como uma referência unificadora que faz nos reconhecer-mos como humanos sem considerar as condições de

possibilidade para a produção de anormalidades, por meio de práticas que regulam vidas.

Em junho de 2016, participei da organização de um evento realizado pela Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12). O evento, que trazia como tema a despatologização das travestilidades e transexualidades: contribuições da psicologia, trouxe o ativista de Direitos Humanos João W. Nery, homen trans e uma referência nacional para o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Uma de suas primeiras frases marcam justamente as agências que produzem sujeitos anormais e/ou fora da inteligibilidade de humanidade: *“a questão da patologização é importante para a sociedade, por que se nós não formos patologizados, se os trans não forem doentes mentais o que vocês vão ser? Vocês só podem ser normais por que nós somos doentes”*. Esta fala me provocou a pensar no quanto a Psicologia pode ser utilizada como dispositivo de garantia de direitos ou de reiteração de práticas normativas que produzem “mais do mesmo!”.

Essa contextualização serve para demarcar que meu ativismo e defesa intransigente de Direitos Humanos, na minha prática como psicólogo, são formas atuais de contestar o banquete discursivo de uma humanidade totalizante e universal, que tem como efeito a produção de corpos deslegitimados e excluídos do direito de serem reconhecidos como sujeitos. Parece ser fundamental considerar, a partir do que venho expondo, que esta prática de contestação e resistência se intensificou quando entrei em contato com as teorias feministas e com o ativismo LGBT. Foi no contato com os textos de feministas como Sandra Harding, Donna Haraway, Adrienne Rich, bell hooks, Joan Scott, Judith Butler, Sônia Alvarez, Cláudia de Lima Costa, Jaqueline Gomes de Jesus, Glória Anzaldúa, Guacira Lopes Louro, Berenice Bento (as que me vêm à memória neste momento), que fui mergulhando e me identificando com pautas que resistem à ideia de um sujeito universal e suas premissas hegemônicas, positivistas e masculinistas. Além disso, foi com elas que aprendi a olhar para as localizações e geografias do meu próprio corpo, para as minhas experiências, não como naturais, mas agenciadas por formas dominantes de ver e produzir as realidades vividas e de manter constantemente a vigilância sobre as maneiras como estes lugares produzem relações de poder.

Ser homem cis. Quis deixar esta categoria por último crendo que a partir do que escrevi até então ela já não seja lida mais como uma “verdade” totalizante do meu corpo. Não tenho como negar que esta

localização na qual me posiciono e sou posicionado, produz formas de relações de poder que me mantém em certos lugares de privilégios, em relação a outros posicionamentos. Entretanto, acredito que os lugares de privilégios só podem ser lidos quando consideradas as contingências, as agências e a instabilidade constante desta categoria no plano (inter)subjetivo e nas formas de relações estabelecidas com as outras localizações que demarqueei. Conforme nos explicitou Harding (1987, p. 22):

[...] el sentido de que las experiencias, deseos e intereses de mujeres y hombres difieren en cada clase, raza y cultura. Pero, de la misma manera, clase, raza y cultura son siempre categorías dentro del género, puesto que las experiencias, deseos e intereses de mujeres y hombres difieren precisamente de acuerdo con su clase, raza y cultura. **Este hecho há llevado a diversas teóricas a proponer que deberíamos hablar sobre nuestros ‘feminismos’ sólo em plural, puesto que no existe ningún cuerpo único de principios o ideas feministas más allá de los muy generales a los cuales se adhieren las feministas de toda raza, clase y cultura.** (grifos meus).

A pluralidade nos estudos de gênero deve considerar as posicionalidades daquele que pesquisa. Quando isso é realizado a pesquisa assume uma perspectiva parcial e nega a suposta neutralidade científica. Assim, as pessoas que lerem a pesquisa desenvolvida, possuem maior liberdade de posicionamentos a favor ou contrários aos possíveis agenciamentos daquele que pesquisa e suas formas de análises. Retira-se o estatuto de autoridade que o anonimato produz e, ao contrário disso, possibilita-se visualizar que em qualquer pesquisa há sujeitos reais, históricos, com desejos e interesses particulares e específicos (HARDING, 1987).

Butler (2015), a partir de Foucault, reitera que os modos de reconhecimento de si são estabelecidos por regimes de verdade, “por normas disponíveis pelas quais o reconhecimento de si acontece ” (p. 35), de maneira que aquilo que posso ser está limitado por um regime que dita quais formas de ser serão reconhecíveis e não reconhecíveis. Segundo a autora, Foucault explicita que estes regimes delineam quem será classificado como sujeito de reconhecimento, um engendramento

de si que estabelece quem será o “eu” em relação às normativas e suas formas de contestação às normas que o governam. Desse modo, quando se passa a questionar os regimes de verdade estabelecidos, as condições que possibilitam o reconhecimento de si e outras formas de ser não reconhecidas, colocamos a todo momento em questão a nós mesmos. Tal como nos explica Butler (2015, p. 35) “pôr em questão um regime de verdade, quando é o regime que governa a subjetivação, é pôr em questão a verdade de mim mesma [o] e, com efeito, minha capacidade de dizer a verdade sobre mim mesma [o], de fazer um relato de mim mesma [o]”. Recordo do que Guacira Lopes Louro destacou no referido Seminário Queer, em São Paulo, “*desconstruir não é destruir, mas é mostrar como foi construído*”. Parece-me que quando isso ocorre se colocam em cheque as próprias convicções, as próprias relações com os supostos regimes de verdade que permitem me localizar e relatar a mim mesmo.

Harding (1987) contribui para esta maneira de pensar a construção do conhecimento, quando considera que uma “*investigação feminista*” não sustenta a ideia de que mulheres, por serem mulheres, não possam ter os mesmos juízos morais de uma sociedade misógina e sexista, características culturais atribuídas aos homens. Somos constituídos coletivamente. Desta forma, de acordo com a autora, homens podem contribuir com as teorias feministas, na medida que ao se posicionarem desta forma já produzem um efeito de resistência e contravensão, quando passam a contemplar a produção de conhecimento realizada por mulheres, lutar pela vida pública e criticar as formas de opressões e relações de poder a que as mulheres estão submetidas (HARDING, 1987).

Desse modo, acredito que a localização como homem cis gay, não inviabiliza que eu faça considerações acerca dos possíveis tensionamentos e jogos de forças existentes no feminismo. Farei isso considerando que ao escrever sobre esta temática, estarei de certo modo, (re)escrevendo a mim mesmo. Como bem apontou Butler (2015, p.36) uma vez que se coloca em questão as normas de reconhecimento que governam o que eu poderia ser, o que se deixa de fora ou não, é permanecer no risco de “não ser reconhecido como sujeito, ou pelo menos suscitar as perguntas sobre quem sou (ou posso ser) ou se sou ou não reconhecível”. Não ignoro que tensões estarão por vir.

## 2. AGENCIAMENTOS, COLIGAÇÕES E DISPUTAS

Já é sabido que no histórico dos mais diversos feminismos e dos movimentos de mulheres sempre houve o debate em torno da questão: quem é o sujeito do feminismo? As possíveis respostas para esta questão têm gerado problematizações diversas por parte de diferentes teóricas/os. Este é um debate extremamente recorrente nos diferentes feminismos, e tem se mantido aceso e provocado tensionamentos. Talvez possa ser considerado uma das molas propulsoras para emergência, e em alguns casos para a insurgência, de novas disputas dentro e fora dos movimentos feministas. Mas se há tanta literatura e produção teórica e política sobre o “sujeito do feminismo” *para quê escrever mais sobre isso?* – Porque, a partir do que venho observando, a chama deste ponto tem aumentado e incendiado o debate entre os posicionamentos de mulheres em movimento que se nomeia *Radfem* e do movimento de pessoas trans<sup>8</sup>.

Para refletir sobre a questão adotei a ideia pleiteada por Sônia E. Alvarez (2014) sobre “campos feministas” serem agenciados por diferentes fluxos de “campos discursivos de ação”. Para a autora, os campos discursivos de ação,

Abarcam uma **vasta gama de atoras/es individuais e coletivos** e de lugares sociais, culturais, e políticos. Os setores mais política e culturalmente visíveis desses campos, e os pontos nodais que os articulam, variam ao longo do tempo. **Em diferentes momentos, distinta/os atoras/es ou vertentes ganham maior ou menor visibilidade política e cultural**, e maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais, **às vezes conseguindo se estabelecer como hegemônicos** (ALVAREZ, 2014, p. 18). (Grifos meus)

Parece-me fundamental a noção de que diferentes feminismos se articulam também acerca de regimes de “visibilidade”, “disibilidade” e “audibilidade” que agenciam, em determinados momentos da história, sujeitos e coletivos que podem se estabelecer como hegemônicos e

---

<sup>8</sup> Conforme explicarei ainda neste capítulo.

excluir outros grupos e sujeitos que não são considerados parte daquele mesmo regime. Neste sentido, Alvarez (2014) faz questão de situar que os campos discursivos de ação se entrelaçam em redes, teias e/ou malhas costuradas que, para além de interligar e cruzar ideias, discursos, pessoas, grupos/instituições organizados, também “interconectam” sujeitos e agrupamentos menos formalizados, como as manifestações políticas nas ruas e como a mídia e internet... Desse modo, é possível relacionar a ideia da autora com um dos legados fundamentais de Deleuze, ao considerar que uma perspectiva rizomática revaloriza o “entre”, o que acontece na multiplicidade dos encontros, no processo, como nos indica Saidon (2002). E isso não ocorre de uma forma organizada e previsível, por isso não me interessa conjecturar aqui pontos de possíveis origens aos campos discursivos presentes nos feminismos, tampouco suas saídas, pois o desafio está em permanecer na instabilidade.

Acredito que olhar para as linhas de forças, para as “entre” disputas e os diferentes elementos discursivos presentes em coletivos virtuais denominados como *Radfem* e/ou feminismo radical, seja uma forma de habitar a instabilidade e o fluxo plural dos campos de disputas, agenciado e produzido historicamente. E que, talvez, um efeito desta instabilidade, seja exatamente a tentativa de em determinados momentos de disputas discursivas, organizar uma possível representação do sujeito do feminismo e de modos de subjetivação em que diferentes sujeitos sejam considerados mais próximos ou menos próximos deste ideal de representação. Uma ficção identitária que pode nos indicar “*agenciamentos dominantes*”. Para Saidon (2002, p. 40) “pensar en los agenciamentos es pensar lo que se articula, lo heterogênio, lo diverso”, é pensar em modos de subjetivação. Isso significa não essencializar, mas em demonstrar como se vão agenciando matéria e forma, como em determinados momentos históricos aquilo que compreendemos por subjetividade irá depender dos modos como os sujeitos se agenciam, e mais, como os agenciamentos são mutáveis e produzidos (SAIDON, 2002).

Tal como indica Saidon (2002, p. 41) a palavra “agenciamento” é usada para combater a ideia das essências e “la idea de una forma preexistente que pueda dominar al caos. Asimismo, la idea de agenciamento la vemos a ver funcionar a servicio de ir descartando los dualismos, los binarismos, que se le presentan al pensamiento”. *Quais forças operam e se articulam como formas discursivas preexistentes?*

*Quais agenciamentos (in)visibilizam o caos, os tensionamentos, as disputas?*

Quando Alvarez (2014) indica as interconexões entre ideias e discursos de grupos e sujeitos que se organizam numa coletividade mais formal e outros mais informais, parece ser possível afirmar que estas interconexões existem por conta de *agenciamentos coletivos de enunciação*. Para Saidón (2002), “agenciamentos coletivos de enunciação” é um conceito produzido por Deleuze e Guattari para sair da dicotomização entre enunciado e enunciação, já que para os autores a questão não se centra no sujeito da enunciação ou do enunciado, mas no “entre” ambos, isto é, nas condições em que se produz uma expressão e a relação entre palavra, corpo e sensação. Quando o foco da problematização passa a incidir nestas condições de produção, o que importa não é o como se diz e nem o que se diz, mas o agenciamento coletivo que se faz destas palavras, os fluxos sociais que circundam o discurso e combinam de diferentes modos os fluxos semióticos e materiais (SAIDÓN, 2002). Dessa forma, “os discursos feministas constituem um universo de significados que se traduzem ou se (re)constroem ao fluir ao longo de diversas teias político-comunicativas, norteando as estratégias e identidades das atoras/es que se coligam nesse campo” (ALVAREZ, 2014, p. 19).

Cláudia de Lima Costa (2002) explica que o debate em torno do “sujeito do feminismo” está agenciado por discussões sobre identidade, diferença e lugar de fala. E examina como as teorias feministas, mesmo se apoiando em epistemologias que descontroem e produzem distintas definições para sujeito e identidade, resistem ao perigo de destituí-los de qualquer materialidade.

Parece-me que este caráter dúbio ontológico sempre esteve presente na história dos movimentos feministas e demonstra como as tensões presentes se articulam em vetores de disputas e fazem com que algumas questões sempre permaneçam instáveis e em debate. Costa (2002), Rich (2002) e Butler (2003) destacam por exemplo, como a categoria “mulher” foi (e continua) sendo questionada por mulheres negras, lésbicas e de diferentes classes sociais, passando-se a considerar suas diversas posicionalidades e relações de poder. O grande debate girou em torno da categoria ser universalizante, remetendo à ideia de essencialismo, sendo a solução pluralizar o conceito para “mulheres”. Entretanto, ainda assim, a política de representação que sustenta estes conceitos não consegue abster-se de universalizações.

Para Costa (2002) são presentes nos movimentos feministas posições completamente radicais e opostas a esta categoria, posições marcadas pela luta do reconhecimento e estabelecimento da categoria “mulher” como sujeito e signo, já que no patriarcado nunca foi permitido que “mulher” pudesse ter condição de sujeito, e por isso não necessariamente constituiria uma subjetividade essencial. Para algumas feministas, as discussões empreendidas por vertentes pós-estruturalistas ancoradas em perspectivas de desconstrução só reforçam a supremacia masculina, já que foram fundadas por homens como Derrida, Foucault, Deleuze e Guattari, que constroem suas teorias criticando as noções identitárias. Além disso, a crítica afirma que atrelar um estatuto de universalidade para as categorias “mulher” e “mulheres”, tem posto as mulheres num “não lugar”, num “não ser”. Passaram a ser identidades vazias, não asseguradas, uma ficção que sustentava relações de opressão, de poder, isto é, as categorias que antes reivindicavam direitos passaram a ser utilizadas como forma de privar “mulheres” destes direitos (COSTA, 2002). Estes debates, divergências e tensões nos feminismos e nos movimentos de mulheres apenas demonstram que a categoria “mulher” é uma categoria histórica e heterogeneamente construída dentro de uma ampla gama de práticas e discursos, e sobre as quais o movimento das mulheres se fundamenta. [...] reconhecendo, contudo, suas temporalidades e densidades divergentes” (COSTA, 2002, p. 72).

## 2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O FEMINISMO RADICAL E SOBRE A CATEGORIA *RADFEM*

Inicialmente é importante firmar que neste capítulo não pretendo de nenhuma maneira esgotar o assunto sobre o feminismo radical. Num primeiro momento irei situar brevemente o histórico em que há a emergência de discursos feministas considerados radicais e a quem estes discursos se contrapõe. Para, num segundo momento, diferenciar o que irei considerar como a *nova geração de feministas radicais*, as *Radfem*. Acredito que localizar esta diferença nos possibilitará ao longo desta pesquisa, identificar e problematizar os discursos que foram preservados desde a emergência do feminismo radical e quais novos discursos foram sendo introduzidos nas pautas contemporâneas, sempre considerando o momento histórico e cultural em que estes discursos tomam força e passam a ser considerados como pauta de reivindicação permanente.



### **2.1.1 Feminismo Radical dos anos 1970 – feminismo contra o patriarcado**

Alicia H. Puleo (2005) e Elizabete Rodrigues da Silva (2008) nos explicam que o feminismo radical ganha força a partir da década de 1970 e se constitui em tensionamento com o feminismo liberal<sup>9</sup> que reivindicava a integração das mulheres no mundo capitalista do trabalho assalariado e da cultura (SILVA, 2008) e se posicionava contrário à política de esquerda patriarcal, política esta que não reconhecia a legitimidade das reivindicações das mulheres e tampouco enxergava a supremacia masculina no interior dos próprios movimentos revolucionários (PULEO, 2005).

Mas por que o nome radical? Para Puleo (2005) o termo significa “buscar a raiz da dominação”, portanto uma corrente do feminismo que se caracteriza por uma radicalidade na teoria e pelas formas intempestivas e subversivas de se contrapor ao patriarcado. Além disso, é marcado pela constante denúncia de que as desigualdades sociais possuem origem no patriarcado, sendo este compreendido como o principal fator para a subordinação feminina, conforme afirma Silva (2008, p. 04),

O Feminismo Radical é uma corrente feminista que se assenta sobre a afirmação de que a raiz da desigualdade social em todas as sociedades até agora existentes tem sido o patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher. A Teoria do Patriarcado considera que os homens são os primeiros responsáveis pela opressão feminina e que o patriarcado necessita da diferenciação sexual para se manter como um sistema de poder, fundamentado pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes.

Os pressupostos teóricos do feminismo radical são encontrados nas obras de Shulamith Firestone (*A dialética do Sexo*), Kate Millet (*Política Sexual*) e Simone de Beauvoir (*O segundo sexo*). Para Silva

---

<sup>9</sup> Teve muita importância para a sua época, mas muitas mulheres não se identificavam com estas pautas.

(2008) estas autoras discutiram sobre as origens da opressão das mulheres focando suas análises na “estrutura social”, isto é, nos elementos históricos, sociais e políticos, contrapondo-se assim, às explicações e abordagens deterministas, de cunho biológico. Além disso, as feministas adotaram o modelo racial – que analisa as relações étnicas raciais com um viés político e social – para analisarem as relações de poder presentes entre homens e mulheres, isto é, o sexo começou a ser teorizado como categoria social e política. Puleo (2005) nos sinaliza a existência de diferentes teóricas feministas radicais com diversas perspectivas teóricas, tais como Catharine MacKinnon, Colette Guillaumin, Susan Brownmiller, Monique Wittig, dentre outras, mas considera que as temáticas trabalhadas por elas possuem críticas em comum, tais como: utilização do conceito de *patriarcado* como dominação universal; uma noção de *poder* e de *política* mais ampliada; a utilização da categoria *gênero* como forma de distinguir os aspectos sócio culturais dos aspectos biológicos e como elemento crítico para desarticular as relações de poder; uma *análise da sexualidade* que irá realizar críticas à *heterossexualidade como compulsória*; a denúncia da *violência patriarcal* e a *crítica ao androcentrismo* em todos os âmbitos da vida.

A teorização crítica da sexualidade empreendida possibilitou um feminismo lésbico, que por sua vez, passou a considerar a relação entre duas mulheres como um ato político importante de liberação, (WITTIG, 2006, RICH, 2010). Neste momento histórico, as feministas radicais estavam unidas para se contraporem a toda e qualquer forma de manutenção do poder patriarcal. Nesta direção, algumas destas feministas acreditavam que a prostituição e o sadomasoquismo eram formas de o patriarcado explorar o corpo da mulher, portanto contestavam que estas pautas estivessem no interior do feminismo (PULEO, 2005). A própria categoria “mulher” estava sendo questionada como atribuída aos regimes patriarcais, na medida em que se considerava que esta categoria se constituiu da relação entre homens. Isso levou a muitas teóricas a levantarem outras formas de identificação para as mulheres, a categoria “lésbica” passou a ser a grande possibilidade de subversão ao sistema patriarcal na medida em que foi tida como o “amor de uma mulher para outra mulher”. Nesse sentido toda mulher poderia ser lésbica, ou seja, a categoria lésbica passou a ser uma categoria política de identidade que ultrapassava os limites de uma orientação sexual (PULEO, 2005).

Ariel Martínez (2015) nos ajuda a compreender o histórico do movimento feminista lésbico radical explicando que um de seus objetivos foi justamente possibilitar que a categoria da heterossexualidade pudesse também ser problematizada como categoria de análise política dentro do feminismo. Pois o foco das teorizações existentes era a homossexualidade, ainda considerada uma prática desviante de uma norma sexual, não se problematizava como a categoria da heterossexualidade era mantida como naturalmente dada e como forma de expressão livre da sexualidade. Esta forma de naturalização se mantinha presente no feminismo. Foram feministas radicais como Rich (2010) que passaram a introduzir o debate do quanto às mulheres (heterossexuais e lésbicas) estavam submetidas a lógicas de coerção e compulsoriedade, lógicas estas que naturalizavam a heterossexualidade como referência e mantinham o heterocentrismo nas pautas do feminismo.<sup>10</sup> Neste sentido, o lesbianismo como categoria política feminista radical assumiu o importante lugar de questionar os circuitos do sistema patriarcal “que mantiene a los varones como modelo de lo humano y a las mujeres como sus auxiliares” (MARTINEZ, 2015, p. 109), portanto não dizia respeito apenas a práticas sexuais de duas mulheres, mas a uma complexa redefinição do que se considerava por “mulher”.

Para Silva (2008), as feministas radicais da década de 1970 defendiam ser importante buscar explicações para a origem das diferenças “entre os sexos” e a subordinação da mulher ao patriarcado, mas sobretudo, sustentavam a posição de que as mulheres deveriam estar unidas contra os homens e contra todas as formas de organizações institucionais e formais do Estado, por serem estas organizações produzidas por homens, contribuindo, portanto, para o sistema patriarcal. O feminismo radical da década de 70 foi um dos grandes responsáveis por disseminar a valorização dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, pela conscientização das mulheres acerca de seu próprio corpo, por empreender uma luta contra a violência vinda de seus companheiros, por uma vida alternativa às mulheres que não fosse

---

<sup>10</sup> Interessante perceber a semelhança nos movimentos atuais das mulheres trans sobre as expressões de gênero. A produção da categoria cisgênero é justamente para contrapor a ideia da existência de expressões de gênero serem naturalmente relacionadas ao sexo de nascimento, colocando em questão a compulsoriedade da linearidade entre sexo e identidade de gênero. E isso diz respeito tanto a pessoas cis quanto a pessoas trans.

submetida ao sistema masculinista/machista. Grande marco do pensamento feminista radical foi desmistificar a ideia de público e privado, afirmando que o “pessoal é político” (SILVA, 2008).

Considerar que o pessoal é político significou que a opressão se exerce através das relações mais íntimas, e umas das formas de relação mais íntimas, é a relação com o próprio corpo, isto é, a dimensão política dos corpos das mulheres. Entretanto, Puleo (2005) explica que este lema também passou a ser questionado, na medida em que se impunham regras que pudessem identificar a verdadeira feminista, distorcendo a ideia inicial e reduzindo o político ao pessoal.

### 2.1.2 A categoria *Radfem*

Antes de discorrer sobre o que estou considerando por uma nova categoria no feminismo radical, gostaria de situar que não possuo a pretensão de demarcar que seja esta uma categoria identitária e tampouco uma forma de essencializar mulheres. Na direção do que apontou Alvarez (2014) sobre os campos discursivos de ação, demarco novamente que, nesta forma de se nominar e de diferenciar pautas de reivindicação política, se encontram malhas, teias articuladas a discursos, ideias, pessoas e instituições que podem ou não ganhar maior audibilidade e visibilidade, a depender do momento histórico e de sua forma de utilização. Seria um equívoco então, se ao lerem esta pesquisa, tomassem-na como justificativa para utilizarem a terminologia *Radfem* como um modo de localizar que as mulheres que assim se auto identificam são as grandes responsáveis por disseminar o discurso de ódio voltado para a população trans. No meu entender elas apenas fazem parte da grande malha discursiva que se estabeleceu como hegemônica, a ponto de desconsiderar a possibilidade da diversidade de auto atribuições. Obviamente que, não quero com esta forma de dizer, negar a materialidade corporal, pois como nos explica Butler (2000, 2003, 2006a) a maneira como a pessoa vem a se auto identificar está estritamente relacionado com as repetições, com as performances do próprio corpo.

Fazer a ressalva de não essencializarmos a categoria *Radfem*, não significa de maneira nenhuma concordar com os posicionamentos discursivos, em alguns momentos transfóbicos, que muitas delas fazem, mas colocar em questão, *a quem servem estes discursos? Quais as condições de possibilidade para o sua emergência? Quais as formas de*

*utilização e que efeitos possuem para a vida vivida? E quais enunciados neles se presentificam?* Em muitos momentos da pesquisa me percebi localizando nas ditas *Radfem* o lugar onde o discurso de ódio contra as pessoas trans faz morada, caracterizando por vezes estes discursos como pertencente a um falso feminismo. Mas percebi em tempo que estava reproduzindo o binarismo do verdadeiro e falso, isto é, das verdadeiras feministas (as puras) e das falsas feministas (as “portadoras” de transfobia). Dei-me conta que isso faz perder de vista as relações complexas e históricas estabelecidas, relações estas que nos constituem e nos fazem reproduzir formas diversas de práticas excludentes, dentre elas a transfobia.

Outro ponto que gostaria de considerar foi a minha ingenuidade diante da categoria *Radfem*. Num primeiro momento eu passei a considerar todas as ditas *Radfem* como sendo a própria categoria de verdade sobre as feministas radicais. Isso facilmente foi sendo desmistificado quando passei a realizar leituras de diferentes livros e artigos que foram me situando os momentos históricos dos diferentes feminismos, suas diferentes pautas de reivindicação e tensões entre si. Nesta trajetória fui me convencendo de que o feminismo radical possui um lugar importante no feminismo, na medida em que se constituiu como uma forma de colocar em questão a própria essencialização do termo “mulher” e as relações de poder presentes nestas essencializações. Mas, acabei caindo no erro de achar que existia um feminismo radical bom (aquele que considerava as pautas trans no feminismo) e um feminismo radical ruim (aquele que não considerava as pautas trans no feminismo). Enquanto o primeiro eu compreendi como sendo o feminismo radical verdadeiro por preservar pautas em oposição à supremacia masculina (1960 – 1970), atribui o segundo às feministas radicais do novo milênio – as ditas *Radfem*, que encontraram no ciberativismo um lugar de reivindicação política por meio da demarcação direta e contrária às pessoas trans. Esta forma binária de categorizar as feministas radicais foi me produzindo a sensação de que um grupo possuía as pautas legítimas e outro estava deturpando o próprio feminismo radical. Mas as coisas não são tão lineares e polarizadas como essa ideia que fui criando, pois a divisão entre dois grupos de feministas radicais estava estritamente equivocada, já que o debate sobre a inclusão das pautas das pessoas trans ou não no feminismo não estava somente relacionado às feministas radicais e também não se originou no novo milênio. O debate já estava presente no feminismo desde o final da década de 1970, um exemplo disso foi a

publicação do livro **The Transsexual Empire: The Making of the She-Male**<sup>11</sup> da feminista lésbica radical Janice G. Raymond, em 1979. Dentro outras feministas lésbicas radicais, que inspiraram feministas radicais como Sheila Jeffreys a se posicionar contrária não só à inclusão das pautas trans no feminismo, mas contra a própria existência da transexualidade. A última publicação de Jeffreys sobre a temática foi um livro intitulado **Gender hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism**<sup>12</sup>, lançado em 2014. Entre estas duas obras, há diferentes publicações que convergem e divergem, sobre as mulheres trans serem ou não consideradas mulheres e terem suas lutas empreendidas no interior dos feminismos. Além disso, no feminismo de maneira mais ampla, feministas radicais também são muito questionadas por serem contrárias à prostituição e à pornografia como um lugar possível de trabalho para as mulheres.

*Mas então quem estou considerando serem as Radfem?* Um dos primeiros pontos a se considerar é que esta categoria não é facilmente localizável, pois se trata, como já escrevi, de uma das formas de reivindicação política e de elaboração teórica do feminismo, então a menos que a pessoa lhe fale “sou *Radfem* e/ou feminista radical” não é possível saber. *Será mesmo?* Bom, nos diferentes eventos/encontros com pautas políticas feministas de que participei ao longo do mestrado, não identifiquei nenhum posicionamento que pudesse me remeter a um discurso contrário às pessoas trans. Obviamente que não descarto o fato de ter ido a eventos onde as pautas trans eram bem vindas. Mas comecei a ficar intrigado com as denúncias realizadas, principalmente pelas mulheres trans, sobre os discursos de ódio e da violação de seus direitos que experimentavam por parte das *Radfem*. Comecei a questionar sobre a minha “cegueira” de notar as ditas *Radfem* e os discursos contrários às pessoas trans e, como dito, ficou nítido para mim que não notar estas ações dizia muito da minha localização como homem cis e gay, pois as pessoas trans que se utilizavam das redes sociais e dos eventos como forma de denunciar as *Radfem* sabiam muito bem localizá-las.

É perceptível que há uma infinita gama de possibilidades de perspectivas feministas que podem servir de fundamento para a militância e para a academia. O questionamento que me faço no momento *é o que possibilitou que parte das novas gerações de*

---

<sup>11</sup> O Império Transsexual: A Fazenda do Macho (Tradução Livre).

<sup>12</sup> Gênero dói: Uma Análise Feminista da Política do Transgênero (Tradução Livre).

*feministas brasileiras, diante de tantas práticas discursivas que consideram a pluralidade e diversidade, pudesse encontrar eco ou fundamento num feminismo radical contrário às pautas das pessoas trans no feminismo? Obviamente que a resposta para esta pergunta é muito complexa e estou certo de que não irei conseguir respondê-la. Mas, diante da constatação de denúncias das pessoas trans nos meios virtuais e em eventos, estou supondo que parte da resposta se encontra no próprio *ativismo on line*, lugar em que as pessoas trans por meio do transfeminismo ou feminismo trans passaram a tensionar os diferentes feminismos, dentre eles o feminismo radical. Deste modo, irei considerar que há uma nova geração de feministas radicais que se constituem contrárias às pautas trans no interior dos feminismos e encontram no *ciberativismo* o principal território para disseminar suas ideias – as *Radfem*.*

## 2.2.TRANSFEMINISMOS

### POR QUE SOU MULHER

Antes de morrer  
Quero ver brotar  
Do Papel mais árido,  
O suave prazer  
De ter um lugar  
Pro som do meu hálito.

Depois de nascer  
Desabrochará  
A flor do meu nome?  
O encanto de ver  
Satisfeita cá  
Essa minha fome?

Por que sou mulher.  
Essa é minha letra,  
Verdade adorada,  
Igual a qualquer  
Outra, que remeta  
À minha alvorada.

Serei este ser  
Sempre, não importa

Se dizem ‘jamais’.  
 Não posso esquecer  
 O que me conforta,  
 Meu canto fugaz.

(Jaqueline Gomes de Jesus, 2014, p.109)

Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Alves (2010) e Jesus (2013) destacam que a auto-organização do movimento feminista transgênero e/ou transfeminino, no Brasil, tem se tornado cada vez mais visível por meio de manifestações públicas e, sobretudo pelo ativismo em espaços virtuais. Este ativismo tem produzido um efeito importante de consciência política e coletiva entre mulheres travestis, mulheres e homens transexuais e pessoas que não se enquadram nos modelos binários de gênero. As autoras avaliam que o conceito de gênero aplicado ao feminismo, possibilitou crítica aos modelos universais e ampliou a percepção no interior dos movimentos feministas, passando-se a considerar a diversidade de mulheres, suas especificidades e hierarquias dentro do próprio movimento, tal como nos apontam:

A partir das novas ideias e comportamentos trazidos com o movimento feminista, a percepção sobre quem são as mulheres se ampliou, deixou de apenas se remeter à mulher branca, abastada, casada com filhos, e passou a acatar a humanidade e a feminilidade de mulheres outrora invisíveis: negras, indígenas, pobres, com necessidades especiais, idosas, lésbicas, bissexuais, solteiras, e mesmo as transexuais (JESUS; HAILEY, 2010, p. 05).

Ao longo do mestrado, ao participar de espaços acadêmicos voltados para problematização das múltiplas violações de direitos que a população trans vive, acompanhei muitos relatos da dificuldade de acesso e permanência nas instituições que oferecem educação formal e cuidados de saúde, trabalho, e também de conflitos familiares por conta das expressões de gênero. Todos estes relatos iam montando um cenário de práticas e processos excludentes. Obviamente também conheci pessoas trans que tiveram outras realidades, mas estas eram poucas. Em linhas gerais, praticamente todas traziam em seu registro do vivido, histórias de violações gravíssimas e de não reconhecimento de direitos. Experiências que têm me possibilitado ampliar relações de militância e



de vida, tanto no convívio social offline quanto em redes sociais on line como o facebook, onde tem sido possível acompanhar algumas postagens/denúncias e posicionamentos acerca destas violações de direitos e do cerceamento diário de poder expressar “quem se é”.

Thiago Coacci (2014) também enfatiza as tensões oriundas do debate sobre o “sujeito do feminismo” e de uma possível representatividade de mulheres trans. Segundo o autor, desde meados de 1970 a partir das críticas de mulheres negras e lésbicas, foi central nas discussões do movimento feminista a necessidade de se considerarem diferenças étnicas, raciais, de classe, geração, nacionalidade, etc., entre as próprias mulheres, reinventando assim o feminismo. Entretanto, a inclusão destas diferenças nas pautas feministas não foram isentas de tensões e segmentações, e de acordo com o autor (2014, p. 139) em encontros como o de Juan Dolio<sup>13</sup> em 1999, muitas mulheres esboçavam a “preocupação de que as muitas diferenças fragmentassem o movimento feminista, respondiam as crescentes demandas por reconhecimento das desigualdades entre mulheres com a insistência em um mínimo denominador comum, em algo único que as unisse.”

Segundo Cocci (2014) no final da década de 1990 e início dos anos 2000 as mulheres trans começaram a requerer participação nos espaços destinados aos debates feministas e reivindicar pautas específicas. Esta reivindicação resultou em muitos debates entre as mulheres feministas, sobre a legitimidade de pessoas trans poderem ou não participar destes espaços, retomando assim o debate sobre a inclusão de novos sujeitos no feminismo mas, sobretudo, se as mulheres trans poderiam ou não ser consideradas mulheres, ou se seriam representantes de homens dentro dos movimentos.

Cocci (2014) indica que desde 2011 há no Brasil um coletivo que se auto intitula transfeminista e que mantém espaços virtuais como a página <[www.transfeminismo.com](http://www.transfeminismo.com)> e comunidades no facebook que trazem o mesmo nome. Os debates transfeministas têm se desenvolvido principalmente pela internet e possibilitado a circulação de materiais e textos produzidos por pessoa travestis e transexuais. Para o autor, a corrente transfeminista denuncia fortemente as normas de mulheres cisgênero que operam de forma a apagar a existência de pessoas que não são inteligíveis a partir de uma regulação linear entre sexo, gênero e orientação sexual. Nestas denúncias incluem mulheres feministas que não concordam que as pautas políticas das pessoas trans sejam

---

<sup>13</sup> Encontro feminista latino-americano realizado na República Dominicana.

reinvidicadas no feminismo. Cocci (2014) ao entrevistar pessoas de importante representação no movimento transfeminista, indica que muitos dos conflitos existentes entre feministas têm se dado em meios virtuais, como facebook e blogs, dificilmente saindo destes espaços.

Neste debate, Jesus (2013) e Jesus e Hailey (2010) destacam que as mulheres travestis e transexuais não recebem o mesmo tratamento das mulheres cisgênero, que são conhecidas popularmente como “mulheres de verdade”, “de modo que as mulheres transexuais e as travestis, além de serem vitimadas pelo machismo, também o são por uma forma de sexismo, de base legal-biologizante, que lhes nega o estatuto da feminilidade ou da ‘mulheridade’” (JESUS, HAILEY, 2010, p. 06). As autoras destacam que o feminismo transgênero e/ou transfeminista surge como uma crítica à divisão binária dos gêneros e à suposta linearidade sexo - gênero (Mulher/vagina/feminina X homem/pênis, masculino), demonstrando a existência de feminismos de base biológica, que além de não reconhecerem as expressões de gênero como distintas do sexo, reforçam a ideia de uma “verdadeira mulher” e de um “verdadeiro homem”, preservando relações sociais entre homens e mulheres pautados num entendimento hegemônico de corpos. Esta crítica que o transfeminismo faz a determinados movimentos feministas tem gerado alguns tensionamentos teóricos e políticos.

Jesus (2013) afirma que o transfeminismo possui alguns princípios, tais como:

- 1) redefinição da equiparação entre gênero e biologia;
- 2) reiteração do caráter interacional das opressões;
- 3) reconhecimento da história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgênero de forma geral como elementos fundamentais para o entendimento do feminismo;
- e (4) validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgênero ou cisgênero, o que leva ao fato de que, por sua constituição, o transfeminismo pode ser útil para qualquer pessoa que não se enquadra no modelo sexista de sociedade que vivemos, não apenas as transgênero (JESUS, 2013, p. 6).

Importante destacar que nem todos os movimentos de pessoas travestis e transexuais se vinculam a uma corrente feminista. Há diferenças de posicionamentos entre as próprias pessoas dos

movimentos, inclusive os modos como se nomeiam e naturalizam formas de ser mulher pautadas no binarismo e na linearidade sexo/gênero. Obviamente que esta naturalização não é exclusividade de pessoas trans, todas/os nós somos subjetivados para operar a partir desta lógica. Entretanto, demarcar esta diferença é necessário para que não se crie a ilusão de uma homogeneidade entre pessoas trans. As mesmas discussões empreendidas nos movimentos feministas sobre interseccionalidade de raça, etnia, geração, classe, cabe ao movimento de travestis e transexuais. Pois como nos aponta Cocci (2014, p. 157):

Em geral, as pessoas que se identificam como transfeministas tendem a ser, em comparação com o movimento de travestis e transexuais, de uma geração mais nova, de uma classe mais alta e com maior nível educacional, enquanto o movimento de travestis e transexuais seria composto majoritariamente por meninas que ‘vieram da rua, da pista’.

Entretanto, conforme nos pontuaram Jesus e Hailey (2010) o transfeminismo tem sido um movimento importante para as pautas das mulheres travestis e transexuais, homens trans e pessoas que não se enquadram nos modelos binários de gênero. Neste sentido, as autoras destacam que este movimento pode ser considerado intelectual e político e está sempre aberto para que seja validado por quaisquer pessoas, sejam elas trans ou não. O objetivo maior é superar o cissexismo e o machismo, que produzem sofrimentos e atuam como limitadores das potencialidades humanas. E sua necessidade justifica-se por que muitas pessoas internalizam o cissexismo e a transfobia e adotam estas formas de dominação como se fossem parte “essencial” de si. Além de que “há pessoas cisgênero e trasgênero que (...) tentam impelir as pessoas trans a serem objetos de uma guerra teórica segundo a qual elas teriam identidades políticas em tempo integral, e, portanto, seriam obrigadas a contestar diuturnamente o binarismo de gênero” (JESUS, 2014, p. 103).

Conforme dito no subcapítulo anterior, os movimentos feministas têm mantido suas diferenças e tensões. Num primeiro olhar estas tensões são importantes para que não percamos de vista as relações de poder e hierarquias no próprio movimento. Mas não tenho como negar as relações de proximidade que tenho tido com pessoas trans e que me mantém alerta para determinados discursos presentes em alguns

movimentos de mulheres e gays. Estes retomam uma base discursiva em torno do biológico e negam às mulheres transexuais e travestis o estatuto de mulheridade e de feminilidade, no que parece uma interna disputa por uma “verdadeira” ontologia de mulher e de representação do feminismo.

Como demonstrarei mais adiante, alguns discursos de feministas *Radfem*, trazem sem sombra de dúvidas uma repetição daquilo que historicamente vimos sobre verdadeiros “corpos-mulher” e verdadeiros “corpos-homem”. Quero, assim, marcar posição, pois este subcapítulo serviu para introduzir um debate sobre as tensões que persistem, principalmente quando discursos identitários passam a ocupar um lugar de prescrição. Obviamente Sem esquecer do que Butler (2000) alertou ser a performatividade, como repetições constantes de normas e ideais regulatórios que se materializam em um corpo que nunca está completamente “conformado” com o que lhe é imposto.

### 3. (RE) SITUANDO FLUXOS CONSTANTES

Inicialmente, faz-se necessário retomar a criação do desejo de fazer a pesquisa, como foi sendo tecido um conjunto de afetações sobre a temática e delineando as formas pelas quais se pretendeu conduzi-la. Obviamente, não tenho a pretensão de que seja possível trazer aqui todo o conjunto de afetações que me levaram ao desejo de pesquisar determinado tema sem ignorar a seletividade dos enunciados.

A problematização sobre as questões de gênero e sexualidades iniciou-se quando pude confrontar ideais regulatórios (talvez criar outros) na formação em Psicologia e quando passei a me interessar pela processualidade subjetiva de outras pessoas. Na trajetória acadêmica me aproximei de outros discursos sobre a produção de subjetividades, os percursos identitários, as histórias dos feminismos e dos movimentos homossexuais, as lutas pelas diversidades. Desenvolvi então como trabalho de conclusão de curso de graduação uma pesquisa em que busquei analisar discursos produzidos em entrevistas que abordavam questões de gênero e sexualidades, por “homens” que se “auto intitulavam” homossexuais e heterossexuais. Foi possível, nos discursos de sexualidade, identificar regimes de verdades e poderes que reiteravam a manutenção de um ideal hegemônico. Especificamente, sobre os discursos de categorias identitárias presentes em discussões sobre a diversidade, tais como: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Verifiquei o paradoxo essencialista dos usos dessas denominações, visto que do mesmo modo que se reitera a necessidade de políticas por meio de uma identidade coletiva, estas nomeações também podem se tornar uma prática excludente, na medida em que universalizam os sujeitos que por elas se identificam (SOUSA, 2013).

Esta pesquisa de iniciação científica possibilitou aprofundamento teórico e de certo modo me introduziu na produção acadêmica. Todavia, deixou-me inquieto e curioso com relação às tensões existentes dentro dos próprios segmentos da diversidade e dos movimentos feministas, em que diferentes perspectivas produziam um percurso discursivo paradoxal, pois ao mesmo tempo em que presentificavam a reivindicação de direitos à diversidade e equidade de gênero, por vezes segregavam determinados segmentos dos próprios movimentos, demonstrando choques entre poderes, choques entre modos de vida, entre categorias identitárias e modos de identificação.

A percepção dessas tensões me deixou atento aos discursos sobre categorias identitárias relacionadas a gênero e sexualidades, por parte de

participantes de diferentes eventos acadêmicos/políticos feministas e de diversidade LGBT dos quais participei no ano de 2014 e início de 2015. Resgato aqui algumas situações presenciadas e registradas em anotações:

### 3.1 SITUAÇÃO 01

**I Encontro de Direitos e Cidadania TLGB e III Seminário Cidadania e Direitos Trans em Santa Catarina**, Florianópolis, dia 23 de Maio de 2014. Neste evento, um dos propósitos era convidar gestoras/es do Estado de Santa Catarina, para se pensar ações nos diferentes âmbitos de Secretarias do Estado sobre os direitos e a cidadania da população LGBT. Em uma fala de palestrante, ao expor resultados parciais de pesquisa que estava sendo desenvolvida sobre violências cometidas contra a população LGBT, em um breve momento relativizou as siglas, reunindo a população trans, na expressão “T’s”. Quando foi aberto o debate para os ouvintes pontuarem seus questionamentos, um sujeito auto intitulado-se “homem trans”, fez a seguinte enunciação:

“Gostaria que todos os homens trans aqui se levantassem! Vejam, quantas pessoas (no mínimo 8 pessoas se levantaram), estamos aqui, não podemos admitir que uma mesa de um seminário que traz em seu nome ‘direitos e cidadania trans’, trate todos os trans como se fossem a mesma coisa. Não! ao se referir a nós, tem que falar, homem trans, mulher trans, travestis, gays, lésbicas”.

Este foi o primeiro momento em que me deparei com homens trans. Lembro-me de um estranhamento que tive ao ver todas aquelas pessoas de pé sob o enunciado de somos “homens trans”. Localizo o desconforto deste momento em no mínimo três razões, e quero falar delas sem receios: 1º) até então ouvia falar sobre a existência de pessoas que se submetiam a mudanças corporais por não se sentirem pertencentes a determinadas formas de expressão de gênero e vi em redes de compartilhamentos sociais imagens e notícias de algumas dessas pessoas. Havia tido contato com mulheres trans, mas era a primeira vez que estava tendo a experiência de ver e ouvir homens trans.

Sim, fiquei curioso e impressionado; 2º) embora tenha lido textos e livros, aproximado-me de literatura sobre a temática e participado de alguns eventos LGBT, parece que o que me impressionou naquele momento foi a performance de gênero regulada por um ideal masculino, presente em cada pessoa que se levantou. Lembro-me que a sensação era a de tentar buscar naqueles corpos algum traço que pudesse mostrar que não eram “homens” e digo isso justamente para demonstrar o quanto nossos preconceitos e/ou ideais regulatórios sobre os corpos operam de diferentes formas. Ter acesso à literatura foi importante, mas não ignoro que naquele momento, senti frios intensos na barriga, foi visceral. Fiquei me perguntando o que poderia ter gerado tal sensação. Obviamente não obtive uma resposta de imediato, mas cheguei naquilo que posso chamar de terceiro momento; 3º) imbuído de ideias do senso comum, operado por saberes/poderes jurídicos e biomédicos que outrora definiram relações eróticas e afetivas com corpos de mesmo sexo/gênero, busquei me intitular na categoria da homossexualidade. Conduzindo-me para uma questão que vai além dos binarismos contrapostos pelas teorias feministas pós-estruturalistas: *para onde a minha orientação sexual é voltada? Para aquilo que eu observo como performance de gênero? Ou para aquilo que fica no imaginário e se concretiza no ato de olhar o corpo nu de outra pessoa, a existência ou ausência de um pênis?* Parece ter sido esse o desconforto maior, a ideia simplista de que eu não saberia identificar quem possuía pênis ou não, e me levasse a questionar o meu próprio “desejo sexual”. Este movimento foi necessário naquele momento, mas não passava de um imaginário sexista, de um ideal regulatório de minha própria orientação sexual.

### 3.2 SITUAÇÃO 02

Seminário Mulheres LBT: Estratégias conjuntas de enfrentamento do machismo, sexismo, misoginia e das LBT fobias, Florianópolis, dias 09 a 11 de junho de 2014. Neste evento estavam sendo discutidas demandas de mulheres lésbicas, bissexuais e trans, com o propósito de criar estratégias para o enfrentamento do machismo, sexismo, misoginia e LBT fobias. No segundo dia do evento, uma das mulheres convidadas para fazer uma fala, trouxe para debate a questão da afirmação por parte de pessoas trans para vislumbrar políticas públicas de direitos. Ao ser aberto o debate, uma participante expôs as formas como age para se posicionar em diferentes situações do

cotidiano, quando é interpelada por questionamentos de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. “(...) sou uma mulher trans, sou puta, namoro com um homem, mas também fico com mulheres, dependendo da situação, eu falo que sou mulher, outras vezes que sou transgênero, ou lésbica, depende de quem pergunta, a minha resposta é para provocar”. Justificou sua fala argumentando serem necessários posicionamentos estratégicos. Seu discurso levantou nas pessoas presentes (em sua maioria mulheres) pequenas discussões. As que eu pude ouvir por estar próximo falaram algo como: “como é que pode, capaz! agora vou sair por ai dizendo que sou uma coisa que não sou!”. Foi no mínimo curioso o desconforto gerado pela fala da participante, feito com um tom altivo e forte, interpelando-nos sobre a possibilidade de um caráter cambiante para as posições identitárias e diferentes formas de expressão de gênero. Já havia visto esta jovem em outros momentos, e sabia de antemão de sua militância e suas aproximações teóricas, mas foi inquietante presenciar sua fala num evento que solicitava afirmação identitária. Pelo efeito do discurso produzido na plateia, ficou óbvio que se esperava uma afirmação identitária pautada em uma suposta rigidez/fixidez no posicionamento e não como algo que pudesse transitar, mesmo no âmbito da enunciação, do discurso.

### 3.3 SITUAÇÃO 03

**I Seminário de Saúde de Travestis e Transexuais da Grande Florianópolis**, dia 18 de maio de 2015. Este evento foi promovido para discutir a saúde da população trans. Como de praxe em seminários, após a fala das pessoas convidadas, foi aberto o debate para o público questionar e/ou manifestar seus posicionamentos. Uma participante fez a seguinte fala, *“eu quero dizer que aqui na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) está havendo algo que nunca antes tinha acontecido, um grupo intitulado de feministas radicais, estão fazendo transfobia, e dizendo que nós mulheres trans não somos mulheres, chamando de sapatão, homens de peito, nos desrespeitando, eu quero dizer que se depender de mim, este tipinho de gente não vai se criar aqui dentro da UFSC”*. Para mim este trecho da fala da participante foi impactante, a expressividade indignada, com voz elevada, enérgica e forte, expressava toda a revolta pelo cunho sexista em torno do que seria considerado uma verdadeira mulher, e mais, demonstrava como posições políticas de



diferentes movimentos reverberam e se materializam nos corpos das pessoas.

Presenciar denúncias sobre situações de preconceito e opressão produzidas por algumas mulheres feministas me possibilitou, conforme já expressei, ficar atento a outras manifestações de amigas trans na rede social *facebook*, o que me direcionou para algumas comunidades virtuais e blogs que traziam posicionamentos contrários à inclusão de mulheres travestis e transexuais nas pautas do feminismo. Iniciava-se aqui um interesse em problematizar estas manifestações e tensões no feminismo sobre “um novo sujeito político para o feminismo”

Naquele momento, a cena descrita me levou a um espectro fantasioso a partir de uma questão que não cessava: quem seriam as ditas feministas radicais? Eu também não queria que “*aquele tipinho de gente*” se “*criasse*”. Imaginei mulheres monstros, mulheres destituídas de humanidade e logo as adjectivei de transfóbicas. Embora pareçam pesadas estas palavras, não quero deixar de trazê-las, pois a minha indignação foi oriunda de posicionamento político em defesa dos Direitos Humanos (conforme já escrevi anteriormente), e mais especificamente, dos direitos da população com a qual venho militando conjuntamente: as pessoas travestis e transexuais. Hoje, mais de um ano depois, retornando à cena, e tirando o véu dos afetos de raiva, começo a relativizar os discursos ao perceber que as mesmas falas por vezes são ratificadas por pessoas trans. *Seriam pessoas trans transfóbicas?* Vi-me num dilema político e reificando algumas práticas. Quando posicionei de maneira fantasiosa e universal as “*feministas radicais*” num lugar de “*inumano*”, percebi que as pessoas que passei a qualificar como humanas eram aquelas que tinham em suas práticas, discursos e ações, ao menos aparentemente, a defesa de todas e todos poderem ser quem são, serem reconhecidas como sujeitos. Eu quis uma espécie de um purismo inexistente, uma pauta em comum de garantia de direitos, eu estava ignorando as diferenças, tensões e disputas existentes tanto entre grupo de mulheres (feministas ou não), quanto nos grupos de mulheres e homens trans (transfeministas ou não).

Ainda que não continue concordando com os posicionamentos das intituladas *Radfem*, consigo perceber que, os discursos em torno do biológico que muitas delas expressam para justificar seus posicionamentos, são utilizados também por pessoas trans. Estamos agenciados por estes discursos, por formas puristas e universais de ver o mundo e aquilo que consideramos por humanos. São políticas discursivas, regimes de poder, regimes de verdade reguladores de modos

de vida. Estamos imbuídos de perspectiva parcial, tal como afirmou Donna Haraway (1995, p. 21): “a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver”. Tratam-se das condições de possibilidade que nos produziram, que além de nos fazerem aprender a ver, nos fazem, sobretudo, sentir.

Isso me levou a pensar na problematização empreendida por Butler (2003) sobre a universalização de categorias identitárias, que engendram, naturalizam e imobilizam sujeitos. Aqui busco relacionar com o paradoxo da igualdade e diferença, proposto por Scott (2005), bem com a reflexão que a autora realiza sobre a busca por ações coletivas em prol de políticas afirmativas inclusivas, mas que se tornam excludentes justamente por universalizarem sujeitos, excluindo especificidades singulares.

Ao deixar-me afetar pelas enunciações das situações relatadas e dos discursos presentes em minha história, e da resistência a eles, fui levado a refletir sobre uma política de igualdade e luta por garantia de direitos a partir de pressupostos que sustentam normativas sociais e produzem aquilo que se pretende rechaçar. Esta contradição me fez questionar: *como nos posicionarmos diante de discursos que são retomados como pressupostos de verdade sobre o corpo, de modo a produzir como efeito a discriminação e opressão? O que está em jogo quando o estatuto de mulheridade e feminilidade são reivindicados para determinados corpos, não de maneira estratégica, mas de maneira a reforçar uma premissa homogênea e universal?*

As três situações descritas brevemente, somadas à minha trajetória acadêmica, profissional, de vida, relacionada aos estudos apresentados, tornaram forte o interesse em pesquisar as disputas e tensionamentos que carregam um pressuposto de verdade sobre os corpos e a questionar uma política representacional que ainda permeia os discursos feministas. É deste modo que fui tendo o interesse em problematizar as tensões entre grupos específicos dentro dos movimentos feministas atuais, especificamente a constituição do transfeminismo e as oposições que são feitas a esse movimento pelas novas feministas radicais – as *Radfems*. Dessa forma, procurarei demonstrar os possíveis tensionamentos e seus efeitos numa conjuntura histórica e cultural balizada e possibilitada por diferentes discursos, especialmente aqueles que pretendem coibir e/ou excluir os modos de

subjetivação que de alguma forma resistem aos ideais regulatórios de corpo, sexualidade e gênero.



#### 4. ESBOÇANDO CAMPOS DE ESTUDOS A PARTIR DE PESQUISA EM BANCO DE DADOS

Considerando ser importante realizar uma busca por estudos que se aproximam da temática desta pesquisa, em outubro de 2015 busquei na Base de Dados Scielo<sup>14</sup> estudos que pudessem esboçar o cenário teórico no qual as problematizações de gênero têm ocorrido. No momento da busca combinei algumas palavras que acredito terem me levado para esta direção, a saber: “identidade trans”, “identidade LGBT”, “homem trans”, “mulher trans”, “tranhomem”, “transmulher”, “gênero, sexualidade e identidade”, “transmasculinidade”, “transfeminilidade”, “queer”, “travestis”, “transexualidade”, “transgênero”. Segui realizando esta busca e em junho de 2016 incluí na pesquisa as seguintes palavras: “transfeminismo”, “feminismo + transgênero” e “feminismo + radical”.<sup>15</sup>

Como não poderia ser diferente, encontrei muitos trabalhos com diversas perspectivas teóricas e temáticas, entretanto por meio de uma leitura sistemática de títulos, resumos e textos, busquei identificar aqueles que tivessem relação com esta pesquisa e que trouxessem no seu escopo teórico aproximações com as perspectivas teóricas aqui empreendidas. A leitura destes artigos ajudou a me situar no campo. De antemão me chamou atenção a ausência de estudos que problematizassem com profundidade as tensões de uma “nova onda do feminismo radical” sobre a inclusão ou não das mulheres trans como sujeitos do feminismo. A seguir farei um esboço dos principais estudos abordados.

De acordo com Júlio Assis Simões e Sérgio Carrara (2014) o campo de estudos que envolvem “o movimento homossexual brasileiro”<sup>16</sup> teve dois grandes divisores, “a emergência gay-lésbica”

---

<sup>14</sup> <http://www.scielo.br/>

<sup>15</sup> A pesquisa foi realizada entre outubro de 2015 e Junho de 2016. A combinação das referidas palavras-chave fez com que eu encontrasse 171 artigos. Destes, selecionei 38 títulos que mostraram ter relação com a temática deste estudo. Então, li os resumos e escolhi 19 artigos publicados entre 2006 e 2015 que, no meu entender, mais expressaram o campo de pesquisa no qual estão presentificadas as tensões entre grupos específicos dentro dos movimentos feministas atuais.

<sup>16</sup> Quando aparecer no texto a expressão “movimento homossexual”, importante compreender que se refere ao movimento da diversidade LGBT por um determinado período da história. Entretanto o movimento LGBT tem se

(1970 e 1980) e a “emergência trans” (2000). Estes dois divisores, instituíram um campo contemporâneo socioantropológico de estudos e reflexões sobre a diversidade sexual e de gênero, no Brasil. A partir do segundo milênio o histórico do “movimento homossexual” teve como marco fundamental a crescente participação e organização política de travestis, homens e mulheres transexuais, sendo marcado por uma crítica da homogeneização e da classificação da identidade social na categoria da homossexualidade<sup>17</sup> (SIMÕES; CARRARA, 2014). Isadora Lins França (2006) corrobora com a ideia de que as pessoas travestis e transexuais tem tensionado o “movimento homossexual” e demonstrado o quanto nele são invisibilizadas. Estas tensões têm permanecido nas discussões acerca das identidades coletivas, principalmente quando associadas a ações políticas, colocando em cena a disputa pelo reconhecimento de novos sujeitos políticos. Para França (2006) estas disputas pela definição de novos sujeitos políticos produzem efeitos nos modos pelos quais a sociedade em geral passa a compreender a população LGBT e a viabilizar, ou não, espaços de sociabilidade.

O estudo de França (2006) sobre o mercado de consumo voltado para a população LGBT demonstrou que, em geral, as travestis e transexuais são excluídas de espaços destinados a segmentos gays e lésbicos. Estes embates são uma constante no interior do movimento social e ora trazem uma perspectiva em que é necessário unir forças para ação política visando a garantia de direitos a todas as pessoas presentes na sigla LGBT<sup>18</sup>, e ora uma perspectiva em que aponta para as diferenças existentes entre estes sujeitos que compõe o movimento: suas hierarquias, alianças e os processos de exclusão presentes (FRANÇA, 2006).<sup>19</sup>

---

(re)organizado ao longo do tempo a partir da emergência de novos sujeitos políticos que reivindicam lugar e pautas dentro do movimento. Isso quer dizer que alguns sujeitos políticos são mais visibilizados do que outros no movimento LGBT, situação que se agrava ainda mais quando se consideram especificidades como classe, raça/etnia e geração. Esta observação é importante para que não se homogeneizem as pessoas em categorias estaques e para que o movimento social não seja representativo de uma única identidade política, pois as chamadas identidades coletivas são instáveis e heterogêneas.

<sup>17</sup> Conceito guarda-chuva que unificou sexualidades e expressões de gênero e sexualidades não normativas durante o século passado (SIMÕES; CARRARA, 2014).

<sup>18</sup> Produzindo como efeito a reivindicação fixa para as identidades coletivas.

<sup>19</sup> Produzindo como efeito a instabilidade para a política de identidade.

Estas tensões e disputas realizadas pelas pessoas trans ao movimento LGBT, também foram reivindicadas pelo movimento feminista. Sobre isso, Karla Galvão Adrião e Juracy Filgueiras Toneli (2008), tecem problematizações sobre os “sujeitos feministas no campo político” considerando as transformações discursivas pelas quais o campo dos movimentos feministas passou nas últimas décadas. Destacam que quando as pessoas trans e as jovens feministas reivindicam espaços como sujeitos políticos no feminismo, incluindo na pauta a subjetividade como local de disputas, o efeito é o deslocamento do sujeito universal, recolocando em questão aquilo que fundamenta a política. Confronta-se novamente a ideia de uma unicidade (um nós) e da representatividade em torno do que seria considerado “mulher” na política.

Ariel Martínez (2015) realizou estudos que demonstram tensões políticas conceituais presentes desde o feminismo lésbico radical, até as teorizações de Butler sobre gênero na filosofia. O feminismo lésbico radical tem criticado, ao longo da história dos feminismos, os modos patriarcais e falocêntricos de organizar a sociedade. Nesta crítica, muitas feministas lésbicas radicais tem se pronunciado contra a lógica de ser o “falo”<sup>20</sup>, o organizador simbólico da sociedade, e também têm se posicionado contra a imposição da heterossexualidade como forma de conformação dos corpos a identidades sexuais fixas, tidas como essenciais. Entretanto, como apontou Martinez (2015), as teorizações realizadas por feministas lésbicas radicais produziram também efeitos contrários ao que se pretendia combater. O sistema de uma matriz heterossexual, tão denunciado, foi sendo reforçado na medida em que se sustentava uma ideia radical discursiva em que as “mulheres” eram consideradas produtos do sistema patriarcal, baseadas em verdades biológicas do corpo que as inferiorizavam. Naturalizava-se uma classificação identitária essencializada.

Isabel Balza (2011) também acredita que o falocentrismo tem sido alvo das feministas radicais ao longo da história. Uma destas críticas passava pelo conceito lacaniano de “falo”, justamente por este reiterar uma ordem binária de corpos sexuados. Dentre as teóricas conhecidas que realizaram críticas a este modelo de pensamento, Balza (2011) destaca a feminista radical Monique Wittig, que sugere ser necessária uma nova ética para se pensar o corpo, o qual denominou de

---

<sup>20</sup>As autoras utilizam este termo contrapondo-se às concepções do falo como significante psicanalítico.

“corpo lésbico”. Esta nova ética de se pensar o corpo superaria a diferença sexual, na medida em que coloca em questão a dicotomia das posições sexuais estabelecidas por uma cultura heterossexual. Tratar-se-ia de construir uma nova posição política e sexual que estaria para além da dicotomia homem e mulher (BALZA, 2011). Entretanto esta forma de se conceber uma nova ética corporal foi bastante criticada, pois se tornou uma ideia filosófica utópica demais. Além de não acompanhar a realidade vivida, reforçava a lógica de oposição binária e excludente, fundante da própria heterossexualidade. De acordo com Balza (2011), Butler encontrou um modo de superar esta concepção ao instaurar o conceito de “falo lésbico”. Este conceito se propôs a romper com a lógica binária e excludente, justamente por considerar que um corpo sexuado pode ser e ter o falo ao mesmo tempo. Passa-se a recuperar para as “mulheres” o direito a plasticidades corporais e de o “falo” não mais ser centrado na heterossexualidade, como explica Balza (2011).

“Gênero” também é uma categoria em constante disputa e traz reverberações teóricas, conceituais e políticas. Quando esta categoria é sustentada por uma lógica binária, tende-se a reforçar a linearidade sexo/gênero e políticas biologizantes marcadas por uma forma de análise que toma como referência dois corpos, de homens e mulheres, conforme Berenice Bento (2012). Neste modo de pensar, as pessoas que por ventura forem “lidas” socialmente como fora deste escopo normativo, estariam suscetíveis a processos de normalização e patologização. A partir disso Bento (2012) argumenta que determinados conceitos de gênero podem tanto visibilizar as múltiplas expressões de gênero ou inviabilizá-las, contribuindo nesse caso, para a patologização e para noções que ditariam quem seriam as “mulheres e os homens de verdade”.

Fabiana Poças Biondo e Inês Signorini (2015), ao analisarem comentários presentes em comunidades que se identificam como feministas na rede social facebook e os embates que daí ocorriam, avaliaram que estes espaços virtuais constroem novas formas de linguagem sobre gênero e sexualidades. As autoras ressaltam a partir disso, que os modos de (re)produção e negação de discursos políticos e ideológicos reconfiguram possibilidades outras de definições identitárias. Neste debate, Tânia Navarro Swain (2009) enfatiza a importância de se utilizar criticamente a categoria “gênero”, pois a sua utilização de maneira acrítica pode contribuir para a reiteração de divisões binárias baseadas na suposta ideia de uma identidade “essencial”, com origem no biológico. Neste sentido, a autora aposta no



conceito de heterogênero como forma de desconstruir o binarismo naturalizado nas discussões de gênero. Segundo Swain (2009) este conceito foi proposto pela teórica Chrys Ingraham como forma de demonstrar que a categoria gênero, no histórico epistemológico e político feminista, parte de uma lógica representativa binária (homem, mulher, masculino e feminino). Esta lógica, por sua vez, culminaria na manutenção daquilo que se pretende criticar – a masculinidade como dominante e a homossexualidade como natural, pois estes seriam os pontos tidos como referenciais (SWAIN, 2009).

É importante não perder de vista que a sociedade contemporânea é subsidiada por construções de matrizes identitárias, que por sua vez, se constituem por uma lógica binária de identidade: homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, o que possibilita que os sujeitos se reconheçam nestas construções heteronormativas, conforme nos explicam Mériti de Souza e Fabíola Langaro (2011). Desse modo, é importante a noção de que categorias identitárias se constroem a partir de processos constantes de subjetivação e que a possível desconstrução das conjecturas das matrizes identitárias pode ocorrer quando há um deslocamento dos sentidos atribuídos aos pares binários (SOUZA e LANGARO, 2011).

A matriz identitária binária (homem e mulher) possui fundamento a partir da localização de marcadores biológicos. Conforme apontam Caio César Souza Camargo Próchno e Rita Martins Godoy Rocha (2011), é a partir do “sexo” que se nomeia a uma pessoa no nascimento, seguindo especificações gramaticais substantivas de masculino e feminino, reforçando normas de gênero e sexualidade. Esta nomeação traz implicações, estabelecendo limites linguísticos e jurídicos de direito ao nome, na medida em que o nome também é pautado em reguladores corporais, determinando como a pessoa será identificada em documentos. Este debate diz respeito às formas pelas quais somos subjetivados na matriz binária. Para pessoas trans isso traz implicações históricas e jurídicas ainda mais complexas, pois estas não se reconhecem no gênero que foi lhes atribuído no nascimento.

Esta discussão em torno do biológico como registro principal para definir quem seria ou não “mulher/feminina”, “homem/masculino”, têm produzido tensões entre as próprias pessoas trans. Pesquisas como as de Bruno Cesar Barbosa (2013) demonstram como as formas de reconhecimento de si e do outro, perpassam por uma discussão complexa entre travestis e transexuais. Estas formas de reconhecimento se estabelecem a partir de limites fronteiriços e binários entre masculino

e feminino, indicando pressupostos de verdade sobre o corpo que ofereceriam elementos para identificar uma pessoa como mulher/feminina ou não, e mais, determinariam quem seria transexual e quem seria travesti. As hierarquias baseadas em aspectos corporais, indicando quem seria mais feminina ou “verdadeira mulher” nos mostram que as próprias categorias transexual e travesti são performativas e podem trazer enunciados biomédicos e jurídicos sobre o corpo (BARBOSA, 2013).

Marcos Roberto Vieira Garcia (2009)<sup>21</sup> realizou estudos com pessoas travestis de baixa renda que relatam algumas vivências de violência e transfobia em decorrência de não ocuparem um lugar de inteligibilidade cultural de gênero normatizada pela matriz [cis]heterossexual. Muitas das interlocutoras do estudo de Garcia (2009) demonstraram que, por não apresentarem comportamentos esperados de seu sexo de nascimento, as violências iniciavam nas famílias de origem e continuavam no ambiente escolar. Estas situações de violências cotidianas levaram as interlocutoras de Garcia (2009) a migrarem de suas cidades e se inserirem no universo da prostituição. Outros aspectos da pesquisa, como os relacionamentos conjugais destas mulheres travestis, apontam para performances de gênero calcadas na matriz heterossexual,<sup>22</sup> sendo presente a ideia de “mulher submissa” e de uma feminilidade associada à passividade.

Obviamente que este modo de regulação dos corpos não diz respeito somente às pessoas trans, mas a todas/os nós, visto que certos padrões ditam quem seria mais próximo de uma normalidade e quem estaria mais próximo de uma artificialidade corporal. Para Barbosa (2013) as nomeações de si e do outro passam por negociações e acusações que tomam as práticas corporais como centro. Por vezes estas negociações e disputas, trazem como ideais os padrões binários e a linearidade entre sexo e gênero, mas também ultrapassam estas dimensões quando articuladas de maneira contingencial a classe, geração, raça, cor.

---

<sup>21</sup> Percebi que os estudos empreendidos por Garcia (2009) por vezes reiteram certa ideia de origem para as travestilidades, principalmente quando a autora localiza algumas situações de vivências familiares que demonstrariam como o tornar-se travesti começa a constituir-se na infância.

<sup>22</sup> E como desenvolverei adiante este seria um dos pontos de tensionamento que as *Radfem* tem usado para justificar que as pautas das pessoas trans não devem residir no feminismo.

Rodrigo Borba (2009), ao realizar estudos em uma ONG voltada para os direitos da população trans, investigou as dinâmicas discursivas identitárias presentes nas relações estabelecidas entre mulheres travestis e mulheres que trabalham junto a esta população. O autor pôde analisar o processo de interação entre elas e verificou algumas performances identitárias que são sempre (re)negociadas, (re)construídas e friccionadas nas relações intersubjetivas. As análises empreendidas em seu estudo mostram o quanto, no processo de interação, as performances identitárias “dísparas” se tensionam e se recompõe, demonstrando o quanto as identidades sociais são fluídas, multifacetadas e estão em constante movimento. Neste mesmo sentido, Rodrigo Borba e Ana Cristina Ostermann (2008), baseadas/os em epistemologias que consideram a identidade também como um fenômeno linguístico, analisaram a manipulação do sistema gramatical de gênero entre travestis profissionais do sexo. Com isso o/a autor/a refletem que o uso do gênero gramatical ora se alocava e ora subvertia fronteiras entre masculino e feminino, a depender da relação que estas mulheres estabeleciam umas com as outras. A meu ver, isso demonstra que no plano intersubjetivo não é possível uma rigidez e/ou fixidez para as diferentes formas de identificação de si e dos outros.

A discussão de quem seria transexual ou travesti, tem encontrado lugar em discursos que marcam o desejo de mudança de sexo, ou ainda pelo apelo de quem sentiria mais ou menos desconforto com a genitália. Este desconforto definiria quem poderia ser chamado de transexual e quem poderia ser chamado de travesti. Isto não é consenso entre a própria comunidade trans. Para alguns grupos, as pessoas travestis seriam justamente aquelas que não possuem um desejo de mudança de sexo, para outros este não seria o elemento determinante para a identificação das pessoas como travestis ou transexuais. O fato é que estas formas de categorizações produzem tensões e hierarquias, pois coloca em questão quem poderia ser considerada uma “mulher completa”, principalmente quando consideradas as reivindicações de mulheres travestis para serem nomeadas no feminino (BARBOSA, 2013).

A transexualidade tem sido afirmada como patologia ou como psicose por diferentes discursos, dentre eles, discursos da psiquiatria e da psicanálise. O que sustentaria estes discursos seria o pressuposto da recusa da diferença sexual (ARÁN, 2006). Entretanto, o que vai definir a transexualidade como diagnóstico é a concepção normativa do sistema sexo/gênero, que se fundamenta “numa matriz binária heterossexual que

se converte em sistema regulador da sexualidade e da subjetividade” (ARÁN, 2006, p. 49). Para Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012) o fato de a Associação de Psiquiatria Norte Americana (APA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) ainda tratarem as travestilidades e transexualidades como transtornos ou disfunções mentais, tem produzido grande debate nos movimentos de pessoas travestis e transexuais. Há aquelas/es que defendem a patologização por acreditarem-se doentes, há aquelas/es que utilizam a patologização como estratégia de acesso a direitos – como é o caso do processo transexualizador garantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil. Mas há também as/os que resistem a estes diagnósticos, principalmente por sustentarem ideais binários e processos de naturalização de gênero baseados em sistemas de sexo/gênero.

No artigo de Butler (2009) intitulado *Desdiagnosticando Gênero*<sup>23</sup>, a autora argumenta sobre este debate avaliando que o diagnóstico pode possuir muitos usos e sinaliza que é recorrente ser utilizado como instrumento de patologização e não de direitos. Como forma de evitar isso, a autora assinala que muitas pessoas trans ativistas vêm se contrapondo a esta noção e lutando pela garantia do reconhecimento da autodeterminação, como um exercício de autonomia<sup>24</sup>.

Estas formas de se conceber as travestilidades e transexualidades irão reverberar nos modos como membros de equipes de saúde, tais como psicólogos, médicos, psiquiatras, endocrinologistas e outras especialidades responsáveis por avaliarem pessoas transexuais e travestis, irão dirigir seu olhar sobre as pessoas trans. Em geral, o que guia o olhar destes profissionais são as verdades estabelecidas socialmente para os gêneros e ratificadas nos modos de diagnosticar. Isso apenas demonstra o nível discursivo e poderoso que possui como único fim manter os gêneros aprisionados às diferenças sexuais

---

<sup>23</sup> Publicado originalmente em: BUTLER, Judith. *Undiagnosing Gender*. In: \_\_\_\_\_. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004, p. 74-101. Versão em português encontrada quando busquei os artigos no scielo pelas palavras-chave já mencionadas no início do capítulo.

<sup>24</sup> Importante dizer que cada vez mais as pessoas trans têm resistido aos processos de patologização de suas experiências. Foi criada uma campanha mundial pela despatologização das identidades trans, à qual o Conselho Federal de Psicologia faz coro. Para saber mais acessar: <http://despatologizacao.cfp.org.br/sobre/>

estabelecidas historicamente (BENTO; PELÚCIO, 2012). Neste sentido, Márcia Arán, Sérgio Zaidhaft e Daniela Murta (2008) sinalizam que as situações de sofrimentos vivenciadas pela população transexual não estão relacionadas apenas a uma concepção de que pessoas transexuais não se sentem pertencendo ao sexo de nascimento, mas, sobretudo estão marcadas pelos processos de normalização e pela lógica excludente que permeia e reitera sistemas classificatórios. Sistemas estes que consideram ser esta população portadoras de uma disforia de gênero por apresentar incoerência entre sexo e gênero.

Finalizo este capítulo trazendo reflexões de Helgis Torres Cristóforo e Ronaldo Manzi Filho (2015). Estes autores, fundamentados em Foucault e Butler, problematizam as questões de gênero na modernidade e enfatizam que, se por um lado há a premissa da impossibilidade de determinantes para a sexualidade justamente por esta resistir a qualquer forma de normatização, por outro, há o pressuposto da individualidade e das possibilidades de autodeterminação de si, que contribuiriam para a luta de reconhecimento de “identidades”. Este aparente paradoxo possui efeitos nas esferas jurídicas de reconhecimento, ou não, dos direitos de pessoas LGBT. Assim os autores questionam: como seria possível num estado liberal qualquer forma de reconhecimento que se pautasse na indeterminação para sexualidade e gênero? Esta é uma questão que, a meu ver, permanece aberta nos movimentos sociais LGBT e Feministas, sendo que uma das implicações disso são as disputas por representatividade, ora usadas estrategicamente e sustentadas pela não determinação, ora admitidas como universais e essencializantes.



## 5. PARA CONTINUAR, DESCONTINUANDO...

Tô... Tô... Tô...  
No risco do rascunho dos meus rastros tempo...  
    No topo do agora de rabisco corpo...  
    Riscando linhas de traçados senso.  
Num arriscado ponto de dispersos nós, feito de  
    riscos...

(Poesia “Tô”, Ematuir Teles de Sousa, 2015)

A partir da experiência da pesquisa de iniciação científica realizada na graduação em psicologia<sup>25</sup>, conforme já relatei, tive a oportunidade de ouvir outras pessoas falarem de suas vivências e de se “posicionarem” em determinadas categorias (homem, homossexual, heterossexual). Na ocasião intitulei estas formas de posicionamentos de categorias identitárias, sem obviamente ter a pretensão de demarcar um suposto lugar de pesquisador que nomeia e categoriza os elementos que seriam considerados “dados” da pesquisa. Naquele momento, fui notando que estava sendo convidado a ocupar um lugar de compreensão e acolhimento dos afetos que envolviam aquelas narrativas de si. Meus ouvidos, olhos, corpo, deixaram-se levar pela importância que a demarcação discursiva identitária assumia perante o compartilhamento das vivências dos interlocutores da época.

De alguma forma eu sentia a necessidade da afirmação, principalmente por parte daqueles que se reconheciam na categoria de homossexual, pois não falavam da homossexualidade e da heterossexualidade como política de identidade, mas de seus próprios corpos, suas vidas, “desde sempre”, permitindo identificar ali, por vezes, um certo essencialismo. *Mas como esta experiência de pesquisa de iniciação científica abriu possibilidades para pensar nas problematizações aqui empreendidas?* Primeiramente, o interesse pelas

---

<sup>25</sup> Esta pesquisa de iniciação científica foi um dos trabalhos ganhadores do Prêmio Silvia Lane 8a. edição 2014 que pode ser acessado em: <[http://newpsi.bvpsi.org.br/tcc/EMATUIR\\_TELES\\_DE\\_SOUZA\\_TCC.pdf](http://newpsi.bvpsi.org.br/tcc/EMATUIR_TELES_DE_SOUZA_TCC.pdf)> A partir deste trabalho, foi submetido um artigo à revista Bagoas com o título: “As (Im)Possibilidades de Escolha para vivências homoafetivas e heteroafetivas”. O artigo foi aceito e publicado e pode ser acesso em: <<https://periodicos.ufm.br/bagoas/article/view/11448/8058>>

questões de gênero e sexualidade possibilitou identificar, naquele momento, certa necessidade de demarcação das experiências em categorias identitárias na relação que os interlocutores estabeleceram comigo. Percebi uma certa força de agenciamento que operava para nomeação das experiências de si e de seus próprios corpos auto identificados como homens e masculinos. Obviamente que também escutei histórias que subvertiam a linearidade sexo/gênero, mas estas eram enfatizadas quando relacionadas às singularidades de cada interlocutor. Quando a questão envolvia um outro, muitos operavam por uma lógica discursiva que trazia um pressuposto biológico para explicar as expressões de gênero masculinas e femininas, isto é, quem nasceu “macho” seria “masculino”, quem nasceu “fêmea seria feminina”.

Início este capítulo rememorando um aspecto da experiência de iniciação científica e crendo na existência de *agenciamentos dominantes* que operam de maneira coletiva e reiteram algumas práticas hegemônicas, ou como nos indica. Osvaldo Isidoro Saidon (2002), baseado em Deleuze e Guattari, *agenciamentos coletivos* que demonstram fluxos sociais que circulam o discurso e combinam fluxos semióticos e materiais. Mas antes de tudo, cabe situar o campo de problematizações que envolve a temática aqui pesquisada, os posicionamentos de pessoas *Radfem* sobre pessoas trans e/ou transfeminismo. Este campo de problematizações perpassa pelas discussões sobre identidade, sujeito político do feminismo, materialidade dos corpos, inteligibilidade cultural, diferença, lugar de fala, políticas queer, política pós-identitária, interseccionalidade, violação de direitos e processos de subjetivação. Reafirmo a necessidade de compreender que estas definições estão sempre relacionadas a coligações e disputas no interior dos movimentos feministas e LGBT.

## 5.1 ENTRE CORPOS E IDENTIDADES

### 5.1.1 A questão do posicionamento e a subversão de categorias fixas

(...) o sujeito que viaja é, ele próprio, dividido, fragmentado e cambiante. É possível pensar que esse sujeito também se lança numa viagem, ao longo de sua vida, na qual o que importa é o andar e não o chegar. Não há um lugar de chegar, não há destino pré-fixado, o que interessa é o movimento



e as mudanças que se dão ao longo do trajeto  
(Guacira L. Louro, 2015, p. 13).

Retomo o Seminário de que participei nos dias 09 e 10 de setembro de 2015 em São Paulo, que buscava discutir os desdobramentos políticos da subversão da identidade e lá observei que as pessoas convidadas para discursarem, demarcavam essa possibilidade, ancoradas em discussões de densidades teóricas como aquelas produzidas por Judith Butler, filósofa convidada para realizar a conferência de abertura. Ao longo do seminário, ouvi repetidas vezes a necessidade de superar as identidades, de se encontrarem outras estratégias para a garantia de direitos humanos, justamente pelo viés essencialista e universalizante que as categorias identitárias, sejam quais forem, carregam. Entre essas falas, obviamente, havia sempre a ressalva da impossibilidade do abandono total das identidades, já que estas se constituem em estratégia recorrente, para garantia de legitimidades e direitos, de grupos que vivem no seu corpo a experiência diária da exclusão.

Entre falas e anotações realizadas, fui sentindo um desconforto ao notar que a possibilidade de subverter *identidades* foi sugerida por pessoas brancas, com escolaridade de nível superior e *performances de gênero* que as faziam afastar-se do próprio título do seminário – “I Seminário Queer: cultura e subversão das identidades”. Ironicamente ou não, o evento ocorreu em um dos Teatros do SESC (Serviço Social do Comércio) e como de praxe nesses ambientes, a campanha tocava três vezes anunciando o “espetáculo”. As pessoas convidadas iam até o centro do palco e seguiam seus roteiros discursivos e “performáticos” (no sentido cênico e butleriano) com posterior aplauso da plateia. *E a que aplaudíamos? Estávamos ovacionando as repetições do discurso acadêmico e elitista sobre pós-identidade? Estávamos reverenciando e legitimando as repetições de gênero materializadas nos corpos das/dos palestrantes?*

Por sorte a filósofa Márcia Tiburi “estranhou” este movimento verbalizando suas críticas sobre como o seminário estava reproduzindo práticas hegemônicas. Um eco de interrogação materializada na voz dessa filósofa ressoa em meus ouvidos: “um seminário queer, em que o queer não pode aparecer, ainda continua um seminário queer?”.

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. (...) Esse

termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, (...) significa contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade proposta pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (Louro, 2015, p. 39)

Diante do exposto, ao considerar os estudos foucaultianos e butlerianos, nos quais está sempre presente a ideia das condições de possibilidades históricas e culturais para emergência de determinados discursos, vários questionamentos começaram a surgir: *quais as condições de possibilidade histórica para a emergência dos discursos políticos identitário e pós-identitário? Quais os efeitos políticos de ambos os discursos? E, quando o sujeito é convidado a posicionar-se em categorias, há uma exigência para que se fixe neste posicionamento? Quem é convidado a ocupar o discurso político identitário e não identitário? Em quais momentos e circunstâncias estes discursos encontram legitimidade ou não? E para quem é possível subverter estes discursos? Quais as condições de possibilidade para que discursos identitários e não identitários ocupem o lugar de uma suposta verdade sobre o sujeito que se enuncia ou não em uma categoria? É possível o sujeito posicionar-se de diferentes formas?* Elaboro estas questões não como uma forma de encontrar respostas, mas considerando a problematização acerca dos discursos científicos que produzem categorizações e limites entre masculino e feminino, homem e mulher (LEITE JUNIOR, 2011), certo de que, a depender de seu uso, os discursos sobre posições identitárias e pós-identitárias podem estar a serviço da regulação de práticas normativas sobre os corpos.

Stuart Hall (2000), em um texto intitulado “quem precisa de identidade?”, ressalta que esse conceito tem sido amplamente debatido e criticado nas mais variadas esferas disciplinares. Logo no início de seu texto o autor busca problematizar a necessidade de mais uma discussão sobre a “identidade” e, baseado em Derrida, sugere que o termo seja posto sob “rasura”, isto é, diante da impossibilidade de deixar de operar com o conceito pelo fato de não ter sido criado outro que possa

substituí-lo, a sua utilização é validada desde que o termo não seja pensado na sua forma original, totalizante. “A identidade é um desses conceitos que operam ‘sob rasura’ no intervalo entre a inversão e emergência: uma ideia que não pode ser pensada de forma antiga, mas sem a qual certas questões chave não podem ser sequer pensadas” (HALL, 2000, p. 104).

Nesta direção Hall (2000), utilizando-se do pensamento de Foucault, sugere ser sempre necessário uma reconceptualização do sujeito – não o seu abandono, mas pensá-lo em sua nova posição. Para o autor, neste movimento a identidade é retomada, numa “tentativa de rearticular a relação **entre sujeitos e práticas discursivas**” (p. 105, grifos meu). Chama atenção que o autor tenha na sua escrita enfatizado a relação **entre** sujeitos e as práticas discursivas, possibilitando a reflexão sobre as discursividades identitárias existentes e as possíveis tensões que estas possam gerar entre os sujeitos que se narram de diferentes formas. Desse modo, Hall (2000) problematiza o fato das identidades serem produzidas dentro e não fora do discurso, sendo necessário compreendê-las situando-as em momentos históricos e institucionais específicos, onde residem práticas discursivas, estratégias e iniciativas singulares. *Quais seriam as especificidades (históricas, territoriais, institucionais, estratégicas) de narrativas que se utilizam da identidade como posicionamento? E de outras mais radicais, que apelam para o desuso deste posicionamento? E outras que consideram ser importante e estratégico vislumbrar políticas de localização?*

Parte da problematização que envolve as possíveis respostas para essas questões complexas, seria considerar o que Hall (2000) sinaliza sobre a emergência das identidades dentro de jogos específicos de poder, isto é, os discursos identitários são produzidos por meio da marcação da diferença e da exclusão, mais do que propriamente uma **unidade** no sentido primeiro que o termo suscita. As identidades emergem na relação com o Outro, com aquilo que não é, com a diferenciação deste “outro exterior”, com a produção da exclusão do considerado diferente, do *abjeto* (Hall, 2000) - o *exterior constitutivo* (Butler, 2000). Neste sentido, para Guacira Lopes Louro (2015, p. 47) “A afirmação da identidade, implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto (...). A identidade negada é constitutiva do sujeito, fornece-lhe o limite e a coerência e, ao mesmo tempo assombra-o com a instabilidade.”.

### 5.1.2 A Questão da ficção e instabilidade da identidade

Considero a “identidade” como efeito dos processos de subjetivação, como um “apego” a determinados discursos que sustentam sua *performatividade* e sua suposta cristalização, germinada no bojo da diferenciação excludente, ou como sugeriu Butler (2000), no bojo de uma inclusão violenta, constitutiva. Importante destacar que situo o processo de subjetivação e a construção de políticas identitárias considerando a análise histórica onde a sexualidade é tida como dispositivo de controle e disciplinamento dos corpos, em que se operam práticas discursivas. (FOUCAULT, 2002a). Em relação ao processo histórico, as configurações subjetivas são consideradas em processualidade, em curso, portanto inacabadas, como ressaltam Kastrup e Barros (2009). Neste aspecto, é interessante perceber que as possibilidades discursivas (narrativas de si) se abrem pelo *exterior constitutivo*, isto é, os discursos produzem os modos pelos quais vamos nos reconhecendo e nos narrando, vão incidindo na materialidade dos nossos corpos de maneira que nos constituímos na relação com a diferença, gerando efeitos ontológicos. Isso indica que estamos sempre num movimento performativo que envolve um outro além de um si mesmo (BUTLER, 2000). Com isto, é possível afirmar que a identidade é sempre performativa e fragiliza-se na medida em que vai sendo confrontada pelo exterior constitutivo das posições hegemônicas e talvez seja exatamente por isso que ocorra o constante apelo discursivo para manter sua ficção. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que as identidades são produzidas e sustentadas por meio da necessidade da demarcação da diferença, do chamado exterior constitutivo, este exterior tensiona e demonstra o quanto as identidades são frágeis, abrindo-se a novas possibilidades discursivas. Para Butler (2000) este é o modo pelo qual se abrem fissuras, escapes e possibilidades de exceder as normas, já que estas não podem ser totalmente fixadas, são sempre instáveis.

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são "sujeitos", mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. (...) ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual — e em virtude do qual — o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Neste sentido, pois, o sujeito é constituído

através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, "dentro" do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio (BUTLER, 2000, p. 112).

Esta é uma importante localização para situar um dos focos de inquietação, o aspecto da enunciação situacional, que pode sugerir ser cambiante, mas também engessada no sentido de *afirmação*, tal como relatei na segunda situação que presenciei no evento do qual participei em Florianópolis.<sup>26</sup> Parece-me que este caráter dúbio entre o “*temos que acabar com as identidades*” e “*mas devemos considerar o contexto que exige identidades*”, demonstra a tensão existente entre pautas individuais e as pautas coletivas. Vejo-me novamente interpelado sobre o paradoxo da igualdade e da diferença apontado por Scott (2005). E neste sentido meus questionamentos não cessam: *o que está sendo considerado por identidade em ambas as situações? Recorrer a categorias identitárias para auto afirmar-se no mundo remonta a outras normativas? Podemos chamar estas posições situacionais de identidades? Para quem é possível habitar o discurso da fluidez das identidades? O estatuto de mulheridade pode ser convocado como ontologia? E, quando estes posicionamentos são convocados a ocupar uma linearidade fixa entre corpo e expressão de gênero, quais riscos podem acarretar aos corpos que não se conformam a estas normativas?*

No momento o que suponho é que, diante deste cenário, parece que vivemos uma prescrição onde a identidade perde o seu caráter de processualidade para ocupar um campo rígido, linear, imutável e universal. A esta imutabilidade estou ousando chamar de “*identidade compulsória*”. Eu compreendo que é exatamente isso que é necessário subverter, o que não corresponde necessariamente a deixar de fazer uso dos “*acervos identitários*” produzidos, mas ampliar as possibilidades de posicionamentos, de modo que não haja pressupostos substanciais e/ou essencializantes que sustentem as identidades. Estou supondo que no contexto de tensões e disputas pela legitimidade representacional de uma determinada categoria, não é no seu abandono que se produzirá um efeito de subversão, mas, ao contrário, no caráter estratégico de se ampliar a possibilidade de um corpo poder ser inteligível de diferentes formas, com diferentes posições. Talvez seja esta uma forma de confrontar a ideia de linearidade e coerência entre corpo e discurso

---

<sup>26</sup> Ver página 55.

identitário, bem como a cristalização da identidade que possa ser enaltecida discursivamente.

Estou supondo que o dizer de si, ou a posição que se toma diante de determinadas situações será sempre situacional, isso não faz pensar o sujeito como *é*, pois dizer *ser* não conseguirá alcançar o que este *foi*, tampouco as possibilidades do que poderá *vir a ser* e ainda a totalidade do que significa *ser*. A meu ver, o sentido atribuído é momentâneo e rizomaticamente se expande. Todavia, não sei ao certo os riscos que corro com esta suposição e tampouco os efeitos políticos que possam daí se desdobrar. Chego até aqui, formulando a possibilidade “do caminho do meio”, ou de mais um caminho dentre tantos que possam ser produzidos. Parece-me que a questão está novamente numa relação unívoca do “corpo-identidade”, *poderíamos então pensar em “corpo-identidades”?* Estou conjecturando que no âmbito situacional o sujeito possa falar de si sem a obrigatoriedade de que aquela suposta fala diga de si eternamente, assim transito de um “*quem é você?*” para “*o que lhe possibilita dizer de você desta forma neste momento?*”.

Não posso descartar também a possibilidade de reconhecimento de um dizer uno-identitário de autoafirmação da pessoa, mesmo crendo que este seja ficcional. O que não consigo admitir é que este modo de posicionamento no mundo seja estendido a todos os corpos e subjetividades, tal como percebemos ser o ideal regulatório da heterossexualidade compulsória que se desdobra num heterocentrismo capaz de rejeitar e até mesmo apagar outras formas de experiência, assim como nos aponta Rich (2010). A autora fala da experiência lésbica, mas aqui estendo suas contribuições para o que podemos chamar de “experiências trans”. Embora reconheça as limitações da produção de Rich (2010), ao tratar especificamente da orientação sexual e não tão fortemente das expressões de gênero. Sem negar as especificidades de mulheres lésbicas que a autora problematizou, por um viés butleriano é possível afirmar que em algum grau todas as pessoas sofrem os efeitos da “[cis]heterossexualidade compulsória”, e de maneira geral estão sujeitas a “[cis]heteronorma”.

### 5.1.3 A questão da performatividade e materialidade dos corpos

É imprescindível poder relacionar o que foi escrito até aqui com o que Butler (2006a) denominou ser a performatividade. A autora convida a pensar sobre o conceito, destacando que este não trata somente dos

atos, das ações de fala, mas também, das ações corporais. Ela enfatiza a complexidade da relação entre a fala e o corpo que fala, afirmando que embora a vida corporal funcione como condição concreta/material para a linguagem, sempre haverá uma dimensão em que a vida corporal não pode ser totalmente representada.

Nesse sentido, a performatividade não pode ser vista como um ato singular, pois esta é sempre a reiteração/repetição de um conjunto de normas. E na medida em que é tida como ato no momento em que se apresenta, ela oculta as convenções, as instituições das quais é uma repetição, isto é, faz uma espécie de citação daquilo que é instituído como norma, lei, e por meio da repetição o sujeito vai se produzindo e se identificando com tais leis (BUTLER, 2000). Para a autora (2000, p. 167), “na teoria do ato da fala, um ato performativo é aquela prática discursiva que efetua e produz aquilo que ela nomeia”. Ao se embasar em Foucault, a autora destaca o paradoxo da subjetivação, pois o sujeito, mesmo assujeitado, realiza práticas de resistência e ao resistir abre vias para novas subjetividades, formas de escape e de diferenciação, até que estas novas formas passem a ser tidas como possibilidades outras de produção de normas, num movimento constante de sujeição e resistência.

#### **5.1.4 A questão da divisão sexo/gênero/sexualidades**

O debate das identidades ocupa um lugar de tensão na materialidade e inteligibilidade dos corpos. Quando Butler (2003) traçou problematizações sobre: *quem é o sujeito do feminismo?* Buscou demonstrar o quanto o uso de categorias como “mulher” e “mulheres” não conseguiria dar conta da totalidade do que poderia representar ser mulher, mas ainda assim, a autora sugere ser essa política de representação universalizante. A autora destaca a crítica genealógica de Foucault, afirmando que não interessa buscar as origens do gênero, a verdade, a identidade sexual genuína, mas, sobretudo, investigar as apostas políticas que designam como origem e causa as categorias de identidade. Em outras palavras, as condições históricas e políticas que possibilitaram que categorias de identidade pudessem ser utilizadas como origem e causa – que pudessem ser essencializadas com certa unidade de coerência e continuidade. Esta genealogia se centra e descentra em instituições definidoras: falocentrismo, heterossexualidade

compulsória (BUTLER, 2003) cisnorma, entendendo estas instituições como regimes de poder, regimes de discurso.

Notoriamente, um regime discursivo estabelecido como verdade, foi a divisão binária entre sexo e gênero, tão apontada por diferentes feminismos. Butler (2003) afirma que utilizar este binarismo conceitual já teve sua utilidade histórica, na medida em que sexo tido como natureza, como uma condição biológica cindida do gênero, possibilitou que se pudesse considerar o gênero como culturalmente construído. Entretanto, ao longo de sua crítica, elabora que o próprio enunciado de ser o gênero construído historicamente, rompe com a ideia linear de que gênero decorra de sexo, como se concebia, ressaltando a descontinuidade entre sexo e gênero.

Considerar esta descontinuidade significa afirmar a impossibilidade de uma lógica linear, onde homem e mulher estariam respectivamente para masculino e feminino, pois ambos podem significar tanto um corpo quanto outro. No entanto, isso não foi suficiente, pois não se buscou questionar a naturalização e historicidade da categoria “sexo”. E foi justamente isso que Butler propôs, romper com o regime discursivo binário que se estabeleceu entre sexo e gênero, sugerindo ser sexo tão construído quanto o gênero, justamente por ser uma categoria cultural que lhe atribui significações históricas.

Butler faz críticas à ideia de se tecer a compreensão de uma suposta identidade, que ao longo do tempo vai assumindo, características internas a partir da relação com uma estrutura externa, constituindo-se uma “identidade pessoal” com coerência e continuidade (BUTLER, 2003). Nesse sentido, para a autora esta noção de identidade pode ser um ideal normativo – calcado em conceitos supostamente estáveis de sexo, gênero e sexualidade – a serviço da regulação de identidades inteligíveis<sup>27</sup> (normas de inteligibilidade socialmente instituídas). Ao pensar na emergência cultural de sujeitos que não estão em conformidade com estas normas culturalmente inteligíveis, através das quais as pessoas são definidas, a autora sugere que a própria noção

---

<sup>27</sup> Butler (2003, p.39) afirma que: “(...) a matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam ‘existir’ (...). Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero”.



de coerência e continuidade deva ser questionada, definindo o que compreende por gêneros “inteligíveis”:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2003, p. 38).

Thomas Laqueur, em seu livro “Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud”, já rompia com a ideia binária entre sexo e gênero, discorrendo sobre a época em que se considerava, no ocidente, a concepção de um único sexo. Neste debate, Jorge Leite Junior (2011) demonstra que historicamente os discursos psi e biomédicos tiveram importante influência para a divisão moderna em dois sexos<sup>28</sup>, considerados diferentes entre si e que se opõem, onde cada um corresponde a um gênero. Isto é, a noção de um “um verdadeiro sexo” para um “verdadeiro gênero”, sendo ambos indissociáveis, definindo assim, o “verdadeiro corpo humano”.

Leite Junior (2011) explica que esta divisão pode ser compreendida a partir da histórica discussão em torno das pessoas consideradas intersexuais e seus desdobramentos para a invenção das categorias travestis e transexuais. Destaca que antes do séc. XIX, as pessoas intersexuais ocupavam um universo mítico e mágico, um lugar onde um mesmo corpo poderia ser homem e mulher, a partir da existência de dois sexos em um único corpo<sup>29</sup>. Entretanto, com o

---

<sup>28</sup> Sexo neste contexto aparece para diferenciar as características biológicas, fundadas no genital.

<sup>29</sup> Para saber mais ler “Nossos Corpos também mudam: a invenção das categorias “travestis” e “transexual” no discurso científico” (LEITE JUNIOR, 2011).

advento do racionalismo iluminista, houve um distanciamento deste modo de ver o mundo, consolidando as ciências médicas e psíquicas com cunho positivista, produzindo a noção cartesiana de uma suposta interioridade, de uma verdade sobre o sujeito que poderia ser alcançada nele mesmo. Neste caso, para além das características biológicas, a intersexualidade “perde o seu lugar no corpo e passa a se alojar na mente” (LEITE JUNIOR, p. 89). E a partir disso as ciências irão debruçar-se para discutir os limites entre masculino e feminino, respaldadas por uma noção de instinto, essência, ressaltando que cada corpo terá seu determinado gênero.

(...) os limites entre o masculino e o feminino são questionados, e suas transgressões patologizadas. Todas estas infinitas variações, graduações e combinações entre o que é ser ‘homem’ ou ‘mulher’ tem sua origem no recente conceito de ‘hermafroditas psíquicos’. O importante é realçar a quantidade de classificações e suas variações sobre as misturas entre os sexos, principalmente psíquicas, que existem neste período: no mínimo nove, só neste livro<sup>30</sup> (LEITE JUNIOR, 2011, pp. 97-98).

No trecho destacado acima, fica nítido o rol categórico e patologizante das variações possíveis entre masculino e feminino, homem e mulher, levando as subjetividades que não se conformam nas prescrições normatizadas, para o campo da anormalidade. E é deste ponto que Leite Junior (2011) irá considerar que dentre as variações possíveis criadas e nomeadas pelo discurso científico, estão os conceitos de travestis e transexuais, entre outros, que o autor propõe serem “identidades transgêneras”. Entretanto, conforme ressalta Louro (2015) há de se considerar também a existência de pessoas que recusam a fixidez e definições de fronteiras entre gênero e sexualidade, adotando a inconstância “a transição e a posição ‘entre’ identidades”, focando-se no caráter transitório, processual, no movimento, onde não há um lugar de partida e nem de chegada, mas uma contínua passagem, um constante devir.

Sem querer me adentrar neste momento na historicidade dos conceitos como fez Leite Junior (2011), sinto-me afetado pela forma

---

<sup>30</sup>Trata-se do livro citado acima.

com que o autor conseguiu demonstrar historicamente como o discurso científico possui um lugar de regulação e nomeação dos corpos, produzindo subjetividades. Faço aqui uma ponte com o que Foucault (2004) secundado por Butler (2000), apontaram, ao afirmar serem as práticas discursivas produtoras daquilo que elas nomeiam, isto é, ambos os autores nos levam a pensar sobre os modos de subjetivação por meio da relação saber, poder e resistência. Secundado por

### **5.1.5 A questão da interseccionalidade**

Devo recorrer à Conceição Nogueira (2013, p. 229) que sustenta a seguinte opinião:

(...) é necessário por um lado, uma articulação entre as ideias pós-estruturalistas e pós-modernistas especialmente construcionistas sociais na psicologia e um projeto político emancipatório, que envolva construir uma posição, negociar uma coligação ou assumir categorias, mesmo que de forma provisória.

Talvez agora eu me contradiga no que vinha formulando sobre o discurso identitário. Então sinto a obrigação de lembrar que minhas leituras sobre as categorias identitárias são frutos de inquietações, de afetos, e acredito que por assim serem, elas não possuam compromisso com verdades, elas apenas demonstram o quanto estou imbuído de movimentos não lineares que por vezes são (e seria estranho se não o fossem) contraditórios. Quando Nogueira (2013) faz a demarcação de uma possível articulação entre teorias, é justamente para que possamos pensar no quanto a questão identitária é importante enquanto posicionalidade. E quero me ater brevemente nisso, por acreditar que, assim como essa e outras feministas, como Avtar Brah (2006) e Adriana Piscitelli (2008), seja necessário pensar nas questões de gênero e sexualidades de maneira interseccionada com raça, etnia, classe, orientação sexual, geração, nacionalidade, religião, dentre outros marcadores identitários discursivos que produzem os sujeitos. A teoria da interseccionalidade, de acordo com Nogueira (2013), tem sido uma forma teórica dentro dos feminismos de responder as demandas da diversidade no interior dos grupos de mulheres (num primeiro momento), demonstrando diferentes formas de subordinação e produção

de desigualdades na sociedade por diferentes marcadores identitários construídos culturalmente. Desse modo, a partir do que Louro (2015) sinalizou, no sentido de ser a questão identitária permeada pela demarcação e negação por oposição, considerar a interseccionalidade torna-se fundamental, justamente por que os discursos identitários são produzidos a partir da localização das diferenças e operam como campo de disputas, de poderes.

Nesta direção, Nogueira (2013, p. 232) explica que “uma abordagem interseccional permite fugir à generalização abusiva do determinismo biológico, do essencialismo (...)” justamente por não tratar os membros de um grupo como se fossem todos iguais e compartilhassem das mesmas experiências, ideia muito presente em discursos identitários. Jurema Werneck (2014) também ressalta que a interseccionalidade nos permite colocar em questão os limites da categoria gênero e o pressuposto de universalidade da categoria “mulher”, além de destacar as diferenças, as desigualdades e os conflitos presentes nos movimentos de mulheres, do feminismo, das lutas LGBT, das lutas de classes sociais. Para a teoria da interseccionalidade, a *identidade* não pode ser fixa, ela é processual e situada em um contexto cultural. Mais do que uma questão biológica e/ou “personalista”, a *identidade* produzida pelas instituições políticas e sociais é alvo de negociação por meio das experiências pessoais, por meio das diferenças. Todavia, apesar desta fluidez, há uma institucionalização que se volta para as categorias identitárias como se elas fossem fixas e facilmente verificáveis (NOGUEIRA, 2013).

Louro (2015) explica ser importante estar atento aos jogos políticos presentes no processo de produção da diferença, sendo imprescindível cautela para perceber as disputas, as negociações e os conflitos que constituem as posições que os sujeitos ocupam. Em outras palavras, identidades são produtos de relações de poderes e demarcam tensões e disputas. Assim sendo, defendo ser necessário poder considerar as posições discursivas sobre identidades, pois mesmo que estas possam ser evocadoras de posicionalidades fixas ou fluidas, produzem efeitos políticos e subjetividades. Complemento afirmando, a partir de Werneck (2014), que considerar a interseccionalidade é, ao mesmo tempo, abordar especificidades e desespecificidades, como uma unidade de um fenômeno múltiplo.



## 6. DISCURSOS DE *RADFEMS* NA INTERNET

Conforme escrevi em capítulo anterior, a processualidade da pesquisa me levou a reconsiderar alguns posicionamentos marcados por uma defesa intransigente de Direitos Humanos. A partir de marcadores que dão forma à materialidade do meu corpo e me impulsionam a determinadas posicionalidades que me fazem ver, ouvir e sentir o mundo, fui/estou percebendo que mesmo a defesa dos Direitos Humanos pode carregar uma certa ideia de um sujeito universal e/ou um binarismo que posicionam sujeitos em lugares de inumanidade e outros como humanos, de modo a reforçar categorias estanques. Quero retomar estas reflexões, pois de certa maneira a temática dos direitos humanos hoje é muito forte em minha vida profissional e nas minhas reivindicações políticas.

Outro dia, visitando um estande de livros de um seminário do qual participei, chamou-me atenção o título de um livro de autoria de Boa Ventura de Sousa Santos – “Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento”. Comprei o livro e o devorei como quem precisasse saciar a fome da desconfiança de um discurso hegemônico dos direitos humanos. Neste livro, Santos (2013) escreve sobre o quanto o discurso de direitos humanos goza de uma hegemonia na medida em que é convocado como linguagem universal de dignidade humana, e ressalta que grande parte da população mundial que não é sujeito de Direitos Humanos, se torna objeto de discurso dos Direitos Humanos. O autor propõe um olhar crítico sobre o quanto de fato estes discursos servem à luta das/dos excluídas/os, das exploradas/os e das pessoas que sofrem pela discriminação, ou, se ao contrário, torna essa luta mais difícil. É necessário que se estabeleça uma concepção contra hegemônica dos Direitos Humanos, contra a matriz liberal e ocidental que a categoria pode preservar, explica o autor. Dessa forma, Santos (2013) enfatiza que uma concepção mais hegemônica dos direitos humanos é aquela que preserva algumas características questionáveis, dentre outras, a que acredita que os direitos são universalmente válidos sem que se considerem os contextos sociais, políticos e culturais; aquela que concebe uma natureza humana como sendo individual - que se sustenta e difere da natureza não humana. O autor nos demonstra o quanto esta concepção, ao carregar princípios dominantes do “norte global”, produz tensões que justificam a necessidade de uma prática contra hegemônica

quando falamos em Direitos Humanos.<sup>31</sup> *Mas por que introduzir este capítulo com apontamentos sobre Direitos Humanos?* As ideias do autor me fizeram refletir sobre de qual lugar devo partir para defender Direitos Humanos e para analisar os discursos das consideradas *feministas Radfem*.

Partindo do foco nos jogos de força que evocam certa premissa de ontologia liberal da natureza humana, selecionei algumas narrativas presente em *blogs*, *sites* e páginas de *facebook* para tratar da temática do “feminismo radical.” Minha tentativa neste capítulo é cartografar estas linhas de forças, centrando nos campos discursivos. Pretendo dar ênfase a possíveis agenciamentos coletivos de enunciação que traçam territorialidades e dão forma ao que é considerado mulher e feminino, ou seja, não é o que é ser mulher que a mim importa, mas os processos de disputas em torno desta e outras categorias que ditam normas de vir a ser e produzem efeitos na realidade vivida.

Assim, pretendo problematizar os discursos presentes de pessoas que fazem parte de coletivos virtuais denominados *Radfem* e/ou feminismo radical. Os posicionamentos escolhidos por mim, dizem respeito aos que envolvem pessoas trans e/ou o transfeminismo. Por uma questão de recorte necessário para desenvolver a escrita, procurarei centrar nos jogos e linhas de forças discursivas, que agenciam disputas internas, conflitos e pontos (i)negociáveis em torno das categorias mulher, mulheres, gênero, identidade de gênero, sexo e feminino, colocando em debate, por vezes, a questão da representação. Proponho-me a intercalar conjuntamente com o debate teórico, os posicionamentos que venho acompanhando em postagens realizadas em páginas do *facebook* e *blogs* destinados a temáticas trans e *Radfem*, e em alguns casos, posicionamentos em páginas de *facebook* “pessoais” realizadas em “modo público”, obviamente sem identificar as pessoas! Na continuidade, demonstrarei o quanto estas categorias têm sido mantidas no interior dos debates políticos e teóricos feministas, preservando efeitos paradoxais: por um lado desestabilizando as chamadas universalizações e essencializações da categoria sujeito, ao mesmo tempo em que, em alguns casos, são convocadas como unidades totalizantes e essencializantes.

Dessa forma surgem algumas perguntas nesta discussão, *quais os campos de força que operam para que reconheçamos determinadas pessoas como homens e mulheres e passemos a nomeá-las de*

---

<sup>31</sup> Para saber mais ver Santos (2013).

*determinada maneira, sem necessariamente questionar como a pessoa se concebe? Por outro lado, poderíamos confiar na auto-determinação? É possível haver uma coerência entre discurso, o que é nomeado, quem nomeia e quem se auto-nomeia? Sem sombra de dúvidas, mais que respostas, estes questionamentos sugerem que estamos diante de um complexo fluxo de coligações discursivas sobre o corpo que ora convergem e ora divergem. Buscarei mostrar como o ciberativismo feminista radical tem buscado dar respostas para estes questionamentos baseado em premissas biológicas e universais, justificadas, em alguns momentos, como unicamente uma diferença teórica.*

## 6.1 O DISCURSO DO BIOLÓGICO: MULHERIDADE E SOCIALIZAÇÃO

### Post 01 – “Mulher” Trans não é Mulher!



“‘Mulher’ Trans Não É Mulher!”, tive acesso à postagem acima por uma amiga trans ativista que indicava nas suas postagens ter



sido publicada por uma “feminista radical transfóbica”. A referida postagem circulou pelas redes sociais gerando revolta em algumas pessoas, mas também muitos adeptos ao posicionamento. Esta postagem realizada em “modo público” me conduziu até a página pessoal de sua autora e fez com que eu encontrasse muitas outras formas de posicionamentos que negam para as mulheres trans e travestis o estatuto de mulheridade, podendo perceber que as explicações para o referido posicionamento sempre estavam calcadas em discursos que reforçavam a primazia do biológico e a ideia da *socialização*. Por meio destas postagens, fui notando um campo discursivo que trazia como fundamento uma prática feminista dita radical.

Antes de me ater propriamente em algumas postagens da “página pessoal” da referida feminista radical, faço algumas observações sobre a *post* acima. Num primeiro momento fiquei desconfortável ao perceber que esta noção estava sendo replicada por mulheres vinculadas a uma vertente do feminismo. Fui e voltei algumas vezes a observar a repetição do enunciado de que “mulher” trans não é mulher!”. Lembrando dos estudos de Butler (2000) sobre a performatividade, isto é, sobre as constantes repetições de normas que incidem sobre os nossos corpos, conjecturei novamente com a autora sobre o apelo discursivo para manter a ficção de categorias identitárias que são evocadas como categorias ontológicas, no caso a categoria “mulher”.

Chamou-me atenção o tom jocoso da escrita repetida e as aspas na palavra mulher indicando a possibilidade de existir uma “verdadeira mulher”. Isso me levou a pensar na forma como as pessoas trans são deslegitimadas no modo como se reconhecem e/ou auto-determinam, mas também me fez pensar que ironicamente as aspas na palavra *mulher*, que antecede a palavra *trans*, além de sugerir que trans não poderia gozar deste modo de identificação também indica que aquilo que se refere à mulher pode ter outro sentido. Logo, mulher trans não seria mulher justamente por que não é possível a definição única do que significa ser mulher – ao menos não conforme características que buscamos traçar por meio da norma. Nesta lógica, ainda que o *post* denote o contrário, ao não indicar aspas na segunda palavra mulher, mulheres cis (não trans) também não poderiam ser definidas como a referência ontológica sobre a mulheridade.

Quase 70 anos depois de Simone de Beauvoir ter escrito seu livro “O segundo sexo”<sup>32</sup>, indicando com sua frase célebre que ninguém

---

<sup>32</sup> Publicado originalmente em 1949.

nasce, mas se torna mulher, parece ser necessário retomar que já naquele contexto, Beauvoir (1980) desmontou a primazia de que seria o biológico o que definiria as mulheres, explicando que os modos de se constituir mulher não eram algo dado, da natureza, mas o resultado de um aprendizado cultural constante. Nesta mesma direção, Scott (1995) afirma que o termo gênero indica que quaisquer informações sobre mulheres dizem respeito a informações sobre os homens, isto é, não há como dissociar a história das mulheres da história dos homens na medida em que aquilo que hegemonicamente é considerado sendo o mundo das mulheres foi produzido por uma história masculinista. Nesse sentido, os estudos de gênero refutam a ideia de que seja possível considerar a história de um “sexo” isolada da relação com o outro. Nessa direção, a autora definirá gênero como categoria útil de análise histórica, isto é, que contribui para compreendermos como se estabelecem as relações sociais, econômicas e políticas por meio da divisão sexual binária, estabelecendo assim lugares de poder muitos distintos para mulheres e homens.

É inegável que aquilo que consideramos por mulheres e homens, bem como aquilo que atribuímos socialmente como pertencente a um sexo/gênero ou outro irá depender das distintas formas de organização social e do contexto histórico e cultural. Isso significa que com o tempo, o modo como iremos atribuir significado aos corpos pode se modificar, ainda que no meu entender sempre preserve, no âmbito das relações sociais, hierarquias e lugares de poder. No mesmo evento realizado para pensar os direitos e a cidadania de pessoas trans em Santa Catarina<sup>33</sup>, ouvi uma mulher trans falando “*que a máxima de Simone de Beauvoir de que não se nasce mulher, mas se torna só vale para mulheres de vagina*”. Fiquei refletindo muito no que isso poderia significar. Não tive oportunidade de conversar com a pessoa, mas aquilo me inquietou. Após ler muitos materiais no campo dos estudos de gênero, sobre os diferentes feminismos, incluindo aqui os textos críticos do site <https://transfeminismo.com/>, a fala acima parece sinalizar para os modos pelos quais concebemos mulheres e homens a partir da diferença atribuída ao sexo (Scott, 1995) preservando uma certa ideia de essência e negando assim às mulheres com pênis e aos homens com vagina o direito de se autodenominarem ou, até mesmo, de existirem neste lugar discursivo.

---

<sup>33</sup> Ver página 54.

*Estaríamos em meio a um processo de mudança de paradigma?*  
 Ainda que haja uma negação constante da existência de pessoas trans – e podemos perceber essa negação se perpetuando por meio dos processos diários de práticas excludentes, das tentativas constantes de “readequação de gênero”, da patologização e judicialização de expressões de gênero consideradas “fora da norma” e dos processos de extermínio de suas vidas – as pessoas trans resistem e persistem, resistem por todas/os nós, ao sabor amargo do fel normativo. Nisso tudo, algo parece factual, a existência de corpos que não seguem a linearidade e coerência do sistema sexo/gênero (pênis = homem, vagina = mulher) são desorganizadores da suposta ordem de gênero que nos é imposta. E se seguirmos os escritos de Scott (1995) ao indicar o gênero como uma categoria que nos ajuda a compreender a organização social, econômica e política, quem sabe podemos conjecturar que desorganizar a suposta ficção na ordem de gênero é apostar numa mudança “radical” desta organização. Evidentemente, não quero com isso, que haja o entendimento de uma ideia utópica de sociedade que se distancia das relações de poder que nela são produzidas e reiteradas. Pelo contrário, parece que a tentativa constante de suprimir e precarizar as diferenças, sejam elas étnicas-raciais, de gênero, de classe, dentre outras, em favor da manutenção de ideias normativas, é justamente a forma liberal, capitalista e ocidental pela qual nos subjetivamos, de manter as hierarquias e as relações de poder.

*Mas por que as Radfem trazem novamente a discussão do que seria a verdadeira mulher se há muito tempo diferentes feminismos apostam na desconstrução da ideia universal que o termo suscita?*  
 Vejamos abaixo um trecho de um texto retirado do site <http://radfem.info/><sup>34</sup> e em seguida um *post* do *facebook* publicado em modo público pela mesma pessoa do post 01.

### Saindo do Culto Trans<sup>35</sup>

(...)

---

<sup>34</sup> Site que traz conteúdos ditos feministas radicais

<sup>35</sup> Segundo informações do site, o texto foi publicado originalmente em inglês em um blog destinado para discussões de feministas lésbicas, o texto em inglês pode ser acessado no seguinte link: <https://purplesagefem.wordpress.com/2015/05/10/on-leaving-the-trans-cult/>. O texto em português pode ser acessado na íntegra pelo site <http://radfem.info/saindo-do-culto-trans/>.

**O fato de que algumas “mulheres trans” são homens violentos e misóginos que tentam se misturar entre outras mulheres realmente destrói a teoria do “sexo cerebral” e a de “nascido no corpo errado”. Estes homens claramente não são mulheres. Não faz qualquer sentido que tais homens tentem convencer a todos de que são mulheres.** A única explicação possível para homens violentos e misóginos alegarem que são mulheres é para que possam entrar nos espaços das mulheres para nos perseguir e conseguir mimos e atenção. É óbvio que seu real objetivo é se infiltrar quando se olha pro ativismo deles. Eles não fazem qualquer tentativa de criar espaços para mulheres trans, ou de defender que elas tenham abrigos, empregos e moradia. **Tudo o que tentam fazer é entrar nos espaços exclusivos para mulheres.** E estão de fato conseguindo muita atenção da mídia, dos profissionais de medicina, e dos ativistas de gênero.

Tenho visto pessoas entrarem na ideologia trans e perderem a cabeça completamente. Cruzei com pessoas que realmente acreditavam que sexo biológico não existe e que não podiam ter acesso a cuidados médicos a menos que um doutor validasse sua identidade de gênero. Imagine, estar em um país rico com sistema de saúde disponível, e recusá-lo só porque o médico quer tratar seu corpo físico baseado em sua real biologia, em vez de tratá-lo baseado em seus sentimentos? O quão ridículo e absurdo é dizer que você não tem assistência médica quando na realidade tem, e quando há pessoas em países pobres que realmente não têm? Cruzei com homens que serviram no exército, tiveram carreiras fantásticas nas Exatas, foram pais de muitos filhos, e então decidiram que eram mulheres durante esse tempo todo. O quê?! **E tenho visto lésbicas que fazem ativismo lésbico, participam da comunidade lésbica, fazem casamentos lésbicos, e de repente dizem que eram homens o tempo todo.** Muito disso é puro nonsense, mas se você questionar

será chamada de TERF<sup>36</sup> e dirão que você está oprimindo pessoas. É como o criacionismo: inventam falsas evidências que não se sustentam quando verificadas, dizem que a ciência é intolerante com suas crenças, dizem que são perseguidos quando não conseguem forçar suas crenças a outras pessoas, e tentam silenciar e destruir os incrédulos. Transativismo é um culto religioso.

O efeito que o transativismo tem causado no feminismo é como o de um cavalo de Tróia. Ele entrou silenciosamente ao longo dos anos e então explodiu nos anos 2010, e agora as feministas estão divididas e brigando entre si. Gastamos metade do tempo discutindo se mulheres trans são mulheres e se tal pedacinho do feminismo é “transfóbico”, e isso significa que não estamos mais lutando pela libertação das mulheres. **O feminismo deveria libertar as fêmeas humanas da opressão. Não deveríamos estar gastando tempo algum preocupadas com os sentimentos de gênero de homens abusivos. E o fato de que os transativistas geralmente são pró-prostituição deveria nos dizer alguma coisa. Essas pessoas estão lutando pelos direitos dos HOMENS. Agora que vi o que vi, voltei para o verdadeiro feminismo, aquele que luta por mulheres. Não estou mais confusa sobre o que é uma mulher. Uma mulher é uma fêmea humana adulta, como sempre foi.** Aprendi algo muito importante: minhas irmãs sempre devem vir em primeiro lugar. Realmente sinto muito pela hostilidade que usei para me expressar com mulheres que têm noção de que mulheres trans são homens. Gostaria de voltar no tempo. Tenho usado uma tag em alguns posts chamada “auge trans”. Auge trans é o ponto em que os transativistas finalmente ficam tão ridículos que

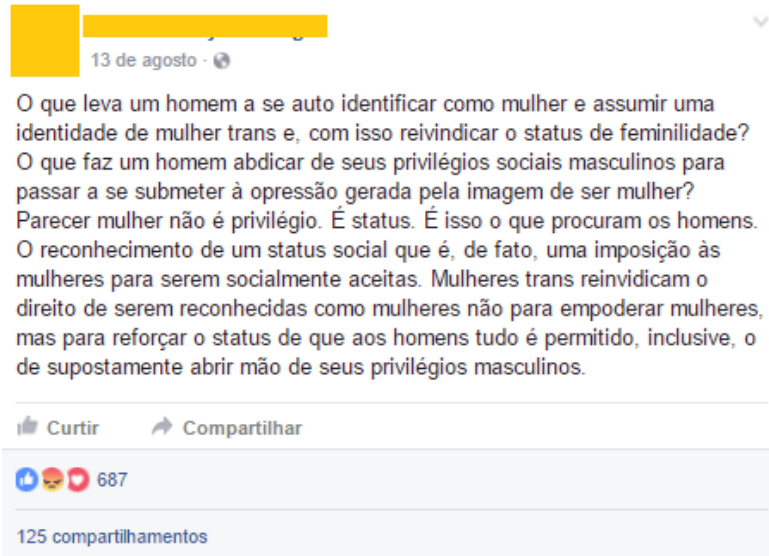
---

<sup>36</sup> TERF é uma sigla inglesa para *Trans Exclusionary Radical Feminists*. Numa tradução livre significa feministas radicais trans-excludentes. Passou a ser uma expressão utilizada pelas pessoas trans ativistas como forma de denunciar feministas radicais que possuem práticas discriminatórias e preconceituosas para com as pessoas trans.

até mesmo seus antigos aliados não podem mais apoiá-los. Isso foi o que aconteceu comigo e sei que vai acontecer com mais gente.

(Os destaques são meus)

## Post 02 – O que leva um homem a se auto identificar como mulher...



Ao ler o texto “Saindo do Culto Trans” e o post 02, fica evidente o discurso em torno de uma preocupação de as mulheres trans serem homens que querem se inserir em espaços de e para mulheres, como a militância feminista, sustentando o lugar de privilégio que já teriam socialmente. Conforme já escrito no subcapítulo 2.2 que tratou sobre o transfeminismo, o debate sobre a legitimidade das pautas de mulheres trans poderem ou não estar inseridas nos feminismos se intensificou no início do século XXI por parte de mulheres feministas. Enquanto algumas mantinham o posicionamento de que isso não seria possível, primeiro, por não se tratar de reivindicações dos movimentos feministas propriamente, mas sim dos movimentos de Lésbicas, de Gays, de Bissexuais, de Travestis e de Transexuais; segundo, por haver

o questionamento se de fato as mulheres trans seriam mulheres; e terceiro se haveria possibilidade de incluir esses novos sujeitos no feminismo sem descaracterizá-lo (COCCI, 2014). Como podemos perceber por meio do texto e do *post* acima, estas tensões ainda permanecem constantes no feminismo. A ideia de que mulheres trans não são mulheres de verdade e de que auto identificação como mulher não bastaria para que sujeitos possam ser assim considerados, sugerem que o que caracterizaria uma mulher verdadeira é o fato de ter “nascido fêmea”, isto é, com um aparato biológico reconhecido, legitimado e inteligível socialmente como de mulher/feminino. Este modo de identificar e excluir as mulheres trans de um estatuto de mulheridade e das pautas feministas é o que teóricas transfeministas como Jesus e Hailey (2010), indicam ser uma violência sexista com base legalizante.

Esta racionalidade biológica que parece também permanecer em relação aos homens trans, podemos observar em um dos trechos que destaquei: “*tenho visto lésbicas que fazem ativismo lésbico, participam da comunidade lésbica, fazem casamentos lésbicos, e de repente dizem que eram homens o tempo todo*”. Ou seja, por este olhar os homens trans na realidade seriam mulheres lésbicas. Esta aparente confusão entre identidade de gênero e orientação sexual diz respeito a um posicionamento das *Radfem* que refuta a idéia de haver uma *identidade de gênero*, pois possuem uma concepção própria para “gênero”. Para compreender isso, é necessário saber como esta premissa do biológico presente no discurso das *Radfem* se relaciona com o que consideram ser a “*socialização*”.

Nessas concepções, socialização se refere basicamente a como as mulheres e homens assumem determinadas posições sociais baseadas no sexo, e neste modo de *socialização*, as mulheres são moldadas a pensar e agir de maneira que sejam submissas aos homens, aos interesses masculinos. Dessa forma, a socialização faz parte de um sistema patriarcal que impõe para as mulheres determinados comportamentos, considerados como próprios do feminino. Comportamentos esperados que não podem ser o que definiria uma mulher ou o feminino, já que estas imposições são produtos de uma lógica machista e patriarcal. Nesta forma de compreensão poderíamos até pensar que não há muita diferença entre estas concepções e as muitas teorizações de vertentes feministas pós-estruturalistas. Então *qual seria a diferença?* Ela reside justamente no fato de que o feminismo radical se estrutura com base em diferenças biológicas que constituiriam relações de poder estanques, isto

é, o fato de alguém nascer com vagina e ser “socializada” como mulher a colocaria imediatamente num lugar hierárquico inferior ao dos homens, que por sua vez são socializados assim por terem nascido com pênis. Estas diferenças construídas histórica e culturalmente são encaradas como fixas, o que colocaria as mulheres na condição de permanentemente terem que se opor à dominação masculina, ou seja, aos homens, para acabar com a estrutura que os mantém em uma posição de poder/dominação.

Joan Scott (1995) já havia escrito sobre como algumas teorias de gênero preservam referências mais tradicionais, com explicações causais e universais. A autora indica que algumas abordagens de gênero que buscam explicar as origens do patriarcado, ou seja, as origens da dominação<sup>37</sup>, consideram que a dominação masculina resultaria de um desejo incessante dos homens de dominarem as mulheres e esta dominação se efetivaria pela exploração reprodutiva do corpo das mulheres. Ou seja, a chave do patriarcado estaria na ideia de que os corpos femininos são feitos para reproduzirem, desse modo a objetificação de seus corpos reprodutivos seria o processo primário de sujeição das mulheres (Scott, 1995). Para a autora, teóricas do patriarcado tiveram uma importante participação para questionar as desigualdades entre homens e mulheres. Entretanto, apresentam problemas:

Em primeiro lugar, embora proponham uma análise interna ao próprio sistema de gênero, elas também afirmam a primazia deste sistema na organização social considerada em seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não mostram o que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. **Em segundo lugar, a análise continua baseada na diferença física, quer a dominação tome a forma da apropriação do trabalho reprodutivo da mulher pelo homem quer tome a forma da objetificação sexual das mulheres pelos homens. Qualquer diferença física assume um caráter universal e imutável, mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mutações nas formas e nos**

---

<sup>37</sup> Conforme explicado por Puleo (2005) o termo feminismo radical, refere-se justamente à busca constante de explicar a raiz da dominação masculina.



**sistemas de desigualdade de gênero. Uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os/as historiadores/as: ela pressupõe o significado permanente ou inerente para o corpo humano – fora de uma construção social ou cultural – e, em consequência, a a-historicidade do próprio gênero.** Num certo sentido, a história torna-se um epifenômeno, fornecendo variações intermináveis para o mesmo tema imutável de uma desigualdade de gênero vista como fixa (Scott, 1995, p. 78). (Grifos meus).

Vejamos abaixo a definição de gênero retirada do site <http://radfem.info>.

Pra começar, nós temos uma visão de gênero bem diferente da corrente na academia e na cultura popular. Acreditamos que **os papéis de gênero são uma imposição do patriarcado feita a partir do sexo de nascimento das pessoas, e que separa a humanidade em dois grandes grupos: os homens (que dominam) e as mulheres (que são dominadas).** Ninguém ainda chegou numa conclusão muito definitiva sobre o porquê de isso acontecer desse modo. Algumas especulações muito boas foram feitas por antropólogos e até por economistas a partir de estudos de diversas sociedades e da história. **A noção que adotamos no radfem, que tem por base esses estudos e mais a realidade em que a gente vive, é a de que somos dominadas por conta de nossas funções na reprodução. Nascemos com o potencial de criar vida.** Óbvio que nem todas nós temos essa capacidade, mas pensa que também não vão usar isso contra nós para nos dominar?<sup>38</sup> (Grifos meus)

Quero destacar que embora eu tenha feito o recorte do trecho acima, não quero com isso afirmar que possamos dizer que esta visão de

---

<sup>38</sup> Para ver texto completo acessar: <http://radfem.info/radfaq/>

gênero é ultrapassada e/ou atrasada. Meu propósito é justamente demonstrar que – ainda que no histórico dos feminismos a noção da diferença sexual e de uma suposta estrutura de dominação masculina persista – a categoria gênero também permanece em disputa e merece atenção. Vejamos abaixo um trecho de meu diário de campo:

Em abril deste ano (2017) consegui combinar um almoço com uma amiga feminista lésbica, nos encontramos, pedimos o nosso cardápio e depois de algum tempo de conversa, uma pergunta que fez parte destes dois anos e meio de mestrado reaparece: *e como vai a dissertação? O que você está pesquisando mesmo?* Depois de alguns minutos situando o campo de pesquisa, notei o olhar já anunciava que controversas estariam por vir. Até o momento, quando falava de minha pesquisa para pessoas do meu círculo de convivência e militância, ouvi diversas vezes que eu estava me inserindo num campo minado, mas que a pesquisa era muito interessante e potente para problematizar práticas de segregação presentes no feminismo e nas teorizações de gênero. Neste sentido, estava sedento por ouvir o que minha amiga tinha para me dizer. Após eu terminar de situar a pesquisa, entre garfadas e goles de cerveja, um silêncio se perpetuou por alguns instantes, senti que naquele breve momento o nosso encontro que estava acompanhado de risadas e histórias ficou um pouco tenso, a sensação era de que havíamos nos deslocado do propósito do encontro para que pudéssemos assumir um tom de posicionamento a partir do lugar teórico, de militância e de fala. Então, num tom respeitoso, mas com ares de seriedade, minha amiga continuou a conversa situando o que pensava sobre as *Radfem*, sua posição era em favor das mesmas por serem elas feministas jovens que estavam assumindo um jeito de enfrentar o machismo de uma forma que há muito tempo feministas de outra geração deixaram de fazer: *“no momento de dizer cala boca macho que agora é eu que estou falando, são elas [as Radfem] que estão fazendo isso (...) eu acredito que há uma diferença grande entre a forma como mulheres são socializadas da forma como as*

*trans são (...)*”. Mudamos rapidamente o assunto e seguimos o almoço. (Diário de Campo, abril de 2017).

A conversa com minha amiga sobre a produção desta pesquisa me deixou pensativo sobre o que é que estava permeando nossas falas. Num primeiro momento, fiquei com a sensação da tensão já antes anunciada pelo fato de ser um homem, cis e gay querendo problematizar tal questão. Mas, voltando ao diário de campo e relacionando com a definição de gênero apresentada no trecho retirado do site <http://radfem.info/radfaq/>, parece-me que o que foi colocado em tensão foi a própria noção da opressão de gênero vivenciada por mulheres cis, que se diferenciaria das opressões vivenciadas por mulheres trans. De certa maneira, eu concordo que haja diferenças nas opressões vivenciadas pelas mulheres cis das opressões vivenciadas pelas mulheres trans, mas não consigo concordar com a premissa da fixidez das desigualdade baseadas nos sexos que justificaria tais opressões. Tal ideia posiciona mulheres trans como homens e opera com uma lógica binária, ignorando que corpos de mulheres trans estão também sujeitos a vivenciar práticas misóginas e sexistas e que estas práticas fazem parte de normas sociais que regulam os nossos corpos. Ou seja, é necessário que possamos ir além da dicotomização das diferenças corpóreas/sexuais e da individualização das relações de poder – que naturalizam a desigualdade de gênero – para uma concepção onde tenhamos condições de possibilidade de problematizar o quanto a desigualdade de gênero baseada nas diferenças corpóreas/sexuais fazem parte de práticas discursivas que Butler (2006b) denominou como regulações de gênero. Isto é, as argumentações de uma imposição do patriarcado que separa dois grupos, os dominantes (os homens) e as dominadas (as mulheres), preserva um modo estanque de conceber as relações de gênero e não nos permite olhar para as concepções históricas e culturais e nem para as multiplicidades das relações sociais que regulam o gênero. *Mas o que isso significa?*

Sandra Azerêdo (2011), discutindo concepções de Butler, afirma que não podemos escapar da materialidade dos nossos corpos, entretanto, esta materialidade não deve ser concebida como dada de antemão, mas construída e reiterada por meio de um processo discursivo e performático “em que somos agentes, mas no qual não reconhecemos a nossa agência” (p. 28) na medida em que a sentimos como naturalmente dada. Para essa compreensão, Butler (2006b) sugere que o gênero requer e institui o seu próprio regime regulatório e disciplinar, o

que significaria tratá-lo enquanto norma social e não apenas como uma instância binária que se divide em masculino e feminino e/ou macho e fêmea. Para a autora, as normas operam dentro das práticas sociais como padrões implícitos de normalização. Tornando-se difíceis de serem percebidas, o único modo de verificá-las de uma forma nítida é por meio dos efeitos que produzem.

A norma governa a inteligibilidade das ações, ela regula as ações, isto é, permite-nos reconhecer práticas e ações como tais, impondo uma grade de legibilidade sobre o social e definindo os parâmetros do que pode ou não aparecer dentro deste domínio. Desse modo são as normas que tornam o campo social inteligível e são elas que produzem os efeitos de normalização (BUTLER, 2006b). Então, para a autora não é possível haver um “fora da norma”, isso significa que aquelas e aqueles consideradas/os fora de normas sociais seguem sendo definidas/dos em relação a elas e vice e versa. Neste sentido, a autora irá considerar que,

Afirmar que el género es una norma no es lo mismo que decir que hay visiones normativas de la feminidad y la masculinidad, aunque resulta claro que tales visiones normativas existen. El género no es exactamente lo que uno “es” ni precisamente lo que uno “tiene”. El género es el aparato mediante el cual tienen lugar la producción y la normalización de lo masculino y lo femenino, junto con las formas intersticiales hormonal, cromosómica, psíquica y performativa que el género asume. Asumir que el género siempre y exclusivamente significa la matriz de lo “masculino” y “femenino” es precisamente no darse cuenta del punto crítico de que la producción de ese binario coherente es contingente, de que tiene un costo y de que aquellas permutaciones del género que no se adaptan al binario son tan parte del binario como su instancia más normativa. Fusionar la definición de género con su expresión normativa es reconsolidar inadvertidamente el poder de la norma para restringir la definición del género (BUTLER, 2006b, p. 11).

Para a autora, nessa perspectiva o gênero é o mecanismo do qual se produzem e se naturalizam as noções *de masculino e feminino*, mas

também pode ser o mecanismo que desconstruiria e desnaturalizaria estes mesmos conceitos. Nesse sentido, seria interessante manter o conceito de gênero separado das noções sobre masculino e feminino, pois “la fusión de género con masculino-femenino, hombre-mujer, macho-hembra efectúa así la misma naturalización que la noción de género está tratando de evitar” (BUTLER, 2006b, p. 12). Portanto, insistir em um discurso sobre o gênero que toma o binarismo homem e mulher, macho e fêmea<sup>39</sup> como única forma de compreensão do campo de gênero, nada mais é que a própria reprodução da operação de regulação do poder que naturaliza a instância hegemônica e impossibilita pensar em alterá-la. Diante de tais críticas, vamos analisar um *post* retirado de uma página do *facebook* intitulada **Feminismo Radical Didático:**

---

<sup>39</sup> Tal como a definição de gênero retirada do site <http://radfem.info/radfaq/>.

## Post 03 – Transativistas sugerem que nós...



**FEMINISMO  
Radical  
Didático**

**Feminismo  
Radical Didático**  
@feminismoradicaldidatico

- Página inicial
- Sobre
- Fotos
- Curtidas
- Vídeos
- Publicações

Criar uma Página

👍 Curtir    🔔 Seguir    ➦ Compartilhar    ...



**Feminismo Radical Didático**

19 de maio às 11:14 · 🌐

Transativistas sugerem que nós, feministas radicais, nos opomos ao uso de maquiagem por pessoas do sexo masculino. Negativo. Usem o quanto de maquiagem quiserem, nenhum problema, somente importa que nada disso faz com que homens sejam mulheres.

pois embora o uso desses itens de "embelezamento" tenha sido imposto a pessoas do sexo feminino, assim como todos os outros atributos de feminilidade, ser mulher não é passar batom.

O processo de socialização determinado pela genitália humana desde o nascimento da pessoa é que diferencia entre homens e mulheres e divide o patriarcado em duas castas sexuais.

Os estereótipos de "gênero" são demarcadores sociais, mas a origem da opressão feminina está na sua vagina. Ademais, sua capacidade reprodutiva é explorada pela casta sexual masculina.

Ou seja, quando homens passam batom eles continuam pertencendo à casta masculina, não ocorre absolutamente nenhuma transformação no patriarcado. É nulo.

Porém, quando homens passam a fazer uso dos estereótipos impostos femininos e afirmam que são mulheres por isso, eles não estão fazendo nada menos que reafirmar a opressão feminina como natural.

E como vocês sabem, nenhuma menina nasce com o desejo de por brincos, mas somente meninas têm suas orelhas furadas nos primeiros dias de vida.

Não existe "cérebro feminino", mulheres são forçadas à feminilidade. Não nascem mulheres, se tornam.

Porém, é meio óbvio que transativistas queiram perpetuar a ideologia de que existe um "cérebro feminino", o "subjetivo feminino", afinal é interesse masculino manter as mulheres sob o regime opressivo do qual eles se privilegiam.

Só o que não faz sentido, é acreditarmos que o feminismo é um movimento de luta para a manutenção dos estereótipos de gênero.

Nunca foi.

Feminismo é um movimento revolucionário pelo fim da opressão feminina e isso inclui a derrubada dos estereótipos de gênero e sua naturalização.

(Os destaques são meus)

Algo me chama atenção na postagem acima: concordo com o fato de que ao identificar um corpo como menina ou menino, implica em uma série de práticas discursivas que são impostas aos nossos corpos. Localizar um corpo com vagina é muito diferente de um corpo ser localizado com pênis, estou ciente que a partir disso vamos, desde muito cedo, aprendendo os significados de ser mulher e ser homem baseados

nos padrões que nos interpelam. Talvez seja isso que *Radfems* estejam chamando de socialização. Entretanto, não consigo concordar que seja por meio desta reiteração binária corporal que se tornará possível nos contrapormos aos modos de produção e regulação do gênero ou aos modos de opressão. Tratar os nossos corpos desse modo seria supor sua ahistórica estabilidade e também sugerir que nossas histórias singulares sejam determinadas pelo modo como os nossos corpos são socialmente inteligíveis por meio do sexo, ignorando outros marcadores de diferenças. Como podemos observar, o *post* é categórico em localizar a origem da opressão feminina na genitália – “a origem da opressão feminina está na sua vagina”. É evidente que esta lógica está fundamentada na premissa da diferença sexual, noção já há muito tempo criticada por preservar uma oposição entre sexos, por sustentar a naturalização das relações de poder e ainda ratificar uma identidade universal do ser mulher.

Acompanhar *post* como estes me produzem um mal estar, quando presto atenção a como isso reverbera em meu corpo, dando-me a sensação de estar em terras estrangeiras. Em algum momento parece que não consigo alcançar a compreensão do por que há um ataque explícito às pessoas trans por parte de *Radfem*. Tal sensação se intensifica quando é facilmente perceptível que os discursos utilizados por *Radfem* em torno da primazia do biológico, ultrapassam os limites virtuais e encontram eco nas diferentes formas de opressão e discriminação vivenciadas pelas pessoas trans no seu cotidiano. Vejamos alguns comentários que circularam em baixo de um *post* denunciando casos de transfobia por *Radfem*.



## Post 04 – Feministas radicais, da universidade...






The image shows a screenshot of a Facebook post. On the left is the profile of 'Feminismo Sem Demagogia - Original', which includes a profile picture of a woman with a magnifying glass over her face and a banner that says 'Feminismo Sem Demagogia'. The profile name is 'Feminismo Sem Demagogia - Original' and the handle is '@FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal'. Below the name is a menu with options: 'Página inicial', 'Sobre', 'Fotos', 'Curtidas', 'Eventos', 'Vídeos', and 'Publicações'. At the bottom of the profile section is a green button that says 'Criar uma Página'.

The main post area shows a timestamp of '24 de setembro às 17:57'. The post is from a user whose name is redacted with a yellow box. The post text reads: 'Feministas radicais, da Universidade Federal do ABC, estão impedindo que a única travesti, negra e faxineira, possa fazer uso do banheiro feminino na Universidade. Vocês entendem que existe uma diferença entre construir óticas feministas e violentar uma pessoa? Percebem o recorte de classe e raça presente nessa situação? Lembrem do passado quando mulheres brancas mandavam nós negras usar o banheiro que ficava do lado de fora da casa?! O nome disso não é feminismo. É violência.' Below the text are three interaction buttons: 'Curtir', 'Comentar', and 'Compartilhar'. At the bottom of the post area, there are more interaction options: 'Curtir', 'Comentar', and 'Compartilhar', along with a small profile picture icon and a dropdown arrow. Below the post area, there is a notification that says 'e outras 3,7 mil pessoas' and a sorting option 'Ordem cronológica'.






  Sou negra e feminista e não me sinto à vontade com alguém que foi socializado como homem frequentar o banheiro destinado a nós mulheres sem que sejamos consultadas. Não venham endeusar travestis, mesmo sendo negras ou não. Elas foram socializadas como homens.


[Curtir](#) · [Responder](#) ·  28 · Ontem às 00:41



  IAUHEIUASHEA


Tem nem vergonha de vir expor que só se preocupa com os preconceitos que te atingem, puta merda...


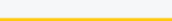
[Curtir](#) · [Responder](#) ·  10 · 21 h

  Também não me sinto a vontade! Só que as pessoas não entendem que feminista não é obrigada a ser "mãe de todos", como sempre, querem tirar a voz da mulher. Querem liberar banheiro de mulheres para travesti, porque é mais seguro, e a segurança da mulher, como é que fica?



[Curtir](#) · [Responder](#) ·  8 · 16 h

  Vcs tão ligadas que, trans ou não, qualquer louco pode entrar num banheiro público e tentar nos atacar?



[Curtir](#) · [Responder](#) ·  9 · 9 h



  Na realidade nem sempre, ela não foi socializada como homem e sim como uma mulher travesti (tem um vídeo sobre isso no canal "barraco da Rosa" e se vocês não se sentem a vontade: não usem banheiros públicos



[Curtir](#) · [Responder](#) · 6 h





  



(os destaques são meus)



 Mesmo uma travesti sofre a mesma pressão para se ajustar aos códigos da masculinidade, minha cara. Um vídeo desse canal quer legitimar o ponto de vista de quem idealizou e boba é você ao comprar esse discurso fajuto.  
Curtir · Responder ·  2 · 5 h



 Na socialização que essa pessoa recebeu antes de se assumir como travesti tem códigos da masculinidade e pode sim assumir posturas misóginas.  
Curtir · Responder ·  2 · 5 h

 E nem vou comentar o que o tal do Christian escreveu. Argumento de macho branco do Sul racista querendo ditar regra. Você namoraria com uma trans, meu caro? Digo ter relacionamento sério com projetos de vida...duvido  
Curtir · Responder ·  3 · 5 h · Editado

 Concordo totalmente contigo    
Curtir · Responder ·  2 · 4 h

 **Liv Sifr** Não são feministas se são à favor da violência, ou seja, são apenas "meninas da Universidade Federal do ABC"  
Curtir · Responder ·  11 · Ontem às 00:42  
↳ 1 resposta

(os destaques são meus)

Basta verificarmos os comentários da referida postagem, que vamos tendo ideia de como os diferentes discursos voltados contra a população trans, sob a égide de proteção das mulheres e da noção de socialização, geram efeitos de manutenção e reiteração de violação de direitos. A partir dos *posts* é visto que as mulheres trans são consideradas como pessoas socializadas como homens e, portanto, com privilégios de homens. Outros comentários demonstram que não são legitimadas nem como homens e nem como mulheres, acabam por ocupar um lugar sem lugar, não sendo reconhecidas como sujeitos de direito ou ainda negando que diferentes formas de expressão de gênero são possíveis. Além disso, chama atenção o discurso que supostamente unificaria as mulheres (em torno da condição de nascer com vagina), ignorando as diferenças entre as próprias mulheres e o fato de que as práticas de misoginia também podem ser reproduzidas entre mulheres.

Butler (2000) nos explica que “sexo” não pode ser visto como um fato ou uma condição estática do corpo, mas como um processo no qual ideais regulatórios, por meio da reiteração forçada e constante das normas, materializam as diferenças sexuais. Esta reiteração constante apenas mostra o quanto a materialização nunca está completa ou conformada, isto é, os corpos não se conformam às normas pelos quais a sua materialização é imposta. Para a autora, isso significa que nossos corpos possuem possibilidades outras de “rematerialização”, ou seja, se mantém instáveis, a tal ponto que a força da lei regulatória pode se voltar contra si mesma, colocando em questão sua própria hegemonia (BUTLER, 2000). Nesse sentido, a autora destaca que “sexo” não é, em sua simplicidade, aquilo que alguém possui ou algo estático que define o que alguém é, mas sim, uma das normas que qualifica o corpo em sua inteligibilidade cultural. Isso retira o sexo do plano biológico ou da fixidez de um dado corporal e o situa como norma cultural que governa os nossos corpos. Esta parece ser a grande diferença do modo como as *Radfems* concebem a materialidade do corpo.

Em seu texto intitulado “A tecnologia de gênero” a feminista Tereza de Lauretis (1994) nos explica que na década de 60 e 70 o conceito de gênero foi tido como expressão da diferença sexual, o que significava dizer a diferença entre “a mulher” e “o homem”. Para a autora, “Se continuarmos a colocar a questão do gênero em qualquer destas duas formas, a partir de um esboço completo da crítica do patriarcado ocidental, o pensamento feminista permanecerá amarrado aos termos do próprio patriarcado ocidental (...)” (LAURETIS, 1994, p. 207). Isto é, uma das críticas importantes a ser realizada a esta

concepção de diferença sexual, seria o fato de que produz uma ideia de oposição estanque e universal do sexo, que para Lauretis (1994) nos impossibilita de perceber as próprias diferenças presentes entre e nas mulheres. A autora segue problematizando a concepção radical do pensamento feminista que se restringe a uma ideia patriarcal e nos provoca a pensar na necessidade de conceber o sujeito de outra forma, como

(...) um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito “engendrado” não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, 1994, p. 208).

Conforme escrevi no capítulo 2 desta dissertação, a categoria “mulher” e a política de representação do sujeito do feminismo que a circunda, geram tensões históricas entre feminismos. Como nos indica Silvana Aparecida Mariano (2005), faz parte da história do feminismo a construção de um sujeito político feministas universal, mas este movimento sofreu grandes críticas pelas feministas negras, latino-americanas, das feministas de países do sul-global. Ou seja, uma crítica a uma ontologia feminista branca e de elite que colocava em questão “o ser mulher” e denunciava que a suposta “unidade” entre mulheres também era uma prática excludente, na medida em que sempre houve desigualdades e opressões entre elas próprias. Esses tensionamentos colocavam em questão a política representacional e de identidade, revelando-se como um problema político e teórico (MARIANO, 2005). O *post* abaixo parece sinalizar esta política representacional de modo estanque.

## Post 05 – As mulheres estão acordando do transe trans.

**FEMINISMO Radical Didático**

Feminismo Radical Didático  
@feminismoradicaldidatico

Página inicial

Sobre

Fotos

Curtidas

Vídeos

Publicações

[Criar uma Página](#)

Curtir Salvar Compartilhar Mais

Feminismo Radical Didático compartilhou a publicação de [redacted]

21 de setembro às 23:58 · 🌐

As mulheres estão acordando do transe trans.  
#feminismoradical #identidadedegênero #racismo #semulher #sesentimulher

[redacted]

14 de setembro às 11:22 · Salvador, Bahia · 🌐

Se um branco falar que se sente negro, a gente não aceita.  
Se um hétero falar que se sente do vale, a gente não aceita.  
Mas quando um homem falar que se sente mulher, “tem que aceitar”.

Cês não acham que tem alguma coisa errada aí?

Curtir Comentar Compartilhar

772 Reações

Ordem cronológica

Feminismo Radical Didático se vc ainda não saiu... <http://radfem.info/saindo-do-culto-trans/> ✓

Saindo do culto trans | RadFem ✓

Traduções Saindo do culto trans May 11, 2015 admin 30 Comments Texto publicado originalmente no blog Purple Sage; traduzido com permissão da autora. Quando sai do armário como lésbica, foi durante a época da inclusão, quando mais e mais letras foram adicionadas à sopa de letrinhas LGBTQ porque cada m...

RADFEM.INFO

É muito comum ouvirmos falar que “ser trans” é uma moda da época, uma mentira/enganação sobre os corpos e/ou ainda uma imposição autoritária de modos de vida que têm confundido homens e mulheres. Estas concepções na maioria das vezes estão sustentadas por racionalidades fundamentalistas religiosas, mas é possível observar que têm sido também uma estratégia discursiva *Radfem*. Não é por acaso que postagens sobre as pessoas trans e/ou transfeminismo, como esta que destaquei acima, trazem como enunciado a palavra transe – “As mulheres estão acordando do transe trans” – ou culto – “Saindo do culto trans” –, conforme já apresentei anteriormente. Estas palavras acompanhadas da ideia de acordar ou sair de algo vão sugerindo que em algum momento as questões trans produziram algo nebuloso do qual é necessário despertar. Na continuidade da postagem podemos observar o seguinte trecho:

**Se um branco falar que se sente negro, a gente não aceita.**

**Se um hétero falar que se sente do vale, a gente não aceita.**

**Mas quando um homem falar que se sente mulher, “tem que aceitar”.**

**Cês não acham que tem alguma coisa errada ai?**

Este fragmento, antecedido da frase “As mulheres estão acordando do transe trans”, mostra-nos que de fato há uma deslegitimação da consideração das mulheres trans como mulheres, evidenciando cada vez mais que a disputa é por uma ontologia da mulheridade e, novamente, por uma política representacional dentro do feminismo. Teóricas como Guacira Lopes Louro (2000) têm problematizado que vivemos uma prescrição identitária, uma pedagogização dos nossos corpos baseados em premissas do que é considerado natural, verdadeiro e normal. Para a autora, estas premissas ganham tamanha força que as tornam institucionalizadas como realidade hegemônica, instaurando uma política identitária e excludente. Neste sentido, a autora afirma que as “identidades culturais e sociais” são políticas, pois a forma como elas representam ou são representadas é sempre marcada por relações de poder.

Costa (1998) faz um resgate histórico dos cenários presentes no uso da categoria gênero. Dessa forma, uma crítica que está sempre presente é o quanto o uso da categoria gênero como forma de abandono da categoria mulher, poderia não ter sentido aos países do sul global. Quando a autora faz este destaque, sinaliza para os tensionamentos voltados aos estudos de gênero que – ancorados em perspectivas onde a aposta é na desconstrução das categorias identitárias – poderiam produzir um feminismo “sem mulheres” na medida em que as palavras mais associadas ao conceito “mulher” são a descontinuidade, a ficção, a instabilidade e o deslocamento, perdendo-se o sentido político do termo. Diante de tal observação, Costa (1998) propõe uma mediação entre conceitos de vertentes pós-estruturalistas, oriundos de países considerados de primeiro mundo, e sua apropriação para o contexto brasileiro. Nesse sentido, negar a essencialização à “mulher” seria uma das grandes contribuições que poderiam ser apropriadas, isto é, os estudos de gênero nesta perspectiva, possibilitaram questionar as posições essencialistas e também a complexidade das relações e

tecnologias de poder. Para a autora, as teorias pós-estruturalistas quando aliadas a teorias e práticas políticas feministas transformam-se,

(...) em poderoso instrumento não somente para o estudo das maneiras pelas quais sujeitos constroem e subvertem identificações, mas também para orientar-nos, nesses estudos, em direção a politização das teorias usadas e teorização das práticas analisadas e interpretadas sempre a partir do lugar específico da mulher.(COSTA, 1998, p 134).

Desse modo, concordando com a autora, não acredito que tenhamos que abandonar radicalmente o conceito de mulher, não quero cair neste radical oposto em que se desconstrói por completo tal categoria, como se fosse possível abster-se do fato de que em torno dessa há uma organização política importante. Fazer esta afirmação é lembrar que “mulher” é uma categoria heterogênea, construída historicamente por diferentes discursos e práticas. Ou seja, conforme a própria autora nos sinalizou, a história de uma categoria só é possível ser compreendida junto com a história de outras, como raça, classe, sexualidade, nacionalidade. Desse modo, a categoria mulher não seria convocada em caráter ontológico, mas estaria articulada com as contingências políticas que constroem as identidades e posições de sujeitos no campo social, posições estas que se constituem em torno da categoria mulher com todas as suas articulações e antagonismos sociais (COSTA, 1998).

Diante dos destaques realizados e dos diálogos que procurei estabelecer até aqui, finalizo este subcapítulo destacando sete aspectos que me parecem ser importantes quando consideradas as tensões existentes entre os estudos de gênero que centram suas teorizações em perspectivas discursivas identitárias e pós-identitárias. Fica a ressalva de que estes aspectos são postos aqui como condições de possibilidade e não como regras, e que certamente não esgotam a questão.

### **O discurso identitário:**

1. Pode levar para o enunciado que estabelece relação unilinear entre corporalidade, gênero, sexualidade e produzir a noção de corpos que podem ser inteligíveis

- como homem/masculino, mulher/feminina e também deslegitimar outros corpos a ocuparem estas categorias;
2. Pode conduzir para o debate da diversidade e ao paradoxo de uma inclusão que exclui, pela possibilidade existente da cristalização identitária coletiva que exclui posições singulares;
  3. Pode gerar tensões tanto entre pessoas dos próprios grupos que se situam em determinada categoria, bem como na relação com outros grupos que se nomeiam de outro modo;
  4. Pode produzir uma relação de oposição, em que nomear o outro como seu oposto passa a ser fundamental para poder afirmar quem se é, portanto, produz um efeito de vigília para permanecer na suposta estabilidade;
  5. Pode levar à ideia de fixidez e remontar a um viés normativo em que sujeitos serão inteligíveis apenas quando posicionados em determinadas categorias.

### **O discurso pós-identitário:**

6. Pode ignorar as produções que envolvem a demarcação de posições de privilégios, quando não consideradas as contingências e antagonismos políticos nos quais estas posições se constituem.
7. Pode contribuir para a reiteração de ideais regulatórios, considerando o cenário onde a produção de reconhecimento das diferenças e a construção de políticas públicas exigem organizações em torno de identidades coletivas.

## **6.2 O DISCURSO DA NÃO TRANSFOBIA E DA FALÁCIA DA IDENTIDADE DE GÊNERO: COMO ISSO CONTRIBUI PARA PROCESSOS DE PATOLOGIZAÇÃO DAS TRAVESTITIDADES E TRANSEXUALIDADES?**

Diante das postagens que fui elencando no subcapítulo anterior, poderíamos afirmar categoricamente que sim, o feminismo disseminado pelas *Radfem* é transfóbico. Mas, outras perguntas seriam mais importantes do que esta afirmação: *o que possibilita pensarmos práticas*



*de transfobia no feminista dito radical? O que significa tal afirmação?* Nunca é demais relembrar que as perguntas que elaboro no decorrer da escrita são frutos das inquietações que permanecem latentes quando me deparo com as denúncias constantes de práticas de transfobia que as pessoas trans vivenciam no seu cotidiano. Vejamos abaixo um trecho do texto retirado de um *blog* destinado a postagens do feminismo radical <https://radicalista.wordpress.com/>:

**Por que o feminismo radical é acusado de ser conivente com a transfobia?<sup>40</sup>**

Não é novidade para ninguém, atualmente, que o feminismo radical é incessantemente acusado de promover ou ser conivente com a *transfobia*, simplesmente porque **esta vertente feminista tem uma visão diferente acerca da definição de gêneros e do peso social que a socialização tem na existência social de alguém.**

**Como feminista radical, acredito que falo por todo o movimento quando digo que nós jamais vamos apoiar ou incentivar qualquer tipo de desumanização ou violência contra ninguém, incluindo pessoas que se identificam como trans. Somos a favor dos direitos humanos e acreditamos que eles devem ser como na teoria são: universais. Feministas radicais em momento algum vão incentivar a agressão ou a violência contra nenhum tipo de pessoa.**

(...)

Como já foi dito antes, o patriarcado é o sistema que pega seres humanos que nasceram sendo biologicamente machos ou fêmeas e os transforma nas classes sociais chamadas de “homens” e “mulheres”. O que foge ao entendimento de muitos é que, embora seja um sistema classista, o Patriarcado em mais parece um sistema de *castas* do que de *classes*, já que não existe uma verdadeira mobilidade entre as classes privilegiada e oprimida, entre as classes masculina

---

<sup>40</sup> Para ver texto completo, acessar:

<https://radicalista.wordpress.com/2014/07/31/por-que-o-feminismo-radical-e-acusado-de-ser-conivente-com-a-transfobia/>

e feminina. Pessoas do sexo masculino são transformadas em homens pela *socialização masculina*, que é definida por uma psicologia baseada na dormência emocional e na dicotomia entre o eu e o outro. Enquanto isso, a *socialização feminina* no patriarcado parece ser um processo de psicologicamente constranger e destruir meninas – processo esse também chamado de “preparação”, preparação esta para criar uma classe de vítimas conformes. A feminilidade é uma série de comportamentos que são, em sua essência, pura submissão ritualizada.

Não conseguimos enxergar *nada* na criação ou na constituição do conceito de “gênero” que valha a pena ou deva ser celebrado ou aceito. O Patriarcado é um arranjo de poder brutal e corrupto e nosso objetivo é “desmantelá-lo” até que estas categorias de gênero não existam mais, bem como outros critérios de divisão de grupos e classes criados em função de dar privilégios a um grupo enquanto oprime outros grupos, de forma histórica, social, econômica e política (e por isso também que o feminismo radical pode dialogar com outras lutas libertárias de cunho revolucionário, como a luta pela libertação do sistema de classes [sócio-econômicas], pelo fim da discriminação de raças [fim do racismo], etc).

**Nós, feministas radicais, não somos “transfóbicas”, mas temos, sem dúvidas, discordâncias com reformistas de gênero sobre o que o gênero realmente é. Reformistas de gênero acham que o gênero é natural, quase um produto da biologia humana. Feministas radicais e pessoas abolicionistas de gênero encaram este [o gênero] como algo social, que produz e é produto da supremacia masculina, logo, é essencial para a manutenção desta. Reformistas de gênero encaram gênero como uma “identidade”, um conjunto interno de sentimentos que as pessoas possam ou não ter. Feministas radicais e abolicionistas de gênero encaram gêneros como o sistema patriarcal de “castas”, conjuntos de condições materiais e sociais nos quais um indivíduo já nasce imerso.**

Reformistas de gênero o encaram como um binarismo, enquanto feministas radicais e abolicionistas de gênero o encaram com uma hierarquia; hierarquia esta na qual quem está no topo é a classe masculina. Alguns reformistas de gênero afirmam que o gênero é algo “fluido”. Feministas radicais apontam que não há nada de fluido em ter seu rim posto a venda pelo seu marido. **Então, sim, nós temos algumas grandes discordâncias ideológicas.**

**Feministas radicais também acreditam que as mulheres devem ter o direito de definir suas fronteiras e limites e decidir quem deve ser incluído em seus espaços exclusivos (e sim, também acreditamos na necessidade desses espaços exclusivos).** Acreditamos que todos os grupos oprimidos têm esse direito. Somos constantemente chamadas de transfóbicas por apoiar a decisão de várias mulheres de não ter homens – pessoas nascidas com o sexo masculino e socializadas na masculinidade – em espaços exclusivamente femininos.

(...)

(os grifos apenas em negrito são meus e os grifos em negrito e itálico são da autora)

De acordo com o texto acima, o feminismo radical não se caracterizaria como transfóbico, mas como uma divergência teórica e ideológica em relação a outros feminismos e aos estudos de gênero. Desse modo, algo que é muito comum vermos em postagens das redes sociais e em *blogs* destinados a discussão do feminismo radical é a contraposição à ideia de *identidade de gênero* como possibilidade de nomear a forma como a pessoa sente e se identifica. Bom, a ideia sobre as pessoas trans ou sobre a concepção de identidade de gênero parece ignorar que o conceito possui uma historicidade, e que dentro dos próprios movimentos de pessoas trans há uma tensão que considerará a possibilidade de subversão a uma lógica de apropriação individualizante, para uma ampliação de possibilidades de expressões de gênero de ordem social e cultural.

Parece importante situar que o conceito de “Identidade de gênero” foi uma expressão proposta por Robert Stoller em um Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em Estocolmo, em

1963. Na ocasião, Stoller apresentou uma pesquisa sobre pessoas intersexuais e transexuais, vinculando ao conceito a separação entre sexo (de ordem biológica) e o gênero (de ordem cultural) (Azerêdo, 2011). Nesta mesma direção, Leite Junior (2011) nos explica o quanto esta categoria produzida por discursos “psis” e biomédicos, foi e está sustentada por uma noção que sugere uma constância, uma homogeneidade ou ainda algo inato, assim como aconteceu no final do século XVIII com as primeiras formulações sobre identidade. Neste sentido, acompanho a crítica da suposta ideia de uma identidade pessoal estável, questionando, no entanto, *ao afirmar que a definição de mulher está estritamente ligada a uma característica biológica, isso não seria do mesmo modo acreditar na ideia de uma identidade fixa para e sobre os corpos?*

Quando uma *Radfem* afirma que a raiz da opressão das mulheres está na sua genitália, ou ainda, que o feminismo radical é um feminismo que se centra na origem ou raiz da opressão dos corpos de mulheres, fica evidente uma constante afirmação de uma suposta verdade que definiria o que é “ser mulher”. Nesse caso, Leite Junior (2011) nos relembra o quanto é comum os estudos ou apontamentos voltados para as pessoas travestis e transexuais carregarem a noção do que seria considerada a “mulher de verdade” ou “homem de verdade”. Baseado em Foucault, o autor afirma que independente de onde esteja a busca pela verdade ou qual verdade seja, esse movimento carrega uma procura pelo exercício de poder, no qual se sustenta como uma convenção discursiva que atestaria ou legitimaria a verdade sobre o sexo e o gênero. Então me parece que quando *Radfems* se apoiam neste modo discursivo sobre a origem ou a “verdade”, quer seja das opressões, quer seja dos corpos de “mulheres”, estão operando com a mesma lógica opressiva do tão denunciado patriarcado, pois se utilizam dos mesmos mecanismos que impõem a verdade sobre os corpos das mulheres e homens trans.

Mas antes de falar sobre como as *posts de Radfems* parecem tomar como base uma ideia universal sobre o “sujeito trans”, reiterando um olhar normalizador e patologizante, gostaria de marcar posição sobre a transfobia. Considerando um contexto de violência para com as pessoas travestis e transexuais, cujas vidas são silenciadas cotidianamente, acredito ser possível afirmar que algumas práticas feministas são transfóbicas, independente se estas práticas são identificadas como parte de uma posição teórica (como o feminismo radical), ou não. Quando postas num contexto como o brasileiro, cujo índice de homicídios de pessoas travestis e transexuais alcança o

primeiro lugar no ranking mundial, de acordo com o monitoramento divulgado em 2015 pela TGEU - *Transgender Europe*<sup>41</sup>, soa-me como irresponsável afirmar que a grande divergência é teórica. As pessoas trans sofrem violência por não terem suas expressões de gênero legitimadas socialmente. O que estou afirmando é que os modos pelos quais elaboramos nossas teorias ou posições políticas geram efeitos concretos para as vidas das pessoas trans. Não quero dizer com isso que a prática de transfobia é algo que possa ser individualizada<sup>42</sup>, ou encontrada somente nas postagens *radfems*, mas me importa dizer que as referidas postagens fazem parte de uma complexa malha discursiva que, por ser transfóbica, podem corroborar com a produção de exclusão e morte.

Desse modo, gostaria de problematizar uma noção hegemônica sobre as travestis e mulheres transexuais presente nos discursos *Radfem*. Antes disso, transcrevo um trecho de diário de campo:

Em março de 2016, participei da 2ª Conferência Internacional de Psicologia LGBT, realizada no Rio de Janeiro, e na ocasião tive a oportunidade de participar do lançamento do *teaser* do documentário “*Meu nome é Jacque*”. O *teaser* contava a história de uma mulher transexual brasileira militante pelas questões de HIV/Aids e suas lutas e conquistas. Após o momento de exibição do vídeo, Jacque, mulher transexual de 56 anos de idade, foi convidada a estar na mesa para contar ao público como foi a ideia de construir um documentário sobre a história de sua vida. Muito emocionada, Jacque foi contando como foi ser militante trans num período que, segundo ela, foi

---

<sup>41</sup> Organização internacional sem fins lucrativos voltada para o combate à discriminação e a defesa dos direitos de pessoas trans. Para saber mais, acessar: <http://tgeu.org/>

<sup>42</sup> Importante dizer que a depender da noção que embasa o uso da palavra transfobia, pode-se remeter a individualização das ações de preconceito e violência contra as pessoas trans, como se estas fossem parte de uma característica interna ao sujeito. Nesse sentido, quero afirmar que utilizo neste trabalho uma concepção crítica sobre a transfobia, compreensão que considera que as ações de preconceito ou violência são produzidas histórica e culturalmente, ou seja, faz parte de um modo de organização cultural que pretende suprimir e/ou negar as diferenças, o que significa dizer que estas práticas constituem-nos a todos.

marcado pela epidemia do HIV/AIDS. Sua fala não ficou centrada apenas neste aspecto, também relatou como foi a sua experiência de se reconhecer como mulher trans num momento em que esta forma de identificação ainda nem existia. Jacque centrou sua fala afirmando que possuía completa aversão e repúdio à sua genitália e como se sentia num “corpo errado” desejando a cirurgia de transgenitalização para que pudesse ser uma “mulher completa”. Em vários momentos Jacque afirmava que aquilo que ela estava falando dizia respeito ao modo como ela percebia o seu corpo e que isso não poderia ser generalizado por que havia outras formas de experiências trans que não desejavam a cirurgia. Após a sua fala, houve um momento em que foi possível realizar questionamentos a ela. Chamou-me a atenção uma pergunta de uma mulher que afirmou ser sua amiga de militância há mais ou menos 10 anos. *“Até hoje eu não sei como devo te chamar, se eu te trato como ele ou como ela, você é homem ou mulher?”*. Naquele momento, fiquei impressionado como depois de tanto tempo de convivência, ou ainda após ter visto o *teaser* e ouvido Jacque falar sobre a sua vida, como era possível que aquela pergunta estava sendo feita por uma pessoa próxima? Jacque respondeu o seguinte: *“Eu sou mulher, ainda que com a especificidade de ser uma mulher transexual, sou mulher, agora se você quer saber como eu gostaria de ser chamada, meu nome é Jacque”*.

(Diário de Campo, março de 2016).

O trecho de diário de campo me fez pensar nos vários discursos sobre as experiências trans, mas refleti muito no quanto é difícil desconstruir os discursos morais e biomédicos que nos fazem identificar pessoas como homens e mulheres por meio da identificação de suas genitálias. Quando a amiga de uma década de Jacque a questiona publicamente se ela é homem ou mulher, fica nítida a tentativa de reorganizar ou resituar estas práticas discursivas que nos atravessam. Caso Jacque não falasse de sua transexualidade e sobre como passou por procedimentos de mudanças corporais, certamente aquela pergunta não apareceria. Jacque, mulher transexual, branca, de classe média, casada e mãe de 2 filhos, é facilmente inteligível como mulher e feminina, ainda que não seguisse padrões estéticos e de beleza impostos à feminilidade.

Isso significa que estamos diante de um recorte de raça e classe que precisa ser considerado, entretanto me interessa observar que o fato de ela expor a sua transexualidade pôs em questão o sua mulheridade.

Azerêdo (2011) baseada em Butler, faz destaques de como isso está relacionado à performatividade, que por sua vez possui uma regulação de gênero que faz com que pessoas possam “passar” despercebidas na multidão, isto é, quando não há dúvidas de que tal pessoa é isso ou aquilo, ela assume um lugar de “passabilidade” e muitas vezes isso é a maior estratégia de sobrevivência das pessoas trans, ainda que sejam importante a ressalva do recorte de classe e raça em que essa “passabilidade” está implicada. Neste sentido, vejamos um fragmento de outro texto retirado do mesmo site “radicalista”<sup>43</sup>:

### **Ser mulher não é simplesmente “calçar nossos sapatos”**

(...)

Nosso problema não é simplesmente o fato de vocês performarem a feminilidade ao extremo. Nosso problema é vocês clamarem mulheridade simplesmente porque performam essa feminilidade. **A única ideia de mulher que uma pessoa do sexo masculino pode ter é, claramente, observando as mulheres.** Logo, a ideia de mulher para vocês parece ter somente a ver com a performance de gênero feminina. E isso, para nós reforça ainda mais nossas opressões, pois ser mulher não é simplesmente isso. **Ser mulher é nascer com uma vagina** e ter a sociedade eficientemente construindo a “ideia de mulher” dentro de você.

Vocês não têm vivências de mulher. Porque ser mulher não é simplesmente “calçar nossos sapatos”. Vivência de mulher é começar a sofrer violência a partir do momento que você nasce, PARE de querer fazer parecer que pessoas do sexo masculino podem ser e/ou são mulheres porque acharam a mulheridade atraente. Essas pessoas podem parecer, MAS NÃO SÃO. **Vocês são machos porque é essa a leitura social que**

---

<sup>43</sup> Para ver o texto completo, acessar: <https://radicalista.wordpress.com/tag/transfobia/>

**ocorre sobre vocês, e leitura social faz toda a diferença. Se é a leitura social que determina a opressão, é por isso que acreditam que ser mulher é uma boa ideia. E não é.**

Mas pra falar a verdade mesmo, não é nem esse o nosso problema. **Não podemos interferir em como vocês querem ser chamados e na individualidade de vocês.** O problema é quando o teu ativismo começa a fazer mulheres acreditarem que a posição delas é de privilegio. Que lésbicas devem se relacionar com pênis. Que genital não faz diferença na vida de alguém, que a vagina socialmente e culturalmente não determina a mulheridade — e, conseqüentemente, a opressão — daquele indivíduo.

(...)

Eu não me importo se você se chama Marcelo ou Marcela, se usa saia ou vestido. Eu me importo quando o teu movimento me culpabiliza me jogando no “saco cis” e me acusando de me conformar ou me “identificar” com as opressões a mim impostas.

(Os destaques em negrito são meus e os destaques em letra caixa alta são da autora)

A esta altura, é importante problematizar o argumento de *Radfems* de que mulheres trans (na sua concepção homens) ao fazerem uso de objetos e vestimentas consideradas socialmente como “femininas”, não se tornam mulheres. Não há como negar que constantemente há uma interpelação social para que os corpos sejam reconhecíveis binariamente como homens e mulheres, na medida em que ocupam lugares de passabilidade quando há performances inteligíveis como “masculinas” e “femininas”. Nesse sentido, estou convencido de que o modo de argumentação apresentado acima, ainda que tente relativizar que não são esses atributos que fariam de alguém “mulher” – o que concordo – pode produzir um efeito inverso, um efeito de naturalização do sexo, do mesmo modo que os processos de normalização e patologização o fazem.

Nesse sentido, os discursos *Radfem* que venho apresentando reiteram a noção que patologiza as expressões de gênero de pessoas trans, patologização esta que conserva a noção da “verdadeira mulher” ou até mesmo a “verdadeira pessoa trans”. De antemão, tem me



chamado a atenção o quanto os *posts* de *radfems* sobre as pessoas trans e, sobretudo, sobre as mulheres trans, estão sempre sustentadas por um ideal de normalização, e até mesmo hegemônico, das expressões trans. Ignorando assim, que isso não é consenso entre as próprias pessoas trans.

Conforme Bento (2006) já nos sinalizou, existe um “dispositivo da transexualidade” que impõe para as pessoas trans um jogo desigual, isto é, ao mesmo tempo em que não se admite que pessoas trans usufruam de tecnologias corporais para serem reconhecidas como homens e mulheres, se exige que performem de acordo com as regras de inteligibilidade social, para serem reconhecidas em tais categorias. Não tenho dúvidas de que isso faz parte da cisnormatividade. De acordo com a autora,

O único mapa que pode orientar as instituições que são instadas a se posicionar diante da demanda de mudança de gênero **são as próprias convenções sociais hegemônicas para os gêneros. As definições do que seja um/a homem/mulher de “verdade” se refletem e emergem nas definições do que seja um/a transexual de “verdade”** (BENTO, 2008). (grifos meus).

Mas por que essa ideia se relacionaria com os posicionamentos Radfem? Possuir o discurso de que para ser mulher “não basta calçar os nossos sapatos”, reitera uma naturalização do sexo em que para ser mulher é necessária uma condição corporal considerada feminina, isto é, ter vagina. Esse discurso se fundamenta e reifica a concepção do “verdadeiro ou falso”. Por meio disso que se construiu uma vasta produção “científica” sobre os nossos corpos no século XIX e XX (LAQUEUR, 2001, BENTO, 2008, LEITE JUNIOR, 2011), produção que se traduz ainda num dispositivo de verdade que nos regula e nos classifica num sistema de sexo e gênero.

Não quero com isso dizer que não existam pessoas que desejam passar por processos de transformações corporais, como a cirurgia de transgenitalização, pelo contrário, estou colocando em questão as condições que (im)possibilitam estes processos de transição. Leite Junior (2011) nos explica que no jogo de verdade sobre os corpos, as práticas discursivas vão além de um reconhecimento do que seja o “verdadeiro” homem ou a “verdadeira mulher”, “(...) mas a ideia de

alguém poder ser ou não “de verdade” é mantida a partir de sua constante cobrança”(p. 179). Bento (2008) afirma que quando esse jogo de verdade imposto é tensionado por pessoas que não correspondem àquelas práticas que são consideradas socialmente como próprias de mulheres e homens, abrem-se tanto possibilidades de desestabilização das normas de gênero, quanto o acirramento de práticas de violência física e/ou simbólica, que mantém estas pessoas nas margens daquilo que é considerado humanamente normal. E nesse sentido, acredito que o pensamento expresso pelas Radfems nos posts mencionados – ao reiterar verdades sobre os corpos de maneira a dizer quem é e o que é a “mulher” – contribui para a produção das margens e para a patologização de corpos trans.

Do mesmo modo, Natália Silveira de Carvalho (2014) nos explica que o movimento mundial que reivindica a despatologização das travestilidades e transexualidades demonstra que faz parte da patologização restringir a existência humana a apenas duas possibilidades (homem e mulher). Dessa forma, o movimento da despatologização aposta na autodeterminação do sujeito e isso implica em rever o próprio sujeito do feminismo. Vejamos um post feito em modo público em uma página do facebook pessoal de uma feminista autointitulada feminista radical.

**Post 06 – Eu prometi pra mim mesma...**

22 de agosto · 🌐

Eu tinha prometido a mim mesma ficar quietinha no site faices e não falar sobre mulheres trans no feminismo por um bom tempo, mas fica quase impossível quando sei que as "finíssimas" não me esquecem e insistentemente fazem referências a mim e à minha militância em Direitos Humanos. E inútil tentar conciliar o feminismo radical com o transfeminismo e que fique bem claro que essa posição não conduz à rejeição de mulheres trans a direitos sociais, mas sim que o espaço de discussão de suas pautas definitivamente não cabe no feminismo. Que o façam no movimento LGBT ou no movimento transfeminista, mas não no feminismo. E acho importante deixar minha posição bem marcada nesse sentido.

O caso do Carlota Miranda expôs o quanto pode se desvirtuar essa tão propalada soberania da auto identificação de gênero. Mas, reparem no absurdo. Eu, como mulher, não posso contestar ou objetar a ideia de que "se sentir mulher" faz de alguém uma mulher simplesmente porque essa pessoa reproduz estereótipos de feminilidade. Todavia, sendo lida socialmente como branca, eu não posso falar sobre a realidade da mulher negra. Ora, se a cor da minha pele, se meu fenótipo, tem materialidade, por que a materialidade dos sexos pode ser tão solenemente desprezada? E, do mesmo modo, se ao falar sobre a realidade da mulher negra minha perspectiva será a da sinhá, por que sou chamada de transfóbica por não concordar que o feminismo seja pautado por dentro e por fora por aqueles que foram socializados como homem?

Quando me posiciono contra mulheres trans no feminismo é porque não aceito que minhas demandas partam de uma perspectiva que foge à realidade material dos corpos femininos e do conjunto de opressões que sofremos pura e simplesmente por havermos nascido com vagina. Isso não significa negar que mulheres trans sofrem opressões. Significa que o local para a análise dessas opressões não reside no feminismo.

(Os destaques são meus)

Escolhi o *post* acima diante de muitos outros que encontrei em páginas de *facebook*, em *blogs* e *sites* destinados à discussão do feminismo radical, para exemplificar como as mulheres trans estão

sendo deslegitimadas como parte do movimento feminista. Estas publicações quando afirmam de maneira muito explícita que as pautas de mulheres trans não devem residir no feminismo, corroboram para efeitos concretos que patologizam e marginalizam mulheres travestis e transexuais. Entretanto, acredito ser muita pretensão afirmar que as pautas de mulheres trans não possam encontrar lugar no feminismo, principalmente quando consideramos os inúmeros feminismos e possibilidades teóricas que se constituíram nesse campo epistemológico e militante, ao longo do tempo. Assim sendo, movimentos como o transfeminismo se mantêm resistentes. Nesse ponto finalizo concordando com Carvalho (2015) de que a perspectiva transfeminista pode ser considerada a continuidade da potência desconstrutora de verdades sobre os corpos e que as tensões em torno do sujeito do feminismo devem considerar a reivindicação de mulheres trans para ocuparem espaços de poder como mulher e feminista.





## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: FINITO ILIMITADO DE PESQUISAR

Serei breve, mas com toda complexidade que a brevidade pode carregar. Não há outro modo de finalizar este trabalho de dissertação a não ser reconhecendo o quanto o processo de elaboração da escrita é *finito e ilimitado*, no sentido empregado por Rolnik (2014). Finito, por ser situado num tempo de produção que nos exige um fim de elaboração, mas ilimitado nas múltiplas possibilidades de análises, de entradas e de saídas, de um jeito que nunca chega a um fim. O que aqui foi escrito e elaborado, envolveu também um exercício de criação, exercício este que está diretamente implicado com as posições ético-políticas que resolvo bancar com toda a contradição que daí possa decorrer. Na direção do que escreveu Rolnik (2014), é muito necessário que possamos criar intimidade com os nossos finitos e ilimitados de maneira a reconhecer que num processo de elaboração de uma cartografia, num processo de acompanhamento do desejo, temos que constantemente nos deparar com formas de resistências a encarar este finito ilimitado, de nos haver com os modos que encontramos de sabotar esta intimidade necessária, de vivenciar os vácuos e “de dentro deles buscar matéria de expressão para administrar as partículas de afeto enlouquecidas, dando-lhes sentido” (p. 75).

Nesse sentido, vou me permitir neste último momento escrever de maneira livre. Quero compartilhar neste lugar de tecer considerações alguns aspectos que em outros lugares da dissertação não foi possível. Arrisquei percorrer trajetos desconhecidos, diversos daqueles que apresentei no pré-projeto de mestrado, o objetivo que havia traçado era o de trilhar por caminhos que envolviam a temática das categorias identitárias. Mas havia um mundo de possibilidades naquilo que queria desenvolver e, como é próprio de uma pesquisa cartográfica, foi justamente acompanhando processos que pude enxergar as pistas que me possibilitaram esta dissertação.

Se me questionarem se estou satisfeito com o produto final? Eu responderia: não! Não por que seja impossível aproveitar o que foi aqui problematizado, mas por considerar que a insatisfação pode servir como potência de continuidade. Nesse sentido, acredito que as problematizações sobre os posicionamentos de *Radfems* são iniciais, e por isso devem ser tidas como pistas, isto é, como breves apontamentos, um fragmento do campo feminista e de gênero sobre a inclusão ou não de mulheres travestis e transexuais como sujeito do feminismo.

Vou me arriscar a delinear quatro pistas, considerando o caráter ilimitado de cada uma delas, já que podem ser – e seria bom se fossem – aprofundadas e/ou consideradas em outras pesquisas: Pista um – Disputa em torno da categoria mulher e seus efeitos para as mulheres trans em uma cultura de violência; Pista dois – Discurso de uma socialização ditada pela genitália evocando, mesmo afirmando que não, uma ideia de essência e universalidade; Pista três – Discursos transfóbicos justificados por uma diferença teórica; Pista quatro – Uma discussão sobre a diferença sexual que contribui para os processos de patologização e normalização de corpos trans. Certamente existem outras pistas que não consegui perceber, mas estas foram as que considero ser parte de um campo enunciativo e que traçam territorialidades feministas e produzem efeitos na realidade vivida por pessoas trans.

Estas pistas indicam que estamos diante de uma prática de regulação de gênero, baseada na diferença sexual. Esta regulação há muito tempo já vem sendo utilizada pelos saberes biomédicos e “psis” para (re)editar verdades sobre os nossos corpos e efetuar práticas de normalização. Conforme argumentei nessa dissertação, desde a década de 70 diferentes feministas vem se posicionando politicamente e produzindo saberes que se contrapõem a esta regulação de gênero, principalmente por preservar a noção de uma unidade sexual que deve ser oposta a outra. Esta forma binária e opositiva de conceber o “sexo”, e dele a verdade sobre o sujeito, contribui para a reprodução de uma desigualdade vista como fixa, não havendo, assim, possibilidades para a sua modificação. Este modo de pensar apenas reifica as práticas discursivas que regulam os corpos, considerando-os atemporais e ahistóricos portanto, universais. Desse modo, foi muito inquietante perceber que o discurso da diferença sexual está sendo conclamado por uma vertente do feminismo no sentido de se contrapor à opressão, para cuja manutenção acaba contribuindo ao expressá-lo e defendê-lo.

A partir disso, um dos pontos de minha argumentação foi considerar que este tipo de posicionamento toma por base uma ideia universal sobre o que é ser homem e mulher e, ainda, sobre o que é ser trans. Ideia esta, calcada no dispositivo da diferença sexual – que estou considerando ser um dispositivo de verdade poderoso – o qual contribui para processos de normalização, gerando efeitos de patologização e de interpelações sociais como a transfobia. Este processo de normalização pode produzir efeitos de uma “passabilidade de gênero” para as pessoas trans, sobretudo para as mulheres travestis e transexuais. Passabilidade



que, ao ser analisada considerando as intersecções com classe, raça, etnia, carrega os códigos de inteligibilidade social que nos fazem classificar quem é humano ou não. Não tenho dúvidas que as práticas da naturalização da diferença sexual produzem sujeitos considerados “marginais” e contribui para a patologização das travestilidades e transexualidades.

Importante demarcar novamente que essa dissertação foi produzida por meio de uma ética cartográfica, o que significa ter em vista uma processualidade em curso que tomou a experiência do pesquisador como ponto de constante interpelação. Uma experiência compartilhada, de modo a quebrar as rígidas prescrições e generalizações positivistas e assumir o compromisso de desarmar as armadilhas de uma ciência considerada neutra, vertical e verdadeira. Obviamente, isso faz parte de um exercício constante e não tenho dúvidas de que possa ter caído em alguma destas armadilhas, reproduzindo-as. Mas, o que me conforta é saber que na experiência de perceber-se reproduzindo o sujeito que pesquisa também faz cartografia, aproveitando destas ciladas para denunciar e reconhecer o desejo de reproduzir.

Nesse sentido, tornou-se um desafio preservar o sentido ético-político cartográfico tomando como campo de problematizações o “mundo virtual”. Desafio que pode ser resumido nas seguintes questões: *como desenvolver uma cartografia problematizando posicionamentos virtuais de feministas radicais? Não estaria eu me colocando no lugar daquele que atribuiria sentido às palavras de outras pessoas?* Estas perguntas foram uma constante e resalto que me sinto desconfortável pela possibilidade de que isso possa ter ocorrido. Entretanto, considerando este desconforto, busquei me posicionar politicamente de acordo com o modo que isso reverberou em mim, passou pelas minhas entranhas e se agitou em minhas posicionalidades como homem, cis e gay. Um ponto crucial foi considerar o fato de que com os discursos “do mundo virtual” tive que me haver com o modo pelos quais estes discursos me interpelavam e produziam *afecção*, no sentido dado por Deleuze e Guattari (1995). Ou seja, devires, que nos passam, nos transbordam e nos transformam mais do que pensávamos/esperávamos. E, com isso, tentei fazer a relação com os efeitos na realidade não virtual.

Parece ser importante considerar que os posicionamentos que selecionei das auto referidas *Radfems* se caracterizam por um *ciberativismo*. Talvez isso tenha facilitado o acesso aos conteúdos, já

que os meios virtuais são espaços controlados onde há um “filtro” que agrega grupos que se interessam por determinada temática. Nesse sentido, senti a necessidade de articular os *posts* a luz de produções acadêmicas e feministas. Por isso prefiro afirmar que apenas indiquei pistas de um trabalho inicial sobre a temática, pois não quero que esta dissertação seja reduzida a uma espécie de denunciamento, tornando as *Radfems* dos *posts* mencionados reféns do que articulei teoricamente, no sentido de ampliar a discussão para outros trabalhos e pesquisas.

Outro aspecto a ser considerado é o modo como me posiciono e me reconheço em determinadas categorias identitárias. Conforme busquei indicar na dissertação, estes modos de identificação fazem com que algumas coisas que aconteçam no mundo *off-line* se tornem imperceptíveis. Isto é, mulheres travestis e transexuais certamente fariam outros enfrentamentos em relação aos discursos expressos pelas *Radfems* nos *posts* selecionados e desse modo poderia ser possível dimensionar outros efeitos para além do “virtual”. Nesse sentido, penso ser importante que enfrentamentos como esses saiam do círculo seletivo que redes sociais como o *facebook* acabam produzindo e passem a ocupar outros espaços. Entretanto, fica muito evidente o quanto os espaços “virtuais” corroboram com um imaginário popular que toma mulheres travestis e transexuais como homens, com potencial de exercerem violência contra as ditas “mulheres de verdade”. Este item não foi algo desenvolvido na dissertação, mas é um ponto que merece atenção.

Tendo que me haver com essas inquietações, o jeito que encontrei foi dar vazão ao desejo de ir me mantendo atento – não no sentido racional que o termo possa suscitar – para qual direção iria me conduzindo no modo de pesquisar, o que significa também lidar com as lacunas que porventura produzi neste caminho. Então, para minimizar isso, escolhi um aporte teórico que acredito ter me possibilitado um maior cuidado com o processo de pesquisa. Minha primeira escolha foi trabalhar com teóricas e teóricos feministas e com uma epistemologia que me proporcionasse formas de desenvolver a pesquisa situando os aspectos históricos e conceituais dos sujeitos e material analisado. Nesse sentido, não tenho a pretensão de achar que escrevi ou desenvolvi ideias individualmente, pois como bem afirmaram Deleuze e Guattari (1995) isso só deixaria despercebido e imperceptível o que me fez agir, experimentar ou pensar, e a multiplicidade de nós que existem em mim. Depois de dois anos e meio com a responsabilidade da escrita em minhas mãos, nem me reconheço mais, aquilo que um dia fui está

presente na linha processual desta pesquisa. *Mas quantas possibilidades de mim deixei para trás e com isso quantas possibilidades de múltiplas saídas pude sequer cogitar?* Assim, reitero o caráter finito ilimitado de tudo o que escrevi. Ou como nos explicou Butler:

(...) minha posição é minha na medida em que “eu” – e não me esquivo do pronome – repito e volto a dar significado às posições teóricas que me constituíram, trabalhando as possibilidades de sua convergência e tentando levar em conta as possibilidades que elas excluem sistematicamente. **Mas claramente não é o caso de que “eu” esteja acima das posições que me constituíram, saltando de uma para outra instrumentalmente, pondo algumas de lado, incorporando outras, embora um pouco da minha atividade possa assumir essa forma. O “eu” que seleciona entre elas já está sempre constituído por elas. O “eu” é o ponto de transferência daquela repetição, mas simplesmente não é uma asserção forte o suficiente para dizer que o “eu” é situado; o “eu”, esse “eu”, é constituído por essas posições e essas “posições” não são meros produtos teóricos, mas princípios organizadores totalmente embutidos de práticas materiais e arranjos institucionais, aquelas matrizes de poder e discurso que me produzem como um “sujeito” viável.** Com efeito, esse “eu” não seria um “eu” pensante e falante se não fosse pelas próprias posições a que me oponho, pois elas, as que sustentam que o sujeito deve ser dado de antemão, que o discurso é um instrumento ou reflexão desse sujeito, já fazem parte do que me constitui. (BUTLER, 1998, p. 18) (Os grifos são meus).

O que estou tentando demonstrar são as zonas de (des)confortos que me mobilizaram. Essas zonas de desconfortos estão inteiramente ligadas com o que busquei traçar como pesquisa. Isto é, com as tensões e disputas presentes no feminismo, principalmente em torno do que caracterizaria o sujeito do feminismo. E isso obviamente é inquietante numa pesquisa que tem por base a processualidade, pois os jogos de

forças em torno de uma possível estabilidade são grandes. Mas, percebi que é justamente esta busca que possibilita disputas e que, por sua vez, torna isso constantemente instável. Talvez, como já nos indicou Harding (1993), isso nos demonstre que as categorias analíticas são sempre instáveis, ou ainda como explicou Butler (1998), que os termos e conceitos, possuem sempre fundamentos contingenciais e por isso precisam ser consideradas as condições de possibilidade para a sua efetuação e sua manutenção em lugares de poder. Nesse sentido, resalto como possibilidade o analisador (contingencial) da diferença sexual que, de acordo com a compreensão que busquei traçar, reitera uma ontologia essencialista e biológica – e nesse sentido produz práticas de normalização do que é considerado por “mulher” e “homem” – mas também o seu contraditório, quando evocado para desestabilizar estas mesmas categorias.

Por fim, não poderia deixar de registrar a angústia de produzir uma dissertação em tempo de golpe político. Em 2002, por meio da eleição popular direta foi eleito um governo que possuía como parte de seu projeto político, econômico e social, a ascensão da classe trabalhadora. Classe a qual pertencem pessoas como eu, filho de pedreiro e empregada doméstica e estudante de escola pública. Tenho muita clareza de que se não fossem as políticas públicas de educação, saúde, assistência social – gestadas por este projeto de sociedade – minha família ainda estaria na pobreza, assim como milhares de brasileiras e brasileiros. Obviamente que tivemos críticas aos governos populares que se sucederam no Brasil de 2002 a 2015. Entretanto, sem dúvida foram os governantes<sup>44</sup> que, de longe, mais possibilitaram dignidade à população pobre do Brasil.

Por isso gritamos golpe! Para essas pessoas desonestas, comprometidas com uma concepção neoliberal, que não concordaram com o projeto político em vigor e forjaram situações que culminaram, no ano de 2016, em um processo de impeachment contra a Presidenta eleita democraticamente pelo voto popular, e ocuparam o poder. Com a estada no poder, colocaram em pauta projetos que evidentemente, se aprovados, culminarão na perda de direitos em todos os níveis. Certamente, não conseguiram suportar o fato de que pessoas que viviam em situação de pobreza pudessem ter mais dignidade humana, melhores perspectivas de vida e acesso à educação, inclusive ao ensino superior e a um mestrado. Fui o primeiro de minha família a entrar em uma

---

<sup>44</sup> Luiz Inácio Lula da Silva (2002 -2010) e Dilma Rouseff (2010 – 2016).

universidade. Mas, ainda que isso tenha ocorrido, não foram poucas as vezes que fui desacreditado neste lugar, às vezes por pessoas da universidade, às vezes pelos próprios familiares, às vezes por mim mesmo. Possivelmente efeito da perversa e naturalizada desigualdade social a que estamos submetidos.

Está nítido que estamos vivenciando no Brasil verdadeiros retrocessos de direitos sociais, tempos de acirramento da desigualdade social, do desrespeito às diferenças, de raça, etnia, sexualidade, de gênero, à diversidade enfim. Tempos temerosos e de exasperação do ódio. Tempos de um governo que promove a pobreza da sociedade, favorecendo a acumulação do sistema financeiro e de parte privilegiada da população, com acesso a bens materiais e simbólicos negados à maioria das brasileiras e brasileiros. Um governo privatista que apequena o país. E, neste cenário, o que me fez continuar a escrita foi justamente porque aprendi com teóricas feministas que uma produção acadêmica pode e deve ser situada num campo político e de militância. Então, no tempo de produção de pesquisa, eu estive nas ruas junto com outras tantas pessoas gritando Fora Temer!<sup>45</sup> Certo de que o grito em coro me trazia a potência necessária para manter minha saúde mental para continuar a escrever e me posicionar sobre a temática que aqui busquei desenvolver. Finalizar esta pesquisa nesses tempos é certamente um ato de resistência.

---

<sup>45</sup> Vice-presidente que participou da articulação do golpe para assumir a presidência e colocar em vigor pautas políticas e econômicas neoliberais.



## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, v. 43, p. 13-56, 2014.

ARÁN , Marcia; Z Aidhaft, Sérgio; Murta, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre , v. 20, n. 1, p. 70-79, abr. 2008 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822008000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822008000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 out. 2015.

ARAN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora** (Rio J.) Rio de Janeiro , v. 9, n. 1, p. 49-63, jun. 2006 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151614982006000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151614982006000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 17 out. 2015.

AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra a “mulher”**: Diferença, poemas e corpos. 2 ed. São Paulo: Cortês, 2011.

BALZA, Isabel. Ética corporal y sexuación: plasticidad y fluidez en el sujeto del postfeminismo. *Revista Estudos Feministas*, 19(1), 21-33. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2011000100003&lng=e&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000100003&lng=e&nrm=iso)>. Acesso em: 14 jan. 2017.

BARBOSA, Bruno Cesar. "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro , n. 14, p. 352-379, ago. 2013 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198464872013000200016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198464872013000200016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso: em 17 out. 2015.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. En: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BEAUVOIR, Simone. *El segundo sexo*, trad. Sérgio Milliet. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, 1980.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2655-2664, out. 2012. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232012001000015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232012001000015&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Editora Garamond, 2006.

BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, ago. 2012. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2012000200017&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2012000200017&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 17 out. 2015.

BIONDO, Fabiana Poças; SIGNORINI, Inês. (Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas do Facebook: contribuições das epistemologias pós-feminista e queer. DELTA, São Paulo, v. 31, n. spe, p. 169-197, ago. 2015. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010244502015000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244502015000300008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 17 out. 2015.

BORBA, Rodrigo. Discurso e (trans)identidades: interação, intersubjetividade e acesso à prevenção de DST/AIDS entre travestis. Rev. bras. linguist. apl., Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 441-473, 2009. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198463982009000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198463982009000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 17 out. 2015.

BORBA, Rodrigo; OSTERMANN, Ana Cristina. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 409-432, ago. 2008. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2008000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2008000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 17 out. 2015.



BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **cadernos pagu**, v. 26, n. 1, p. 329, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo. **cadernos pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

\_\_\_\_\_. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

\_\_\_\_\_. Desdiagnosticando o gênero. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312009000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 17 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Regulaciones de género. **Revista de Estudios de género**. La Ventana, n. 23, 2006b.

\_\_\_\_\_. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado: pedagogias excludentes**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. **Deshacer el Género**. Trad. Patricia Soley-Bettran. Barcelona: Ediciones Paidós. 2006a.

CARVALHO, Natália Silveira de. **Gênero e sexualidades: intersecções em disputa**. In: JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo: Teorias e práticas**. 2014. p. 69 – 84.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora**, n. 15, p. 134-161, 2014.

Costa, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, v. 19, 59-90, 2002.

\_\_\_\_\_. O tráfico do gênero. **cadernos pagu**, v. 11, p. 127-140, 1998.

CRISTOFARO, Helgis Torres; MANZI FILHO, Ronaldo. Ainda a questão de gênero – (in) determinação ou luta por reconhecimento?. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 38, n. 1, p. 29-42, abr. 2015. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31732015000100029&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732015000100029&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 out. 2015.

DELEUZE, Guiles.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 54, 1997. v. 4.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Os anormais**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídica**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002b.

FRANCA, Isadora Lins. "Cada macaco no seu galho?": poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 104-115, fev. 2006.

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092006000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 out. 2015.

GALVÃO ADRIÃO, Karla; FILGUEIRAS TONELI, Maria Juracy. Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. **Psicologia & sociedade**, v. 20, n. 3, 2008.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 597-618, dez. 2009. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010365642009000400007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642009000400007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 out. 2015.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. São Paulo, 5, 1995. pp. 7-41.

HARDING, Sandra. ¿ Existe un método feminista?. **Debates em torno a uma metodologia feminista, México, DF: UNAM**, p. 09-34, 1998[1987].

\_\_\_\_\_. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, p. 7-32, 1993.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em:

<[http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/32599632/1384978610\\_ARQUIVO\\_JaquelineGomesdeJesus.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1497925573&Signature=oMSiX9VXhtfG9Dv9eOqQ5mHyS00%3D&response-contentdisposition=inline%3B%20filename%3DFeminismo\\_e\\_Identidade\\_de\\_de\\_Genero\\_Element.pdf](http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/32599632/1384978610_ARQUIVO_JaquelineGomesdeJesus.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1497925573&Signature=oMSiX9VXhtfG9Dv9eOqQ5mHyS00%3D&response-contentdisposition=inline%3B%20filename%3DFeminismo_e_Identidade_de_de_Genero_Element.pdf)> Acesso em: out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. **Prolegômenos para o futuro pensamento transfeminista**. In: (org.) ASSIS, Gláucia de Oliveira; MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo. *Entrelugares e mobilidades: Desafios feministas 2*. Tubarão: Ed. Copiart, 2014. p. 97 – 112.

\_\_\_\_\_ ; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010.

KASTRUP, Virgínia. Funcionamento da atenção no trabalho do cartografo. En: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. **Hollanda HB, organizadora. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-42, 1994.

LEITE JUNIOR, Jorge. Nossos Corpos também mudam: a invenção das categorias “travestis” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.

MARTINEZ, Ariel. La identidad sexual en clave lesbiana. Tensiones político-conceptuales: desde el feminismo radical hasta Judith Butler. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro , n. 19, p. 102-132, Abr. 2015 . Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872015000100102&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872015000100102&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out 2016.

NOGUEIRA, Conceição. **A teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades**: condições de produção de “novas possibilidades” no rojeto de uma psicologia feminista crítica. In: BRIZOLA, Ana Lúcia Campos; ZANELLA, Andrea Vieira; GESSER,

Marivete. (org). Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos. Florianópolis: ABRAPSO – NUPPE/CFH/ UFSC, 2013. p. 227 – 248.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção: Em: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Lílíana da. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PROCHNO, Caio César Souza Camargo; ROCHA, Rita Martins Godoy. O jogo do nome nas subjetividades travestis. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 254-261, ago. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822011000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822011000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 19 out. 2015.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, 2008.

PULEO, Alicia. Lo personal es político: el surgimiento del feminismo radical. **Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización**, v. 2, n. 2, p. 35-67, 2005.

REGIS, Vitor Martins; FONSECA, Tania Mara Galli. Cartografia: estratégias de produção do conhecimento. **Fractal. Rev. Psicol.** v. 24, n. 2, Maio/Ago. 2012. p. 271-286.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Trad. Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**. n. 05. 2010. p. 17-44.

\_\_\_\_\_. Notas para uma política da localização. **Gênero, desejo e identidade**. Lisboa: Cotovia, p. 15-35, 2002.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2014.

SAIDÓN, Osvaldo Isidoro. **Clínica y sociedad: esquizoanálisis**. Buenos Aires: Lumen, 2002.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento.** In: SANTOS, Boa Ventura de Sousa; CHAUI, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013. p. 41 – 133.

SCOTT, Joan W. et al. A invisibilidade da experiência. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História.** v. 16, 1998.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

\_\_\_\_\_. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 13, n.1, jan./abr. 2005. pp. 11-30.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo Radical – Pensamento E Movimento. **Travessias,** v. 2, n. 3, 2008.

SIMOES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. Cad. Pagu, Campinas , n. 42, p. 75-98, jun. 2014 . Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332014000100075&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332014000100075&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 out. 2015.

SOUSA, Ematuir Teles de. **Posicionamentos discursivos reguladores de ações e políticas de (a) diversidade sexuais.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) – Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça: s.n, [orientadora: Dr. Ana Maria Pereira Lopes] 2013. 25 p. Disponível em:<[http://newpsi.bvpspsi.org.br/cgi-bin/wxis1660.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&lang=P&base=TCC&exprSearch=\\$&nextAction=lnk#last.>](http://newpsi.bvpspsi.org.br/cgi-bin/wxis1660.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&lang=P&base=TCC&exprSearch=$&nextAction=lnk#last.>)> Acesso em: 01. Mai. 2015.

SOUZA, Mériti de; LANGARO, Fabíola. Desconstruir para problematizar matrizes identitárias. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 31, n. 3, p. 568-581, 2011 . Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932011000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932011000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 Out. 2015.

SWAIN, Tânia Navarro. Heterogênero: "Uma categoria útil de análise". Educ. rev., Curitiba , n. 35, p. 23-36, 2009 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010440602009000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602009000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 out. 2015.

WERNECK, Jurema. **Intersecções de raça/etnia, gênero e classe: faces cotidianas e teóricas**. In: (org.) ASSIS, Gláucia de Oliveira; MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo. Entrelugares e mobilidades: Desafios feministas 3. Tubarão: Ed. Copiart, 2014. p. 319 – 328.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual**. Barcelona: Egales, 2006.